

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

**Edição 46
Ano 18**

**Volume 02
Ciências Sociais**

**Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)**

2022

2022

2022

2022

Niterói – RJ

Revista Querubim 2022 – Ano 18 nº46 – vol. 2 – Ciências Sociais – 109p. (fevereiro – 2022)
Rio de Janeiro: Querubim, 2022 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice AkemiYamasaki
Andre Silva Martins
Elanir França Carvalho
Enéas Farias Tavares
Guilherme Wyllie
Hugo Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luiza Helena Oliveira da Silva
Marcos Pinheiro Barreto
Mayara Ferreira de Farias
Paolo Vittoria
Pedro Alberice da Rocha
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Alexsandro Silvestre da Rocha et al – Inclusão indígena no ensino superior: análises de egressos de uma universidade federal	04
02	Ana Raquel da Silva Olímpio et al – As técnicas de vendas como diferencial na atividade do guia de turismo	13
03	Erivaldo Xavier de Lima – A feira livre sob a ótica do pensamento geográfico	23
04	Erivaldo Xavier de Lima – A importância dos mapas temáticos como ferramenta pedagógica nas aulas de geografia aplicada ao turismo	30
05	Etevaldo Alves de Siqueira Junior e Ana Paula Rodrigues da Silva – Presença japonesa no município de Coroatá-MA	37
06	Fabian Serejo Santana e Jocyléia Santana dos Santos – A alteridade do cotidiano no Reassentamento Luzimangues (IO)	43
07	Francilane Eulália de Souza – O camponês e seu território nas tradições das festas juninas das escolas	60
08	Hélder Sousa Santos et al – Percepção de exigências do atual mercado de trabalho: o engenheiro criativo e inovador	67
09	Helen de Oliveira Soares Jardim et al – Removendo barreiras atitudinais na Semana da Consciência Negra	77
10	Luciana da Silva Moraes Sardeiro e Valdiney Moreira da Silva – Percepções do ensino ativo com enfoque sustentável na disciplina Análise das Demonstrações Contábeis	85
11	Marli Terezinha Vieira et al – O que diz a literatura sobre Laboratórios de Inovação na Administração Pública	93
12	Pedro Lucas da Silva Lima et al – Análise dos artigos científicos sobre o turismo em Santa Cruz-RN	102

INCLUSÃO INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISES DE EGRESSOS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Alexsandro Silvestre da Rocha¹

Paulo Martins dos Santos²

Denisia Brito Soares³

Érica Cupertino Gomes⁴

Cláudia Adriana da Silva⁵

Resumo

A educação, que deveria ser igualitária ainda está distante de ser um ponto social isonômico. Desde a educação básica, o acesso a educação de qualidade perpetua a histórica trajetória de desigualdades. Neste trabalho analisamos dados de egresso relacionados aos estudantes indígenas em comparação aos não indígenas da Universidade Federal do Tocantins, expondo as formas de saída desses públicos e a relação entre eles. Em nossa análise percebemos que as maiores diferenças estão nos dados de formados e vinculados, onde a maior taxa de formaturas é dos não indígenas, enquanto a maior taxa de vínculo e evasões pertence aos indígenas.

Palavras chaves: Estudantes Indígenas, Ensino Superior, Cotas.

Abstract

Education, which should be egalitarian, is still far from being an isonomic social point. Since basic education, access to quality education perpetuates the historical trajectory of inequalities. In this paper, we analyze data on egress related to indigenous students compared to non-indigenous students at the Federal University of Tocantins, exposing the ways in which these audiences leave and the relationship between them. In our analysis, we see that the biggest differences are in the data of graduates and linked people, where the highest rate of graduations belongs to non-indigenous people, while the highest rate of links and dropouts belongs to indigenous people.

Key words: Indigenous Students, Higher Education, Quotas.

Introdução

Educação deve ser considerada como direito humano, tal como estabelecido pelo artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), porém, na prática, o processo educacional está cercado de desafios e a inclusão é uma das maiores problemáticas a ser enfrentada, pois garantir que o ensino seja igualitário em uma sociedade desigual, tal qual a realidade brasileira, demanda conhecimento, discussão, convergência e comprometimento de todos os envolvidos no desenvolvimento e aprimoramento das políticas educacionais.

¹ Professor Doutor do Curso de Licenciatura em Física e do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física da Universidade Federal do Tocantins.

² Graduado em Licenciatura em Física pela Universidade Federal do Tocantins.

³ Técnica de Laboratório da Universidade Federal do Tocantins.

⁴ Professora Doutora do Curso de Licenciatura em Física e do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física da Universidade Federal do Tocantins.

⁵ Professora Doutora do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Além das Organização das Nações Unidas (ONU), é imperativo considerar os princípios de nossa Carta Magna (Brasil, 1988), na qual, a educação é tida como um bem social igualitário a que todos têm direito, sendo que a manutenção desta prerrogativa é de responsabilidade do Estado, que é o encarregado por solucionar a problemática que persiste: a histórica, cultural e sistemática exclusão social. Para Costa (2020, p. 114) “o entendimento deste argumento deve-se considerar que a educação não pode ser vista apenas como um conjunto de direitos positivados nas diversas leis vigentes, resguardá-la é válido”.

Em contraste ao respaldo legal dos direitos educacionais dos cidadãos, a realidade é que muitos não conseguem ter acesso pleno ao serviço, devido ao número insuficiente de escola, à distância até elas, salas lotadas, baixo número de servidores, falta de professores e profissionais qualificados, entre outros. Consequentemente, a carência deste serviço acarreta um desenvolvimento social e cultural deficiente. Neste contexto, os residentes das comunidades rurais enfrentam as maiores dificuldades, principalmente pelo número reduzido de unidades escolares de nível Médio (da Rocha, et al., 2020), forçando os estudantes a procurarem as cidades para continuar sua educação, impondo a este público barreiras culturais, financeiras, de transporte e aprendizado (Nunes, 2014).

A educação do campo Tocantinense dispõe de 564 unidades escolares para atender 46.276 alunos (da Rocha, et al, 2018), distribuídos em creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, ensino médio integrado (médio profissional), ensino médio magistério, ensino médio não seriado e ensino de jovens e adultos (fundamental e médio). Deste quantitativo de estudantes, aproximadamente 5.830 são indígenas, atendidos por 93 escolas em suas aldeias (da Rocha, et.al, 2020). Outra informação relevante que este estudo apontou, é que apenas uma pequena parcela dos estudantes indígenas (17%) tem acesso ao ensino médio na própria comunidade, interferindo diretamente no ingresso ao ensino superior.

Portanto, o público indígena é afetado pelo pequeno número de escolas do campo em nível médio, pois ao precisarem sair de suas comunidades para continuar seus estudos, os indígenas enfrentam a barreira da língua e da cultura, além de todas as questões financeiras e de logística, neste contexto as escolas indígenas precisam ser fortalecidas e não reduzidas.

As escolas do campo, muitas vezes precarizadas em estrutura física e humana são colocadas sob a mesma régua de avaliação por parte do Estado, como resultado, os dados de análise sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), mostram que as escolas indígenas do Tocantins ficam abaixo da média do estado (Silva, 2020), porém, pouco se tem planejado e executado para que a situação seja modificada.

Se a educação do campo e os estudantes indígenas enfrentam desafios na educação básica, as dificuldades só aumentam quando avançamos no nível escolar. A educação superior só é realidade para poucos indígenas. Os fatores envolvidos são muitos, entre eles podemos citar a enorme dificuldade de ingresso desses estudantes na universidade pública, e não menos importante, o desafio da permanência, que representa atualmente uma grande.

Na tentativa de aumentar o acesso dos indígenas ao ensino superior, algumas ações são tomadas internamente nas universidades, tais como vestibulares específicos. Neste sentido, a Universidade Federal do Tocantins (UFT), na vanguarda das instituições de ensino federais de nível superior, instituiu cotas de entrada para a população indígena já em seu primeiro vestibular (Consepe, 2004). Mediante o pioneirismo da UFT, este trabalho tem como objetivo principal expor de forma científica os dados relativos aos acadêmicos indígenas da Universidade Federal do Tocantins. Buscamos analisar o quantitativo desse público e quais as formas de egresso. Os dados são cruzados com os mesmo parâmetros do público geral.

Metodologia

A metodologia empregada neste trabalho tem como propósito compilar, apresentar e discutir dados sobre a representatividade dos estudantes indígena dentro da UFT. Para tanto, optou-se por investigar as informações disponibilizadas pela Pró-reitoria Estudantil (POEST) mediante solicitação pelos meios oficiais.

Os registros fornecidos pela instituição abrangem os anos de 2002 até 2020, e fornecem números relacionados aos estudantes indígenas e não indígenas, contendo o quantitativo de estudantes que desistiram do curso, foram desvinculados (aqueles que são removidos pela instituição por descumprimento regimental), formaram-se, jubilaram (não terminaram o curso no tempo estipulado) e ainda estão ativos (vinculados). Por questão de isonomia numérica, transformamos o quantitativo numérico em porcentagem, isto foi necessário devido à disparidade entre os Campi, que possuem diferenças no número de alunos e cursos.

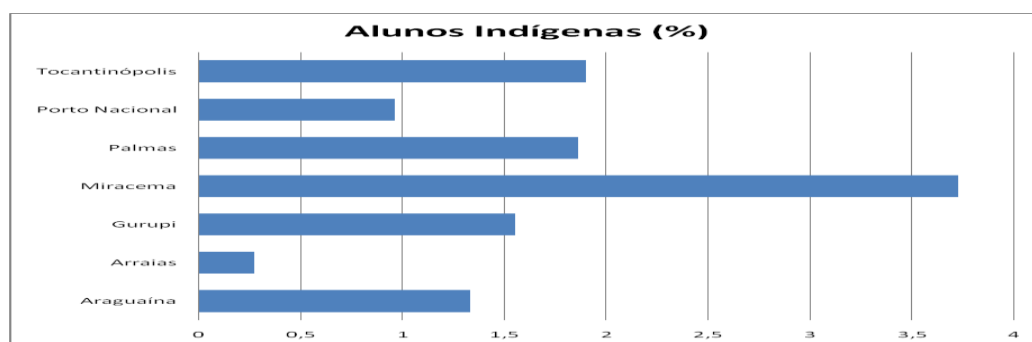
Os dados tratados foram tabelados e graficados, isto possibilitou a comparação e a exposição da real situação do público estudado. Os dados foram separados por grupos (Indígenas e Não Indígenas) e por Campus, tabelados e graficados por meio de programa computacional específico, para serem, posteriormente, avaliados e discutidos. O grupo de interesse era aquele composto por estudantes Indígenas, que foram regularmente matriculados durante o período estudado. As análises foram exclusivamente quantitativas, uma vez que expor esses dados agrega valor às discussões sobre o tema.

Resultados

Após arranjo dos dados fornecidos pela instituição, constatou-se que os indígenas somam 1,61% dos alunos atendidos pela instituição durante um período de 18 anos (2002-2020). Se for considerada a quantidade de vagas destinadas a este público (5%), os números mostram que existe uma disparidade no preenchimento destas vagas, podendo evidenciar algumas dificuldades vivenciadas pelos indígenas, como a distância de suas aldeias, dificuldade de moradia e adaptação nas cidades, falta do nível educacional exigido para ingresso em uma universidade, entre outros.

O gráfico da Figura 1 exibe por meio da taxa, a distribuição de alunos (entre 2002 e 2020), indígenas em cada um dos Campus da UFT. É importante destacar, que a opção em realizar a comparação pela porcentagem de alunos, permite a visualização dos dados com a mesma base de análise, pois cada Campus possui quantitativo de cursos e vagas dispaes.

Figura 1: Taxa de alunos indígenas (em %) em comparação aos não indígenas e distribuídos por



Campus durante o período de 2002 e 2020.

Como é possível observar, os indígenas compõem minoria dentro da instituição, não alcançando o quantitativo de vagas destinadas a eles (5%). O interessante deste gráfico é a falta de relação com o quantitativo de cursos ofertados e a taxa de indígenas acolhidos pela UFT, ou seja, o Campus de Palmas (Campus sede e consequentemente com o maior número de cursos) é apenas o terceiro (em porcentagem) na ordem de estudantes indígenas (com 1,86%), ficando atrás de Miracema (3,73%) e Tocantinópolis (1,9%). Esta informação é um grande indicativo da busca por cursos associado à localidade do Campus, ou seja, a proximidade da unidade acadêmica com suas comunidades.

O segundo gráfico (Figura 2) apresenta a distribuição dos indígenas em dois grupos de cursos, licenciatura e bacharelados. É imperativo destacar que a distribuição de cursos entre os campi não é isonômica, pois além da diferença de quantitativo, existe campus com um maior número de licenciaturas (exemplo, Araguaína e Tocantinópolis) e outros dispendo de mais bachareléis (exemplo, Palmas e Gurupi).

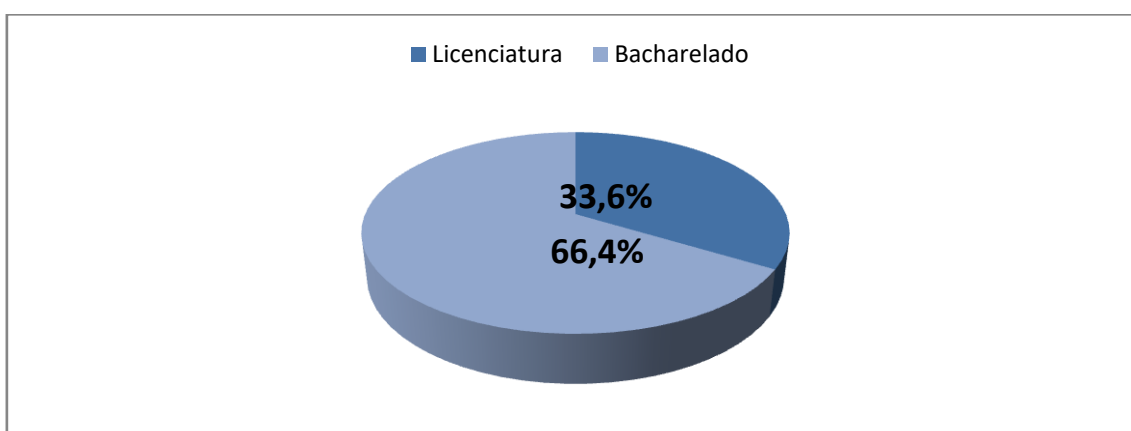


Figura 2: Taxa de ocupação de estudantes indígenas nos cursos de Licenciatura e Bacharel.

Percebe-se que apenas 33,6% (aproximadamente 293 alunos) dos estudantes indígenas procuraram cursar licenciaturas durante o período analisado, isto mostra que maioria do público indígena escolhe profissões de nível superior não vinculadas ao magistério. É imperativo destacar que aproximadamente 43% dos cursos ofertados pela UFT buscam a formação de docentes. Este quesito, um menor interesse do indígena em tornar-se professor (talvez pela falta de curso na área intercultural indígena ou licenciatura indígena), deve ser posto em alerta, pois como descrito anteriormente, é notório a precariedade educacional nas aldeias e só irá melhorar quando a formação de professores indígenas suprir a necessidade.

Também foram comparadas as taxas desistências, desvinculações, formaturas, jubilamentos e alunos ativos (vinculados) entre público indígena e não indígena (Figura 3).

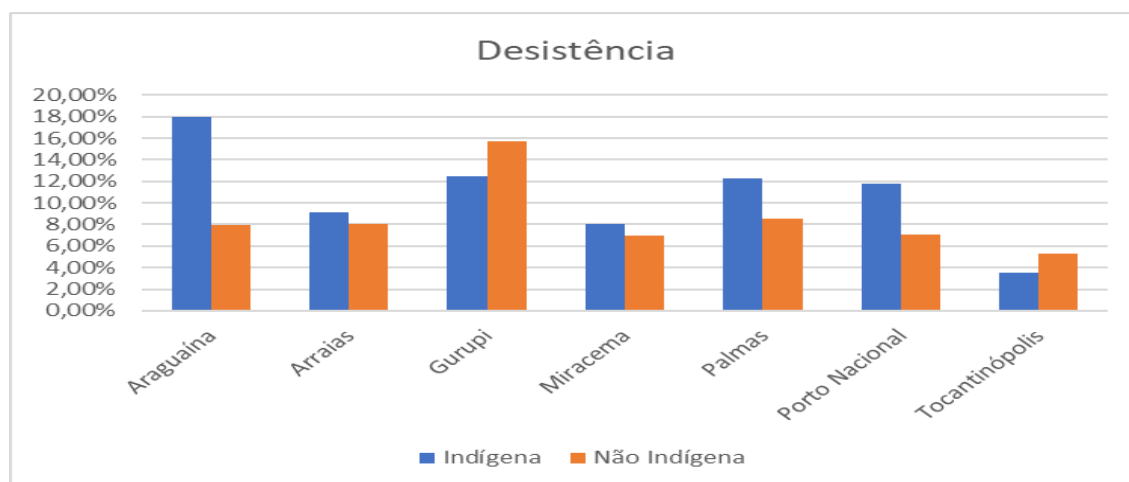


Figura 3: Comparativo (em %) entre alunos não indígenas e indígenas, elencando as taxas desistências durante o período de 2002 e 2020.

Ao analisarmos a desistência dos estudantes, percebemos que os campi da universidade mostram realidades diversas. Nos campus de Tocantinópolis e Gurupi o público não indígena tem maior taxa de desistência comparado nos demais campus, é o público indígena que apresenta maiores taxas de desistência. Destacamos o campus de Araguaína que apresenta a maior diferença entre a taxa de desistentes indígena e não indígena, sendo que os primeiros desistem duas vezes mais do que os segundos. No quesito desvinculo, os dados são apresentados na Figura 4.

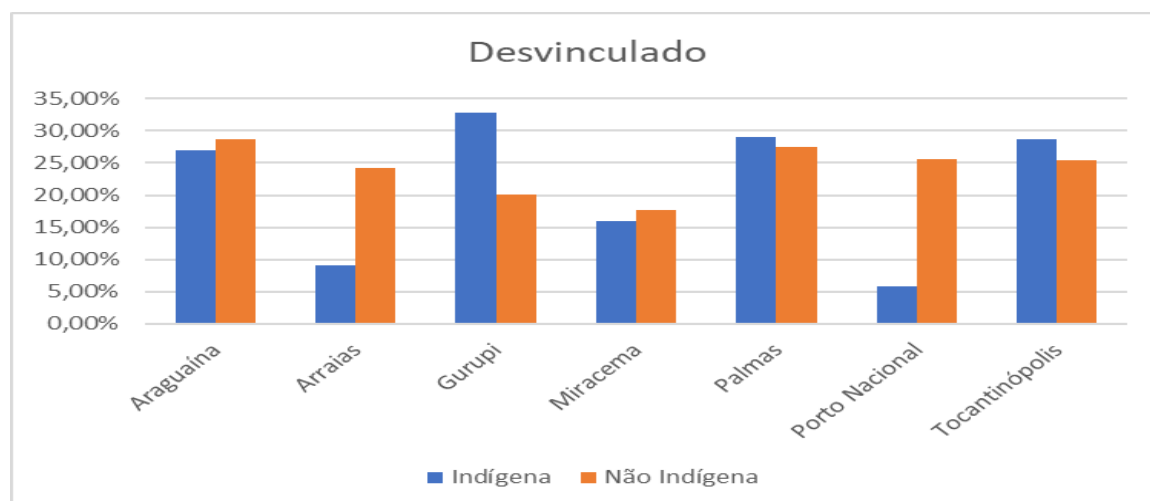


Figura 4: Comparativo (em %) entre alunos não indígenas e indígenas, elencando as taxas desvinculações durante o período de 2002 e 2020.

Neste caso, o gráfico da Figura 4, mostra que a maior parte dos campi da UFT apresenta semelhança nas taxas, porém, Gurupi, Arraias e Porto Nacional se destacam pela disparidade, sendo que nos referidos campi o público indígena apresenta taxa de desvinculo bem maior do que o público não indígena. Outra informação relevante é a taxa de alunos formados que está mostrada no gráfico da Figura 5.

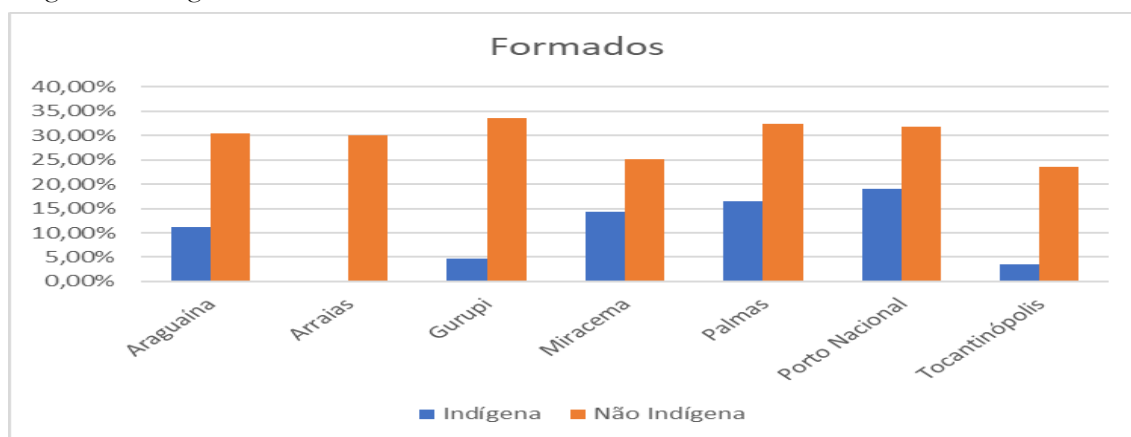


Figura 5: Comparativo (em %) entre alunos não indígenas e indígenas, elencando as taxas de formaturas durante o período de 2002 e 2020

A Figura 5 mostra, em média, que a taxa de indígenas que alcançam seus diplomas é a metade do grupo de estudantes não indígenas. O campus que apresenta maior percentual de alunos indígenas graduados não chega a formar 20 % deste público (Porto Nacional). Este dado evidencia que os estudantes de origem indígena enfrentam muitas dificuldades para concluir sua formação, é um dado preocupante e nos leva a refletir sobre ações para mudar este quadro. Como apresentado na Tabela 1, a universidade já dispõe de ações que abrangem os indígenas pertencentes ao quadro estudantil, mas ainda carece de apoio nas ações científicas e extensionistas direcionadas a estas comunidades, pois a inserção da UFT nas aldeias, por meio de projetos educacionais (por exemplo), fortaleceria o aprendizado e propiciando uma base educacional mais estruturada aos indígenas, ajudando em sua formação futura.

O baixo índice de formaturas dos alunos indígenas é reforçado pelos dados de desistência e desvinculo, pois percebemos que ao formar menos, os estudantes indígenas estão desistindo mais e sendo mais desvinculados, robustecendo a ideia de que a universidade ainda representa um espaço com muitas barreiras para este público. Também são apresentados os índices de alunos jubilados (Figura 6).

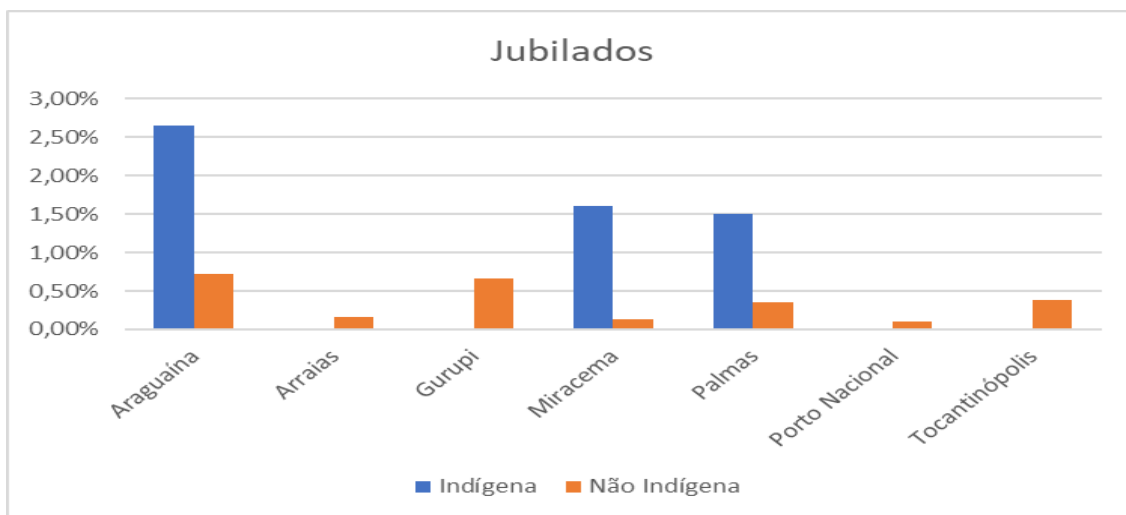


Figura 6: Comparativo (em %) entre alunos não indígenas e indígenas, elencando as taxas de jubilações durante o período de 2002 e 2020.

Ao analisarmos os estudantes da instituição que são jubilados, percebemos que de maneira geral, apenas uma pequena porcentagem entra nesta categoria (Figura 6), o que é animador. Há uma realidade bem diversa, pois na maioria dos campi não há registro de estudantes indígenas jubilados, enquanto em Araguaína, Miracema e Palmas há uma maior taxa de jubilação dos indígenas, chegando a ser mais do que o dobro do público não indígena. Também foram analisadas as taxas de alunos vinculados em cada um dos campi, e estes dados são apresentados na Figura 7, que no comparativo aos demais estudantes, mostram que o número de estudantes indígenas ativos na instituição é maior.

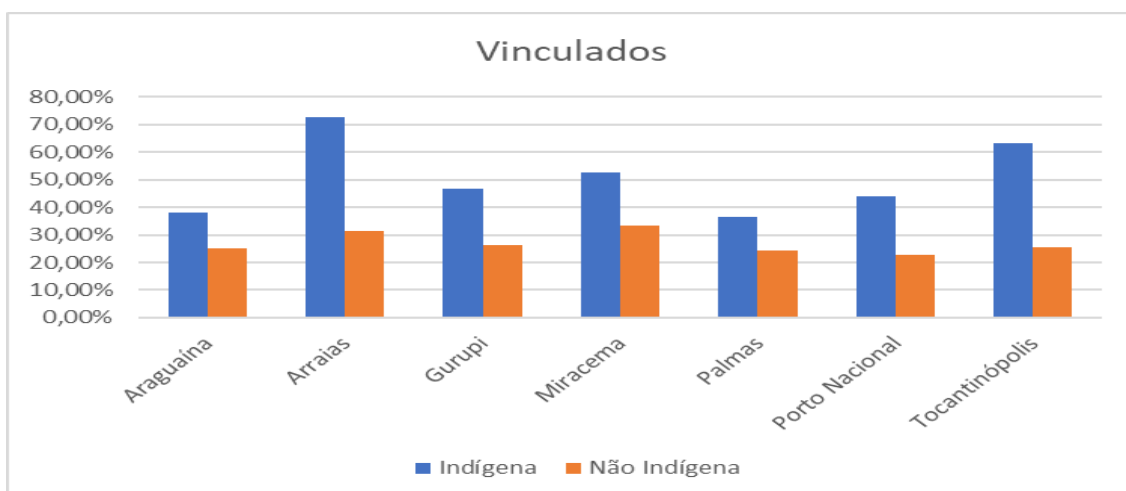


Figura 7: Comparativo (em %) entre alunos não indígenas e indígenas, elencando as taxas de estudantes ativos (vinculados) durante o período de 2002 e 2020.

Percebem-se na Figura 7, que em todos os campi prevalece à maior taxa percentual de alunos indígenas vinculados quando comparados com alunos não indígenas, chegando a ser superior a 50 % nos campi de Arraias, Miracema e Tocantinópolis. Estes dados nos levam diretamente a duas possibilidades, de que houve maior entrada de estudantes indígenas nos últimos anos e/ou estes alunos levam mais tempo para se formar, permanecendo ainda ativos na instituição. Em suma, o gráfico da Figura 8 exemplifica melhor a relação entre formados e vinculados.

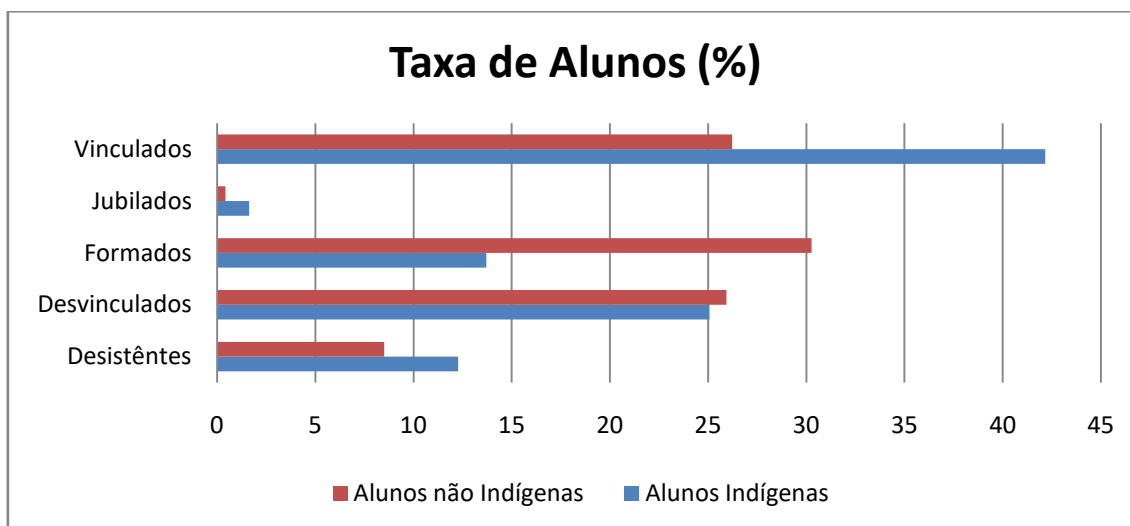


Figura 8: Taxa de alunos indígenas e não indígenas formados durante o período de 2002 e 2020

A Figura 8 condensa os grupos em uma só instituição, sem separação por Campus. Neste gráfico é possível observar que não existe diferenças significativas em três quesitos (Desistêntes, Desvinculados e Jubilados), mas exibe uma disparidade de quase 15% entre formando e alunos ativos no comparativo entre os grupos estudados. Percebe-se a relação entre estes dois quesitos, pois mesmo sem impor correlação direta entre alunos vinculados e formados, o gráfico mostra que, provavelmente os indígenas necessitam de mais tempo para concluir seu curso, por isto a relação de 15% mais Indígenas ativos e 15% menos formandos.

Conclusão

Nesta pesquisa, percebemos que a universidade recebe menos alunos indígenas do que a cota ofertada, ou seja, a instituição dispõe de 5% de suas vagas a este público, mas no período estudado apenas 1,61% dos alunos pertenciam a este grupo, evidenciando a baixa procura do indígenas por cursos superiores. Cabe inferir que, uma das principais possibilidades para este número baixo, pode estar relacionado com a deficiência educacional na formação básica.

Uma vez dentro da universidade, os dados indicam uma maior dificuldade dos alunos indígenas em concluir com êxito seus cursos de graduação, logo, entendemos que isto esteja relacionado a inúmeras barreiras que este público enfrenta para a permanência na instituição e aqui poderíamos elencar questões comuns a outros grupos de vulnerabilidade social, como dificuldades de moradia, alimentação, de transporte e de conhecimentos, porém, acreditamos que também seja plausível pontuar questões específicas, como dificuldades linguísticas e culturais.

Os alunos indígenas formam-se, durante o período estudado, 50% menos que os demais estudantes, permanecem um período mais longo na instituição e não preenchem as cotas destinadas a eles. De forma global (toda a UFT), outra informação relevante em termos educacionais está no fato da distribuição de alunos indígenas nos cursos de licenciatura e bacharelado não serem equivalentes a oferta destes cursos, ou seja, estes alunos buscam mais os bacharelados em detrimento das licenciaturas. Isto acarreta na formação de menos professores indígenas que poderiam atuar em suas aldeias, minimizando as dificuldades impostas a este público.

Mesmo com o comparativo entre grupos, os números totais impressionam pela baixa taxa de alunos formados (aproximadamente 30%) pela UFT durante os 18 anos (período estudado). Esperamos que este trabalho possa ser usados na construção de políticas afirmativas/educacionais para melhorar o desempenho acadêmico do quadro específico (alunos indígenas) e geral da instituição.

Referências

- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- CONSEPE, 2004. Universidade Federal do Tocantins. Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE Nº 3A/2004. Recuperado de: <https://docs.uft.edu.br/share/s/MEGsYBNXRBeqoxYo9Vnx1Q>
- da Rocha, A. S., Sousa, R. L., Soares, D. B., Choque, N. M. S., Dávila, L. Y. A., Dezidério, S. N., & Gomes, E. C. (2018). Ensino de Física para a população rural do Tocantins: desafios e problemas a serem superados. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 3(2), 359-380.
- da Rocha, A. S., Sousa, R. L., Soares, D. B., Choque, N. M. S., Dávila, L. Y. A., Dezidério, S. N., & Gomes, E. C. (2020). A rede escolar nas comunidades rurais assentadas, quilombolas e indígenas do Tocantins. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, v.5, e5871.
- Nunes, R. B. (2014). Realidade Escolar dos Alunos do Meio Rural do Município de Dom Feliciano/RS. Anais do X ANPED SUL, Florianópolis, SC.
- ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos". Organizações das Nações Unidas. Recuperado de: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Silva, C. A., Soares, D. B. da Rocha, A. S. (2020). Análise dos índices da educação básica das comunidades rurais Tocantinenses. *Revista Querubim* 16 Nº41 vol. 2.

Enviado em 30/12/2021

Avaliado em 15/02/2022

AS TÉCNICAS DE VENDAS COMO DIFERENCIAL NA ATIVIDADE DO GUIA DE TURISMO

Ana Raquel da Silva Olímpio⁶

Maria Gizele da Silva Gomes⁷

Erivaldo Xavier de Lima⁸

Gilmara Barros da Silva⁹

Resumo

O Guia de Turismo é um profissional com a missão precípua de conduzir as pessoas nos lugares certos em ocasiões certas, para executar experiências e produzir uma impressão positiva do destino, além de proteger os turistas de inconvenientes; cabe frisar que o mesmo é um dos principais agentes da atividade turística, além de um intermediador para venda de um produto ou serviço, sendo comissionado nas transações comerciais. Considerando a competitividade do mercado turístico, torna-se necessário a adoção de técnicas que concedam aos guias de turismo o sucesso no processo de venda o qual se tem a atenção para o recorte do projeto desta pesquisa. A pesquisa é tida como bibliográfica e de campo, com aplicação de questionários *online*, buscando um possível reparo a ausência dessa prática, haja vista, que o curso técnico de Guia de Turismo até o momento não se têm em sua grade curricular uma disciplina específica de técnicas de vendas, que aumentaria exponencialmente a lucratividade do Guia de Turismo em sua atividade.

Palavras-chave: Guia de turismo. Agência de receptivo. Técnicas de vendas.

Abstract

The Tour Guide is a professional with the main mission of lead peoples to the right places at the right times, to execute experiences and produce a positive impression of the destination, in addition to protecting tourists from inconvenience; it should be noted that he is one of the main agents of the tourist activity, as well as an intermediary for the sale of a product or service, being commissioned in commercial transactions. Considering the competitiveness of the tourist market, it is necessary to adopt techniques that grant tour guides success in the sales process, which pays attention to the outline of this research project. The research is seen as bibliographic and field, with application of online questionnaires, seeking a possible correct for the absence of this practice, since the technical course of Tourist Guide does not have your curriculum a specific discipline of sales techniques that would exponentially increase the profitability of the Tour Guide in their activity.

Keywords: Tour guide. Receptive travel agency. Sales techniques.

⁶ Orientanda SSE/RN

⁷ Orientanda SSE/RN

⁸ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor e orientador no Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz/RN, Brasil.

⁹ Doutoranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente e orientadora no Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

Introdução

Quem viaja expande horizonte conhece pessoas, amplia laços afetivos e, acima de tudo, constrói memórias e promove aprendizado e experiências que vão ser válidas para toda a vida. E não importa se a viagem for a lazer, a negócios ou até mesmo de cunho pedagógico. Viajar é ampliar a visão que temos do mundo e de nós mesmos.

A viagem é uma experiência transformadora. Tornar-se oportuno dizer que o turismo é a maior atividade em desenvolvimento no mundo. Segundo Andrade (1995):

“Turismo é o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento. A promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção. Hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais.”
ANDRADE (1995).

Dentro dessa experiência transformadora cabe contextualizar o campo de estudo deste trabalho, que é o estado do Rio Grande do Norte, região nordeste brasileira, onde segundo dados do Censo (2010), possuem uma população estimada 3.534,165 habitantes, distribuídos em 167 municípios.

Fragmentando o universo da pesquisa, cabe um recorte para a capital Natal/RN, possuidora de uma população estimada de 890.480 habitantes, Censo (2010), onde consta a maior concentração de Guias de Turismo e Agências de Turismo cadastradas no Cadastur - Mtur.

Em um recorte mais aprofundado, vem o município de Santa Cruz/RN, com população estimada de 39.988 habitantes, Censo (2010), onde residem os autores dessa pesquisa, local onde se encontra a escola que oferta o curso técnico de guia de turismo e a relevância do segmento turístico religioso de grande aceitação mercadológica com o maior monumento católico do mundo, a estátua de Santa Rita de Cássia, a padroeira do município, medindo 56 metros de altura.

Cumprida a contextualização do universo da pesquisa, faz-se necessário adentrar no universo das agências de receptivo, que aspiram proporcionar a seus clientes serviços de excelência e prazer durante a viagem com agradáveis recordações ao final, no que tange os meios de hospedagem, serviços de alimentação, entretenimento, transportes e o melhor atendimento. Para obter esse atendimento diferenciado, a presença do Guia de Turismo se torna imprescindível.

Considerando a competitividade do mercado turístico, torna-se necessário a adoção de técnicas que concedam aos Guias de Turismo o sucesso durante a prospecção de vendas, tentando nesse estudo elucidar: Como se desenvolve o processo de venda, na atividade do Guia de Turismo? Se esses profissionais se valem de *folders* no momento da negociação com o turista? Demonstram segurança na venda dos atrativos turísticos? Qual a sua postura frente às objeções?

Observou-se que a maioria das pesquisas versa sobre as características e o papel desse profissional, bem como sua importância na cadeia produtiva, mas a falta de conhecimento das técnicas de vendas frente à atividade do Guia de Turismo resulta em um baixo volume de vendas, prejudicando a sua sobrevivência no mercado; uma falta grave que deve ser mitigada.

Sendo assim a pesquisa contribuiu para a formação acadêmica e possibilitando um fácil e adequado entendimento no campo pesquisado para contemplar toda a categoria de Guias de Turismo.

Destarte, a pesquisa se propôs caracterizar como objetivo geral analisar o processo de vendas dos Guias de Turismo e os objetivos específicos foi: identificar os principais fundamentos teóricos relativos ao processo de venda; verificar o grau de conhecimento técnico do Guia de Turismo nas argumentações de vendas além de apontar as principais características observadas no processo de venda realizado pelo Guia de Turismo do estado do Rio Grande do Norte.

Fundamentação teórica

O Guia de Turismo é um profissional com a missão precípua de conduzir as pessoas nos lugares certos em ocasiões certas, para executar experiências e produzir uma impressão positiva do destino, além de proteger os turistas de inconvenientes (WONG; MCKERCHER, 2012). Cabe frisar que o Guia de Turismo é um dos principais agentes da atividade turística, e sua atuação na interpretação do lugar visitado é essencial na formação de uma experiência turística, além da primazia pela correta execução na prestação de serviços e resguardo da integridade física do turista (Sebrae, 2012).

É preciso acentuar que segundo Raposo, Capella e Santos (2004):

“[...] um especialista em relações públicas, alguém com facilidade para aprender línguas estrangeiras, boa cultura geral, profundo conhecimento do lugar onde vive e uma tremenda habilidade de descascar abacaxis, não importando onde e como eles se manifestem. O Guia de Turismo tem que ter capacidade de decisão e liderança, criatividade, desembaraço, disciplina, firmeza, flexibilidade, iniciativa, paciência, simpatia e sociabilidade, entre uma infinidade de outras qualidades, congênicas e adquiridas.” (RAPOSO; CAPELLA; SANTOS 2004, p.10).

O conceito atribuído ao Guia de Turismo pelos autores supracitados, como um “especialista em relações públicas”, elenca as generalidades pertinentes ao perfil desejável para um eficiente profissional.

A classe dos Guias de Turismo conseguiu uma vitória expressiva com a regulamentação da profissão em 10 de outubro de 1993, através do Decreto n. 946, com a regulamentação da Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993 (BRASIL, 1993), resultando em um ganho que orgulha a todos e os leva a compreender com responsabilidade a importância de sua atuação profissional. (CANANI, 1999)

Valendo-se da importância da profissão, existem duas formas do Guia exercer seu ofício: Guia Autônomo, trabalhando individualmente oferecendo às diversas agências e pessoas físicas o seu serviço. Guia de Agência, filiando-se a uma agência específica e assim só atender os grupos organizados pela sua Agência (SENAC, 1993).

Cabe frisar que independente do Guia prestar serviço em uma agência de turismo à atividade do Guia é autônoma, um prestador de serviço contratado por empreitada, denominado *freelancer*, uma prática comum do mercado. Essa prática tem duas faces: a positiva, que garante a liberdade de trabalhar em várias empresas, planejar dias, horários, negociar valores e a face negativa, pela sazonalidade conhecida como períodos de alta e baixa temporada.

O Guia de Turismo como um intermediador para venda de um produto ou serviço ele é comissionado, prática muito comum no mercado produtivo do turismo, pois o segmento tem movimentado uma política de gestão de comissão nas transações comerciais, fruto da parceria entre empresas e prestadores de serviços do segmento turístico. O valor financeiro desse comissionamento segue um padrão de 10% (por cento) do valor total dos produtos e serviços que foram intermediados; fora as diárias, no caso de viagens e excursões com preços tabelados de acordo com o Sindicato dos Guias de Turismo de cada região.

Segundo Canani (1999, p.99) embora o Guia de Turismo tenha habilidades, pelo conhecimento de conteúdos como: história, geografia, primeiros socorros, empreendedorismo, comunicação, legislação, etc. Nesse sentido, se percebe que convém desenvolver as técnicas de vendas, onde até o prezado momento não há uma disciplina específica no curso técnico de Guia de Turismo, para que o mesmo desenvolva e capitalize o seu negócio, garantindo o sucesso e regularidade no mercado de trabalho.

Parece claro afirmar que a venda é um ato único, uma história a parte, com seus processos, técnicas e para fundamentar a ideia foi dito que: “Para ser um vendedor diferenciado no mercado, primeiro é necessário amar vender, isto é, amar as pessoas e querer servi-las através da atividade das vendas” (GERHARDT, 2013).

Face ao exposto, Forte; Ramirez (2002) corroboraram dizendo que vender é influenciar a decisão do cliente, estimular, convencer, mas antes de tudo, é fazer com que o cliente tenha absoluta certeza da decisão da compra, por livre e espontânea vontade.

Na atividade do Guia de Turismo o processo de venda é natural e imprescindível; ele está sempre testando e experimentando novas formas de abordar o turista, com criatividade em suas exposições, habilidades durante a conversação em reduzir as objeções e influenciá-los para escolherem o produto ou serviço, e com isso, aumentar o índice de receitas.

Enquanto muitos Guias têm vocação e orgulho de representar e interpretar o ambiente natural e cultural do lugar, outros têm uma orientação mais comercial do trabalho. Em uma ótica estritamente de negócios, o interesse desses profissionais é vender imagens, conhecimento, ideologias, contatos e *souvenirs* (SALAZAR, 2005).

A título de conhecimento comum, as Agências de Turismo são empresas que assessoram os turistas, ou seja, pelo seu deslocamento, pois prestam serviços e vendem produtos necessários para que os mesmos realizem sua viagem. Uma Agência de Turismo lida com o atendimento ao público, organiza e promove pacotes turísticos disponibilizando uma variedade de serviços. (DE LA TORRE, 2003). E dispõe ainda sobre os serviços considerados de operação de viagens que são: “excursões e passeios turísticos, a organização, contratação e execução de programas, roteiros, itinerários, bem como recepção, transferência e a assistência ao turista”(BRASIL, 2008).

Corroborando, Lohmann (2007) afirma que as Agências de Turismo apresentam três funções básicas: intermediação, operação e consultoria. Quanto à intermediação, como o nome já explicita, faz a intermediação de serviços turísticos entre as agências e os clientes; a segunda função denominada operação, organiza e vende os pacotes para atender os clientes. Já a terceira função, a agência presta consultoria, informações detalhadas, aconselhando seus clientes de forma a aumentar o conhecimento com relação ao destino.

É preciso entender que uma Agência de Turismo Receptivo “é a responsável pela operação local da viagem, ou seja, é ela que atende o turista no seu destino providenciando traslados, ingressos para espetáculos, *city tours* e outros serviços requisitados” (LAGO; CANCELLIER, 2005, p. 500). Essas empresas têm atuação local de demanda receptiva.

Discussão dos resultados

A coleta de dados foi realizada mediante aplicação de um instrumento previamente elaborado e aplicado entre 06 de setembro e 21 de outubro de 2021. Após análise adentrou-se na discussão dos dados cabendo destacar o perfil da população respondente que foram 120 e abaixo estão postas as informações como: sexo, faixa etária, grau de instrução, classificação dos Guias, pólos turísticos, locais de atuação dos respondentes e tempo de experiência na profissão.

Tabela 1: Estratificação Social

PERFIL	PORCENTAGEM	RESPONDENTES
1- Feminino	79,2%	95
2- Entre 29 a 39 anos	79,2%	95
3- Ensino Médio	81,7%	98
4- Guia Regional – RN	93,3%	112
5- Polo Costa das Dunas	95%	114
6- Atuação em Agências de Receptivo	90%	108
7- Experiência profissional entre 5 e 9 anos	84,2%	101

Fonte: Elaboração própria em 2021.

Cabe informar que a estratificação social engloba propostas teóricas com inúmeras variantes, contribuindo para o conhecimento das estruturas e processos sociais, para futuras explicações das caracterizações obtidas dos atores envolvidos que se ligarão com a epistemologia e teorias, dando credibilidade à pesquisa.

Sendo assim a tabela acima encontra-se apresentada de forma organizada em torno de três temáticas articuladas entre si: a temática das necessidades do nº 1 ao 3; dos imperativos funcionais, nº 4 e 5, culminando com o consenso nos nº 6 e 7, que segundo Davis e Moore (1966) justificaram que a estratificação é relevante pela necessidade de fazer e executar melhor as tarefas, pela distribuição eficaz dos papéis sociais dos indivíduos pesquisados.

Respondendo ao objetivo geral desta pesquisa, que foi analisar o processo de vendas dos Guias de Turismo, foram expressas as seguintes respostas, (Tabela 2).

Tabela 2: Atendendo objetivo geral.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
8- Quando foi a última vez que o Sr. (a) dedicou tempo para treinar as técnicas de vendas?	87,5% Nunca
9- O Sr. (a) se vale de <i>folders</i> e/ou material informativo dos serviços no momento do <i>city tour</i> ?	83,3% Não
10- No contexto da atividade do Guia de Turismo, qual etapa no processo de venda o Sr. (a) tem mais dificuldade?	89,2% Negociação

Fonte: Elaboração própria em 2021.

Face ao exposto, 105 respondentes nunca dedicaram seu tempo para treinar as técnicas de vendas, já que em sua atividade é bem dinamizada, no prestar informações dos lugares visitados, atender individualmente ao passageiro, dentre outras demandas como a de vender os atrativos turísticos.

Percebeu-se também que 100 Guias de Turismo não costumam distribuir material de divulgação dos atrativos turísticos, apenas verbalizam durante as informações no City Tour (passeio na cidade). Em contra partida, já se ouviu um adágio popular: “o que os olhos vêem, o coração sente.” De acordo com Blessa (2003, p.29), o sentido da visão se destaca, pois é ela que faz o cérebro reagir na direção do produto, sendo assim, torna-se o sentido responsável pelo processo de escolha de um produto ou serviço.

Foi respondido por 107 profissionais que há deficiência no processo de negociação durante a venda. Há profissionais focados no relacionamento pessoal e outros mais preocupados com o conhecimento técnico do produto; precisando alinhar as habilidades interpessoais e técnicas na negociação e assim todos ganham, como afirmam Martinelli e Almeida (1998, p.17) o pensamento de divisão dos ganhos entre as partes envolvidas, o chamado “ganha-ganha.”

Posto isto, o primeiro objetivo específico desta pesquisa, tendeu-se a identificar os principais fundamentos teóricos relativos ao processo de venda; foram apresentadas as seguintes respostas, (Tabela 3).

Tabela 3: O primeiro objetivo específico da pesquisa.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
11- Me destaco como um bom vendedor?	95% Apenas cumpro o protocolo.
12- O que o Sr. (a) acha sobre a visão da Agência de Receptivo, quanto ao treinamento de vendas para os Guias de Turismo?	84,2% <i>Freelancer</i>
13- Que tipo de Guia de Turismo você se enquadra no que tange ao treinamento de vendas?	80,8% Motivado mas não sabe vender

Fonte: Elaboração própria em 2021.

Afinal, segundo Gobe *et. al.* (2007, p. 209) afirma não haver um fórmula para se vender bem, o que realmente existe são planejamentos, técnicas e estratégias aliadas a esforço e motivação, fazendo o profissional sentir-se mais seguro e capaz de atingir seus objetivos. Na questão nº 11, quando foi perguntado se seriam bons vendedores, 114 respondentes disseram que apenas cumpriam o protocolo de oferecer os passeios, desprovidos de técnicas de vendas.

Na questão de nº 12, reporta-se o olhar do Guias de Turismo para as Agências de Receptivo, se há interesse de alavancar as vendas treinando os profissionais. Como o Guia de Turismo é um *freelancer* (prestador de serviço autônomo); 101 respondentes afirmaram que a empresa não tem interesse, por entender que o profissional já venha com algum conhecimento prévio e a inviabilidade cronológica para se treinar.

A percepção das respostas da questão de nº 13, se o Guia de Turismo estaria enquadrado no que tange a treinamento de técnicas de vendas; dos 120 questionados, apenas 97 respondentes estão motivados com sua profissão, mas não desenvolvem bem as técnicas de vendas, entendendo que seria relevante um treinamento para alavancar as vendas.

Partindo para o segundo objetivo específico procurou verificar o grau de conhecimento do Guia de Turismo nas argumentações de vendas; onde as respostas encontram-se na (Tabela 4).

Tabela 4: O segundo objetivo específico da pesquisa.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
14- Costuma falar/argumentar os diferenciais de cada passeio com o turista?	88,3% Sim
15- Por não conhecer as técnicas de vendas, existe possibilidade de perder venda?	71,7% Sim
16- Qual a sua dificuldade na venda?	90% Desconhecimento das técnicas de vendas
17- Você estudou técnicas de vendas no curso de Guia de Turismo?	69,2% Não. Precisou buscar fora do curso.

Fonte: Elaboração própria em 2021.

Na questão nº 14, 106 respondentes disseram que costumam argumentar as objeções sobre os passeios oferecidos ao turista. Segundo Futrell (2003, p.285) “A oposição ou a resistência às informações ou à solicitação do vendedor é chamada de objeção à venda.” O autor revela que a objeção deve ser encarada positivamente, pois mostra o interesse do possível cliente pelo produto ou serviço ofertado.

Objeções são partes normais e naturais de quase toda conversação, elas fazem parte do processo de negociação de vendas, afirmou Candeloro (1998) que se não houvesse as objeções o vendedor não teria emprego. Sendo assim elas aparecerem como uma dúvida, significando interesse do turista (cliente) que podem ser úteis para esclarecer as dúvidas e serem decisivas no fechamento da venda do produto ou serviço.

As questões nº 15 e 16 os respondentes expuseram as dificuldades de se vender sem as técnicas de vendas e a perda da venda. Como foi visto anteriormente dentro da etapa da venda (abordagem) acontecem às objeções como afirmou Cobra (2009, p. 329) que o vendedor competente deve ser polivalente, visionário e missionário. Polivalente no sentido de ir além da sua atividade, adentrando no conhecimento econômico, psicológico, dentre outras áreas; como Visionário tentando projetar-se para o futuro, no caso do Guia de Turismo, projetar a meta financeira para o dia, semana ou mês e por fim um Missionário satisfazendo as necessidades de todos os envolvidos, agência, turista e ele mesmo.

Verificou-se na questão nº 17 sobre a importância das técnicas de vendas, onde 83 (69,2%) respondentes buscaram fora do curso às técnicas de vendas e 24 (20%) respondentes afirmou que não tiveram essas técnicas como disciplina no curso técnico de Guia de Turismo. Cabe frisar que quase 90% dos entrevistados poderiam ter as habilidades técnicas como chave de sucesso no processo de negociação, que de acordo com Burbridge *et. al.* (2005, p. 8) “considerando que as partes têm objetivos distintos, a negociação objetiva um acordo que possibilite contemplar os objetivos das partes.”

Seguindo para o término das análises com o terceiro objetivo específico, procurou apontar as principais características observadas no processo de venda realizado pelo Guia de Turismo do estado do Rio Grande do Norte; apresentadas na (Tabela 5).

Tabela 5: O terceiro objetivo específico da pesquisa.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
18- Costuma distribuir brindes ou dar descontos no momento de negociação do passeio?	76,7% Não
19- O “NÃO” te incomoda na hora da negociação?	76,7% Sim
20- Como você descreveria os serviços oferecidos aos passageiros?	97,5% Necessário e Bom

Fonte: Elaboração própria em 2021.

O resultado da questão nº 18, onde os 92 respondentes afirmaram que não costumam incentivar as vendas com brindes ou descontos. Cabe frisar que o brinde é uma relevante ferramenta de marketing que as empresas utilizam para conquistar a simpatia dos seus clientes. Torna-se necessário criar uma ligação direta entre o brinde e o seu passeio. Ex.: City Tour que passa pelo maior Cajueiro do Mundo, na Praia de Pirangi em Parnamirim/RN, nada mais viável de explorar esse passeio com o brinde comestível (castanha de caju), brinde que conquista a simpatia do cliente, pois a promoção de venda encontra-se ligada as emoções transmitindo atenção e carinho; confirmada por Belch e Belch (2014) que classificam brindes como produtos grátis oferecidos aos clientes pela compra ou a um valor mais baixo que o comum.

O “NÃO” incomoda na opinião dos 92 respondentes, haja vista que os mesmos não têm habilidades para superar as objeções na negociação da venda do passeio, por isso a entrega de um brinde promocional antecipadamente ajuda na construção de uma negociação de venda exitosa.

A variável nomeada “como você descreveria os serviços oferecidos aos passageiros?” Questão de nº 20, quase totalizou os 120 respondentes, onde 117 (97,59%) afirmaram que é necessário e bom, pois na atividade do Guia de Turismo a comissão de 10% pelos seus serviços é primordial para seu sustento e não pode deixar de lado. Sendo assim as técnicas de vendas é uma realidade e precisa ser bem definida.

Considerações finais

Diante do exposto, o que se percebeu foi à relevância do profissional Guia de Turismo no cenário turístico potiguar e suas necessidades de aprimorar habilidades nas negociações de vendas frente ao público que utilizam as Agências de Receptivo.

A partir do objetivo geral desta pesquisa, que foi analisar o processo de vendas dos Guias de Turismo devidamente atuantes no estado do Rio Grande do Norte, cadastrados no Cadastur/MTur, os resultados mostraram as possíveis fragilidades, uma delas é que o profissional Guia de Turismo não foi devidamente instruído na escola técnica no universo das técnicas de vendas, sendo afligido durante as negociações de vendas dos passeios e assim tornou-se mais fácil definir qual caminho ele deverá tomar junto com a Agência de Receptivo, traçando um plano de capacitação profissional “Guia mais” cujo objetivo é potencializar as vendas e garantir a saúde financeira e mercadológica de ambos.

Como proposição dos autores foram à utilização de treinamentos à distância, com uso de *podcast* e/ou vídeos curtos com dicas de técnicas de vendas, além de treinamentos presenciais (prática) com um Guia de Turismo da própria agência com um maior fluxo de vendas, transformando-o em um mentor, atualizando e motivando os que menos vendem. Esses treinamentos são mais dinâmicos nos processos, inovadores e menos onerosos, garantindo o sucesso de todos os envolvidos.

Para as instituições de formação técnica profissionalizante de Guias de Turismo, pode-se inserir uma disciplina específica de Técnicas de Vendas ou Técnicas de Negociação na grade curricular, agregando valor ao curso e aos futuros profissionais que estão sendo lapidados pelos docentes.

Por fim, os autores sugerem a crítica e o aprofundamento do tema, que se alargue para o fomento do turismo e da sociedade organizada em geral.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR6022**: apresentação de artigos em publicações periódicas. Rio de Janeiro, 1994.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1995.
- BELCH, George E.; BELCH, Michael E. **Promoção de Vendas**. In: BELCH, George E.; Propaganda e Promoção: Uma Perspectiva da Comunicação Integrada de Marketing. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. Cap 16. p. 513-558.
- BLESSA, Regina. **Merchandising no ponto-de-venda**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Lei Geral do Turismo**, n. 11.771, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 18.jun.2021.
- _____. Decreto n. 946, de 10/10/1993. **Regulamentação da profissão do guia de turismo**.
- _____. Lei n. 8.623, de 28 de janeiro de 1993
- _____. Cadastur. Ministério do Turismo. **Pesquisa de prestadores de serviços**. Brasília-DF, 2021.
- BURBRIDGE, Marc R. [et. al.] **Gestão da negociação**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CANANI, Ivone Selva Santos. **Guia de turismo**: o mérito da profissão. Turismo em Análise. São Paulo, v. 10, n. 1, 1999. p. 92-106.
- CANDELORO, Raul. **Negócio fechado**: como superar objeções, contornar resistências e negociar melhor em vendas. 2. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1998.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/santa-cruz>> Acesso em: 18.mai. 2021.
- _____. **Cidades e Estado**: Natal/RN. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn.html>> Acesso em: 18.mai.2021.
- _____. **Cidades e Estado**: Santa Cruz/RN. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn.html>> Acesso em: 18.mai.2021.
- COMENTTO. Comentto Pesquisa de Mercado. **Cálculo amostral**. Disponível em: <<https://comentto.com/calculadora-amostral>> Acesso em: 20.jun.2021
- COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2009.
- DAVIS Kingsley; MOORE, Wilbert. E. **Some principles of stratification**, in The American Sociological Review, vol. 10, n.º 2, 1945, p.242-249; Reeditado com o mesmo título por Bendix e Lipset (orgs.), Class Status and Power, Nova Iorque, The Free Press, 1966.
- DE LA TORRE, F. **Agências de viagens e transporte**. São Paulo: Roca, 2003.
- FORTE, C.D; RAMIREZ, P. **Gestão Empresarial**. São Paulo: Copidart, 2002.
- FUTRELL, Charles M. **Vendas**: fundamentos e novas práticas de gestão. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GERHARDT, Paulo M.T. **O segredo dos campeões de vendas**: Como tornar-se um vendedor de alta performance e ter uma carreira de sucesso em vendas. Porto Alegre: Treinar, 2013.
- GOBE. Antonio Carlos [et al.] **Administração de vendas**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- LAGO, R.; CANCELLIER, E. L. P. de L. **Agências de viagens**: desafios de um mercado em reestruturação. Turismo – Visão e Ação, v. 7, n. 3, p. 507-514, 2005.
- LOHMANN, G. **A tecnologia e os canais de distribuição em turismo**. In: BRAGA, D. C. (Org.). Agências de viagens e turismo: práticas de mercado. São Paulo: Campus, 2007, p. 30-41.
- MARTINELLI, Dante P; ALMEIDA, Ana P. **Negociação e solução de conflitos**: o impasse ganha-ganha através do melhor estilo. São Paulo: Atlas, 1998.

- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 5. ed. São Paulo: Elsevier, 2011. p.36-37
- RAPOSO, Alexandre; CAPELA, Márcia; SANTOS, Cláudia Cardoso dos. **Turismo no Brasil: Um Guia de Turismo para o guia**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2004. p.10.
- ROSA, Merval. **Psicologia Evolutiva**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994
- SALAZAR, N. B. **Tourism and glocalization** “local” tour guiding. *Annals of Tourism Research*, v. 32, n. 3, p. 628-646, 2005.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - Senac. Manual do Guia de Turismo, 1993.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Ideias de negócios para 2014**. Turismo – Agência de Turismo Receptivo. Brasília: Sebrae, 2012.
- WONG, C. U. I.; MCKERCHER, B. **Day tour itineraries: searching for the balance between commercial needs and experiential desires**. *Tourism Management*, v. 33, n. 6, p. 1360-1372, 2012.
- Enviado em 30/12/2021
Avaliado em 15/02/2022

A FEIRA LIVRE SOB A ÓTICA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Erivaldo Xavier de Lima¹⁰

Resumo

A reflexão apresentada buscou discorrer sobre feira livre reportando-se ao lugar da proximidade, da descontração, da brincadeira, da festa, um espaço dotado de significados para aqueles que a vivenciam, além de ser um espaço de poder territorializado, de interesse comercial e de subsistência onde o feirante, o feirófilo e os entes públicos não percebem a riqueza de uma proposta ineditista de feira temática turístico cultural do estado, cujo objetivo foi refletir geograficamente acerca da feira livre, além de sua contribuição para uma proposição de um atrativo turístico no lugar; dentro de uma relevante base teórico-metodológico. Trata-se de um estudo exploratório descritivo com o método de coleta bibliográfica e documental, centrada em procedimentos de consulta, interpretação e análise acerca da temática. O presente artigo encontra-se dividido, além da seção introdutória, em seu desenvolvimento: a perspectiva de feira na ótica do pensamento geográfico cultural. Por último, uma reflexão concludente onde pode-se afirmar que a feira livre além de ser uma fonte de renda, essencial para o abastecimento da cidade; sob a ótica da dimensão espacial da vivência, torna-se uma opção para o intercâmbio cultural e assim se estabelecer um potencial produto turístico lastreado pela fundamentação do pensamento geográfico.

Palavras-chave: Feira Livre; Geografia Cultural; Pensamento Geográfico.

Abstract

The reflection presented sought to discuss the street market referring to the place of proximity, relaxation, play, party, a space endowed with meaning for those who experience it, in addition to being a space of territorialized power, commercial interest and livelihood where the marketer, consumers and public entities do not perceive the richness of an unprecedented proposal of the state's cultural tourism theme fair, whose objective to reflect geographically on the street market, in addition to its contribution to a proposition of a tourist attraction in the place; within a relevant theoretical-methodological basis. This is an exploratory descriptive study with the method of bibliographic and documentary collection, centered on consultation, interpretation and analysis procedures on the subject. This article is divided, in addition to the introductory section, in its development: the fair perspective from the perspective of cultural geographic thought. Finally, a concluding reflection where it can be said that the street market, in addition to being a source of income, essential for supplying the city, from the perspective of the spatial dimension of the experience; becomes an option for cultural exchange and so to establish a potential tourist product backed by the foundation of geographic thinking.

Keywords: Street Market; Cultural Geography; Geographical Thinking.

¹⁰ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor e orientador no Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz/RN, Brasil.

Introdução

Diferentemente dos supermercados dotados de uniformização, silêncio e repertório pré-estabelecido; a feira livre é um comércio aberto, onde se reporta ao lugar de proximidade, descontração, brincadeira, barulho, festa, um espaço dotado de significados para aqueles que a vivenciam, com suas particularidades históricas onde segundo Braudel (1998 p.6) afirma ser “um centro natural da vida social.” Nesse sentido a feira livre não se configura apenas como um mercado, mas um lugar das relações de sociabilidade, saberes e dizeres, ou seja, um lugar sócio-cultural baseado em vivências.

Peculiarmente existe uma ordem no universo das feiras livres, em que as regras convivem com interações lúdicas e pessoais, contribuindo na vivência do tempo e do espaço, criando o evento provisório denominado “feira” (SATO, 2012). Em um pequeno período semanal, o espaço urbano se transforma para dar lugar à feira, criando um palco envolvendo arte, brincadeira, comércio e trabalho (SATO, 2012). Cabe frisar a diferença marcante entre o “espaço vazio” e praticamente, não visto pelos passantes durante a semana e o “espaço produzido” pelos feirantes, consumidores e frequentadores nos habituais dias de feira (VEDANA, 2004).

Aos pés da Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, no município de Santa Cruz/RN; em um lugar movimentado e cheio de sons, com uma estrutura diversa e singular, cujos processos e funções se materializam em uma paisagem complexa, pelos amontoados de barracas desproporcionais, ambiente barulhento, alegre, visualmente colorido pelas frutas, verduras e roupas; caracteriza-se assim a centenária feira livre de Santa Cruz/RN.

Cabe frisar que o objetivo da pesquisa foi analisar o potencial espaço urbano da feira livre de interesse turístico, e especificamente se debruçar na identificação do perfil do visitante da feira; perceber se os feirantes e entes públicos enxergam o possível desenvolvimento turístico, já que a feira se constitui em um espaço de poder territorializado e assim analisar a atratividade turística e cultural do lugar para propor adequações de forma coordenada e sistemática ao espaço provisório de produção, consumo e turismo.

Dada a relevância do argumento inicial, coube questionar: em que medida a feira livre se apresenta como dimensão espacial territorializada? Em que proporção a feira livre de Santa Cruz/RN se apresenta como um possível espaço de interesse turístico? Frente a esses questionamentos norteadores, o presente artigo, buscou com base em uma reflexão teórico-metodológico sobre a importância do trabalho dos pensadores como Carl Sauer, Paul Claval dentre outros sob a temática da Geografia Cultural, uma vez que esta se tornou uma tendência, centrada no conceito de cultura e assim tornando-se um desafio a que nos propomos no presente texto, frente aos autores que metodologicamente ancoramos, a partir da linha de análise proposta neste estudo.

A realização deste artigo fundamentou-se, basicamente, pelo método de coleta bibliográfica e documental, centrada em procedimentos de consulta, interpretação e análise acerca da temática, além de não se efetuar referências à exaustão de todos os nossos pares que escreveram sobre a questão, com a finalidade, de evitar excessos de citações fatigando o leitor.

A noção de cultura aplicada do início do século XIX até meados do século XX esteve intrinsecamente apegada aos comportamentos humanos, sendo assim a geografia cultural tornou-se um subcampo da Geografia, onde no Brasil pela sua heterogeneidade cultural tornou-se um excepcional campo para o estudo científico da Geografia Cultural, que expõe problemas desafiadores, além, de sugerir procedimentos elucidativos criando caminhos para o homem.

A Geografia Cultural, como uma tendência da ciência geográfica, passou por alterações teóricas no transcorrer dos anos. Través da valorização de mundo vivido, com foco para a materialidade da cultura, ou seja, a ênfase para os elementos visíveis na paisagem fomentada por Caul Sauer (1889-1975) superada pela fusão entre o material e o imaterial vigente no sistema simbólico de determinado grupo cultural, defendida por Paul Vidal de La Blache (1845-1918).

Há um consenso entre Geografia Cultural e o conceito de cultura como: “... aquilo que se interpõe entre o homem (*sic*) e o meio e humaniza as paisagens [...] uma estrutura geralmente estável de comportamento que interessa descrever e explicar” (CLAVAL, 1999a, p. 35). Sendo assim entende-se como cultura o conjunto de utensílios, técnicas, hábitos, costumes, padrões de habitação e produção dos grupos humanos, percebidos como independentes uns dos outros, na construção de uma paisagem cultural única, que segundo Sauer (1998, p.27), a construção da paisagem, ao longo do tempo, era o objeto da geografia; e para La Blache (1921), a paisagem cultural, a maneira de ser, a adaptação ao meio a partir da herança cultural era o critério de delimitação de uma região. Nesse contexto a cultura, seria um conceito operacional e não analítico, por meio do qual se delimitariam áreas culturais, tendo como critério a paisagem construída por ela (DUNCAN, 2002).

Nisso se explora a posicionalidade, reflexibilidade frente às escolhas teóricas através dos desdobramentos no artigo onde no desenvolvimento se debruça em um debate teórico sobre o desenvolvimento na perspectiva de feira, das discussões culturais dentro da geografia; num segundo momento uma reflexão acerca da influência de Carl Sauer as contribuições de Paul Claval na perspectiva da dimensão cultural da feira com abertura para a produção do turismo e por último, no tocante ao tema supracitado pelo artigo ressalta-se uma reflexão conclusiva acerca da feira livre como dimensão espacial fortalecendo os estudos no campo da ciência geográfica.

Fundamentação teórica

A feira livre de Santa Cruz/RN, localizada na Mesorregião Agreste Potiguar e Microrregião da Borborema Potiguar, a 115 Km da capital Natal-RN, com acesso pela BR 226; limitando-se ao Norte, com os municípios de Sítio Novo, Lages Pintada e São Tomé-RN, ao Sul, com São Bento do Trairi-RN e Japi-RN, ao Leste com o município de Tangará-RN e a Oeste, os municípios de Coronel Ezequiel e Campo Redondo/RN. Santa Cruz-RN tem uma população estimada de aproximadamente 35.797 hab.(CENSO, 2010).

No município supracitado encontra-se a maior estátua católica do mundo com 56 metros de altura, Santa Rita de Cássia que é a padroeira da cidade de Santa Cruz-RN, aclamada de madrinha do sertanejo. Margherita Lotti, ou carinhosamente no diminutivo, Rita; canonizada no ano de 1900, no dia 24 de maio, pelo Papa Leão XIII e sua festa é comemorada no dia 22 de maio de todos os anos. (TERRA SANTA, 2019)

No contexto da feira de Santa Cruz/RN, percebe-se um espaço de troca e relações sociais, para quem vêm observar, pechinchar ou procurar algo específico, e assim criam laços de afetividade, que rompe a relação comerciante-freguês, outros sustentam a tradição de ir à feira livre toda semana, para comer pastel e tomar caldo de cana, atualizar a prosa com o amigo que mora na rua do lado, na barraquinha do “Pica-Pau” que vende a melhor banana da cidade. Neste sentido as barraquinhas são contato, locais onde os sentidos são aguçados: são percebidos sons, odores, fala-se mais alto, muitos risos, anda-se mais à vontade, uma mistura de todas as classes sociais (COSTA, 2010, p. 174).

A feira livre é um evento semanal e tradicional de expressiva relevância, tanto em termos de geração de renda para os feirantes que nela trabalham quanto para a dinâmica regional que confere centralidade a cidade, aja vista que muitos feirantes e consumidores advêm de municípios adjacentes que segundo Bezerra (1983, p. 80):

“Santa Cruz ainda era vila quando foi iniciada a feira local, em 1879, em um dia de domingo. A Câmara Municipal, na sessão de 26 de Setembro de 1890, determinou a transferência da feira para o dia de sábado, em vez de domingo, e para que o público tivesse conhecimento dessa mudança, a Câmara contratou o preto de nome Joaquim Bernardo, que pregoava pública e solenemente essa transferência. Ainda em 1890 a Câmara Municipal, em sessão, marcou o lugar da feira que deveria ser localizada em frente à casa de Joaquim Claudiano da Rocha até á de Alexandre de Melo Ferreira Pinto.” (BEZERRA, 1983)

A importância que a feira livre de Santa Cruz/RN assume no contexto regional está associada, entre outros fatores, ao fato de não existir essa atividade em algumas cidades circunvizinhas como Campo Redondo, Japi, Sítio Novo. Essa situação pode ser elucidada a partir das reflexões de Rolim (1993), que se fundamentam na teoria da centralidade, de Chistaller, segundo a qual, muitas vezes o serviço do mesmo nível apresentado no lugar central pode inibir o seu surgimento naqueles lugares de ordem inferior, mesmo que tenha um mercado para ofertá-lo. Em outras palavras, cidades que detêm a condição de centralidade e oferecem determinados serviços, podem inibir o surgimento deste mesmo serviço nas cidades menores, por apresentarem melhores condições em termos de preço e qualidade, por exemplo.

Este evento requisita uma reorganização espacial do centro da cidade. Essa reorganização se inicia na quinta-feira e se intensifica na sexta-feira, com a chegada dos feirantes de outros municípios para prepararem as bancas onde serão expostos os produtos. Aos sábados, o dia oficial da feira, aumenta o fluxo de pessoas que vem a Santa Cruz/RN, de modo que a área central da cidade se reorganiza para alojar esse mercado periódico que já é bastante tradicional.

Os feirantes comercializam frutas, verduras, cereais, legumes, carne - sendo estas dispostas em bancas de madeira nas ruas; bem como roupas, alumínio, cordas, redes, chás, ervas, bacias, etc. Há também os “mangaieiros” que comercializam chapéus, celas de cavalo e sandálias (NUNES FILHO, 2012) dentre outros produtos artesanais.

Cabe frisar que a organização espacial da feira revela locais específicos para determinados tipos de produtos que serão facilmente encontrados, devidamente organizados pelo poder público municipal, que define os espaços destinados a determinadas atividades e os horários para circulação de veículos na área ocupada pela atividade, visando evitar confrontos entre os feirantes e moradores e facilitando a cobrança do imposto pelos fiscais da secretaria de tributação municipal.

Do universo da feira livre, é preciso compreender o pensamento geográfico, se debruçar quanto à existência, a vivência das pessoas, enquanto suas práticas, desde o ato de ir à feira, as características dos feirófilos (frequentadores de feira) frente às dimensões econômicas e culturais. De forma geral temos uma história de identidade e lembrança de uma feira, seja no âmbito cultural, alimentar, econômico ou pelo simples lazer.

Desse modo o cotidiano feirístico é mais do que uma história do banal, do corriqueiro, é mais do que trânsito intenso e apressado de mercadorias, dos seus transportes, dos homens sendo transportados individualmente ou coletivamente sobre o traçado físico do espaço. A vivência do cotidiano é efeito material e simbólico desses movimentos reveladores de sentidos do pensar e agir dos homens em suas múltiplas relações sociais, tecidas em diferentes lugares. (SIMAN, 2010, p.583).

Sabe-se que a cultura compreende todas as formas de expressão humana, como: o sentir, o agir, o pensar, o fazer, bem como as relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente, ficando demonstrado pelo Ministério do Turismo - Mtur, Brasil (2010). Oportunidade para o aumento do fluxo de visitantes, pela vivência cultural de um lugar.

No que se refere ao patrimônio cultural de um lugar:

“se constituem em aspectos diferenciais para o desenvolvimento de produtos e para a promoção dos empreendimentos, isso pode ser feito através de restaurantes dedicados à gastronomia tradicional, artesanato local na decoração e ambientação dos equipamentos, nas programações de entretenimento com manifestações culturais autênticas” (BRASIL, 2010, p. 16).

Há de convir que, o patrimônio cultural é bastante abrangente, e compreende aspectos tangíveis e intangíveis, que devem ser explorados tanto por moradores, entes públicos, quanto por turistas, visando a sua divulgação e exploração do espaço e conseqüentemente, a sua preservação, que para o turismo, as feiras se enquadram como atrativo cultural (BRASIL, 2015).

Sobre a perspectiva espacial de feira, enquanto lugar “bagunçado” com seus sons, seu universo de múltiplas racionalidades existentes, pode ser um potencial atrativo turístico, cabendo citar Lefvbre (1991); que em seu livro *Direito à Cidade*, nos impulsiona para o usufruto da cidade, na vida cotidiana, sob a ótica do novo humanismo, através de indagações de como está o território vivido, considerando não o “espaço em si mesmo”, mas pela compreensão de espaço; concebido, percebido e vivido, como dimensões espaciais indissociáveis.

Fazendo a ligação para o contexto da feira livre, que em um dia da semana atrai a centralidade da cidade, como um grande palco de proximidades, de descontração, de brincadeira, de festa, de alegria, dotado de significados, particularidades históricas, se apresentando como possibilidade de além de ser um comércio alternativo, ser um ponto turístico da cidade.

Em suma, acredita-se situar a proposta do método fenomenológico na reflexão deste artigo neste quadro referencial que surge da articulação entre pensadores da Geografia Cultural como Paul Claval e Caul Sauer, cabendo a autoidentificação das abordagens culturais no âmbito conceitual. Tal ensejo compreende a relação do campo da Geografia Cultural e a universalização em práticas acadêmicas em relação à ciência geográfica.

Ao compreender o homem sociológico como frisou Paul Claval; pois a geografia é antes de tudo o marco da existência humana e não só da terra, princípio de autor. Já o geógrafo Carl Sauer atua em um contexto diferente, mas com relevantes contribuições para o conhecimento geográfico, sobretudo, para as abordagens culturais na Geografia.

Direcionar reflexões pautadas no conhecimento desses dois pensadores é importante, pois permite conhecer os caminhos percorridos por eles e de que maneira contribuíram na compreensão da ação humana, dado que é muito complexa e age como produtora e produto do espaço.

Eles situaram-se entre muitos estudiosos que decisivamente fizeram a Geografia se desenvolver em realidades distintas, porém de mudanças, como foram às décadas de 1920 a 1970. Desse modo, vivendo em um contexto determinista e positivista, e tentando opor-se a isso, Carl Sauer buscou trilhar outros caminhos na Geografia, no qual objetivava compreender as ações do homem sobre as paisagens. Para ele, nas paisagens estavam inscritas uma combinação de formas físicas e culturais - sendo a cultura responsável pelas transformações, a paisagem natural o recinto onde tudo se realiza e a paisagem cultural o produto de tal processo.

Já em outro contexto, diante da renovação que a Geografia recebeu a partir de 1970, Paul Claval possibilitou avanços necessários para os estudos da cultura na Geografia. Sendo assim, se passou a compreender que a cultura é mutável e está em constante transformação, focalizando na vivência dos homens no meio natural e social, apreendendo as significações impostas ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas.

E assim, conceber que a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas, se correlacionando pela universalização das práticas acadêmicas em relação à ciência geográfica.

Nesse sentido, vale considerar a imensa multiplicidade de estudos teóricos e metodológicos possíveis a partir da Geografia Cultural, razão pela qual possibilita pensar que uma das potencialidades em refletir as principais contribuições teórico-metodológicas desses geógrafos, serviu justamente, para entender como houve a evolução do pensamento geográfico no ramo que se insere os estudos culturais.

Desse modo, refletir sobre as contribuições de Carl Sauer e Paul Claval garantiu entendimento sobre os processos que viabilizaram os inúmeros trabalhos no âmbito das abordagens culturais nessa ciência. Tais questões são indispensáveis na formação do geógrafo, sobretudo para aqueles que desejam mergulhar nas pesquisas culturais na Geografia.

Considerações finais

Cabe ressaltar que a missão precípua do artigo seguiu o viés categórico da análise, obedecendo aos objetivos firmados na pesquisa, ou seja, analisar o potencial espaço urbano da feira livre como de interesse turístico, que impactara a vida das pessoas no que tange a cultura do lugar inserido no pensamento geográfico.

Como se sabe que a pesquisa tem começo, meio e fim - que realmente não é o fim, mas expressa a necessidade de se concluir, colocando um ponto final no que foi pensado dentro das limitações, mas estabelecido os objetivos não formulados, mais os verdadeiramente atingidos, pelo processo de construção frente à territorialidade econômica e cultural do grupo frente a uma pesquisa o ineditista e a exequível.

O presente artigo buscou, com base em uma revisão teórico-metodológica, refletir acerca a feira livre sob a ótica do pensamento geográfico, como fundamento para a ciência geográfica além da opção de intercâmbio cultural e assim a feira livre pode ser um possível produto turístico, na ampliação do universo gastronômico singular, da cultura artesanal religiosa local, das expressões culturais dos repentistas, emboladores de coco, cordelistas, poetas populares que trazem um sentimento nostálgico, enriquecendo a feira quanto espaço vivido, aguçando o sentimento de pertencimento de espaço social através da atratividade turística.

Referências

- BEZERRA, M. S. **Memória histórica de Santa Cruz**. Nordeste Gráfica,: Natal, 1983.
- BRAUDEL, Fernand. **Os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, v. 2
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações Básicas**. 3.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BRASIL, Ministério do Turismo 2015. **Turismo Cultural**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismoestruturaao/_segmentos/turismo_cultural> Acesso em: 21.mai. 2020.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população: Santa Cruz/RN: IBGE**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/santa-cruz>> Acesso em: 20.nov. 2021.

COSTA, Carmem Lúcia. **Cultura, religiosidade e comércio na cidade**: a Festa de nossa Senhora do Rosário em Catalão – Goiás. Ana Fani Alessandri Carlos. –São Paulo, 2010. Tese (Doutorado Acadêmico em Geografia) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2010.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999a.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**, São Paulo, Ed. Moraes, 1991.

NUNES FILHO, A. A. **A feira livre e a atual dinâmica territorial de Santa Cruz**. Caicó: UFRN, 2012.

ROLIM, Cássio F. C. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (Org.).

Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.

SATO, Leny. **Feira livre**: organização, trabalho e sociabilidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SAUER, C.O. (1925/1998): **A morfologia da paisagem**. In: CORRA, R.L., ROSENDAHL, Z. (orgs.) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 12-74

SIMAN, Lana M. de Castro. **Entre o asfalto e a terra**: a fecundidade educativa do cotidiano poético da cidade. In – DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Et al. (Orgs.).

Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

TERRA SANTA. **História de Santa Rita de Cássia**. 2019. Disponível em:

<<https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-santa-rita-de-cassia/106/102/#c>> Acesso em: 20.fev.2021.

VEDANA, Viviane. **“Fazer a feira”**: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2003.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VIDAL DE LA BLACHE, P. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Edições Cosmos, s.d. [1921].

Enviado em 30/12/2021

Avaliado em 15/02/2022

A IMPORTÂNCIA DOS MAPAS TEMÁTICOS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NAS AULAS DE GEOGRAFIA APLICADA AO TURISMO

Erivaldo Xavier de Lima¹¹

Resumo

É comum as pessoas utilizarem mapas para localização, orientação, informação ou comunicação, tanto dentro do ambiente escolar para fins de realização de atividades escolares como o ensino e aprendizado, quanto fora dele para atividades profissionais ou sociais, no caso da atividade turística. No segmento turístico apresenta um leque de conotações; mapa de serviços turísticos, mapas para o planejador do turismo, gestores do turismo e para o turista usuário do serviço. Considerando que no ensino da Geografia aplicada ao Turismo, torna-se necessário a leitura e interpretação correta dos mapas, para não gerar analfabetos cartográficos e assim desqualificar o destino turístico. A pesquisa é tida como bibliográfica, e de campo, com aplicação de questionários *in loco*, buscando mitigar a ausência de habilidade de leitura e interpretação de mapas na disciplina de Geografia aplicada ao Turismo.

Palavras-chave: Mapas; Ensino da Geografia; Turismo.

Abstract

It is common for people to use maps for location, guidance, information or communication, both within the school environment for the purposes of carrying out school activities such as teaching and learning, and outside it for professional or social activities, in the case of tourist activities. In the tourist segment, it presents a range of connotations; map of tourist services, maps for the tourism planner, tourism managers and for the tourist service user. Considering that in the teaching of Geography applied to Tourism, it is necessary to read and correctly interpret maps, in order not to generate cartographic illiterates and thus disqualify the tourist destination. The research is considered bibliographical, and field research, with the application of questionnaires *in loco*, seeking to mitigate the lack of ability to read and interpret maps in the Geography discipline applied to Tourism.

Keywords: Maps; Teaching of Geography; Tourism.

Introdução

Quando se faz uma viagem ampliam-se laços afetivos, conhece novos lugares e, acima de tudo, constrói memórias. Seja qual for o intuito da viagem; se lazer, negócios ou até mesmo de cunho pedagógico, como uma viagem de campo; viajar é uma experiência transformadora, onde já se sabe que o turismo é a maior atividade em desenvolvimento no mundo. Reiterou José de Andrade (1995):

“Turismo é o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento. A promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção. Hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais.”
ANDRADE (1995).

¹¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor e orientador no Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz/RN, Brasil.

Dada a experiência transformadora de se viajar, cabe contextualizar o universo desta pesquisa, que é o estado do Rio Grande do Norte, na região nordeste brasileira, que segundo dados do Censo (2010), possuem uma população estimada 3.534,165 habitantes, distribuídos em 167 municípios.

Esquadrinhando o recorte da pesquisa, apresenta-se o município de Santa Cruz/RN, com população estimada de 39.988 habitantes, Censo (2010), onde se encontra a Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, localizada na Rua Inharé, 50 no conjunto Fernandes Pereira em Santa Cruz/RN, que oferta o curso técnico de Guia de Turismo, de forma integrada; em um contexto relevante que é o segmento turístico religioso, com a maior estátua católica do mundo, a Santa Rita de Cássia, padroeira do município, com 56 metros de altura.

Adentrando no universo da pesquisa, apresenta-se a disciplina de Geografia aplicada ao Turismo, componente curricular de 80h/a (horas/aula) onde o público pesquisado faz parte do turno matutino do Segundo ano do Ensino Médio Profissionalizante da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti; onde o autor é docente da disciplina supracitada desde o ano de 2019; Fazendo-se necessário a aprendizagem de leitura e interpretação dos mapas pictográficos, conhecidos como mapas temáticos ou turísticos, culminando na habilidade e competência desenvolvida pelo aluno na disciplina.

Considerando que a disciplina tem sua relevância no contexto da atividade turística, preocupou-se em observar: Como se desenvolve o processo pedagógico de orientação na leitura e interpretação dos mapas temáticos e qual o nível de noção cartográfica e interesse entre os futuros profissionais Guias de Turismo.

O artigo se propôs caracterizar como objetivo geral, analisar as dificuldades dos alunos quanto ao uso dos mapas temáticos em sala de aula, seguido da relevância da representação cartográfica no contexto turístico além de identificar se o aluno compreendeu a leitura e interpretação de mapas nas aulas de Geografia aplicada ao Turismo, contribuindo para a formação acadêmica pela possibilidade da fácil leitura e interpretação precisa dos mapas turísticos contemplados pelos alunos do Curso Técnico de Guia de Turismo em Santa Cruz/RN.

Fundamentação teórica

É de conhecimento de todos que os mapas são importantes ferramentas de trabalho a serem usados pelos docentes de Geografia em suas aulas, e aos discentes afim de melhor compreenderem o conteúdo a ser visto, pois é necessário que os alunos precisam ter contato com mapas para assimilar o conteúdo, exigindo que o professor disponha de inúmeras metodologias proporcionando aos alunos a interpretação e análise de forma correta.

A deficiência de muitos alunos em ler e interpretar mapas pode gerar adultos analfabetos cartograficamente. Dessa forma, essa relação entre o aluno e o instrumento pedagógico de ensino, neste caso os mapas, tornaram-se essenciais, pois na assimilação do conteúdo, esse contato é indispensável, seja construindo mapas e maquetes a partir de trabalhos de campo com reconhecimento do espaço geográfico, seja apenas tendo-o como auxílio para orientação em atividades escolares.

Antes mesmo do âmbito educacional, os homens confeccionaram mapas em forma de figuras descrevendo os lugares por onde passavam, deixando suas contribuições em forma de exibições gráficas.

Os registros surgiram conforme o material que havia para tal representação e possível comunicação através da linguagem dos povos. Os mapas primitivos eram representações quase autênticas dos lugares. O traçado das ruas e das casas tem semelhança com as plantas cartográficas das cidades modernas. Hoje, a Cartografia continua com o propósito de representar o espaço em que o homem habita, age, reage e transforma (FRANCISCHETT 2008, p. 3).

Entende-se que os mapas têm sido um instrumento importante para a compreensão do espaço geográfico durante a escolarização. Portanto, torna-se indispensável a sua presença nas salas de aula, principalmente nas aulas de Geografia. (SANTOS *et al* 2008). É importante que haja a alfabetização cartográfica nos primeiros anos escolares, pois é nesta fase que a criança já busca interpretar o espaço vivido por ela através de mapas mentais presenciados no seu dia-a-dia.

Entende-se que cartografia é a ciência da representação através da concepção, produção, difusão, utilização e estudo das diferentes linguagens cartográficas, difundida por Martinelli (*apud* Francischett 2002, p. 29). Em geral, o desenho também pode ser chamado de ilustração ou pictografia. Esse processo é da cartografia estando ligado ao lugar, que é transferido para o papel os primeiros desenhos de seu espaço de vivência e por possuírem várias maneiras de se comunicar, pode-se dizer que dialogam através da representação gráfica definidas abaixo como:

O mapa é definido, em educação, como um recurso visual a que o professor deve recorrer para ensinar Geografia e que o aluno deve manipular para aprender os fenômenos geográficos; ele não é concebido como um meio de comunicação, nem como uma linguagem que permite ao aluno expressar espacialmente um conjunto de fatos; não é apresentado ao aluno com uma solução alternativa de representação espacial de variáveis que possam ser manipulados na tomada de decisões e na resolução de problemas. (OLIVEIRA 2010, p. 19).

Sendo assim, os mapas enquanto instrumento pedagógico torna-se imprescindível nas aulas de Geografia, não uma mera ‘ilustração’ do mundo, do estado, município ou do bairro, mas como orientação e localização de diferentes pontos da superfície terrestre e o seu conhecimento variam entre as pessoas que os interpretam.

Segundo Filizola (2009, p.37) a presença do mapa enquanto ferramenta de trabalho do professor, só terá real significado se ele for adequado ao tema proposto, caso contrário, enquanto instrumento fundamental para a compreensão do conteúdo, o mapa não surtirá nenhum efeito. Também reforça Almeida (2010, p.23-24) que o mapa: “é um instrumento na mão do professor; é um modelo da realidade que ele aplicará e adaptará às diversas situações e necessidades que se apresentarem durante as suas aulas, durante as suas relações didáticas com os alunos.”

O mapa como instrumento na compreensão de conteúdos gera uma expectativa de interesse turístico, onde afirmam Kokkonen e Peltonen (1999, p.2) ratificando que o mapa é um eficiente meio de comunicação, pois nos auxilia em decisões; uma capacidade de fornecer “fatos” através de conotações visuais intencionais ou não intencionais, sobre o local de destino, trazendo motivação e interesse do usuário do mapa, no caso o aluno guia de turismo.

Os mapas pictóricos ou temáticos são compostos por inúmeras ilustrações (símbolos), que possuem algumas semelhanças físicas com o fenômeno representado, portanto, apresentando um baixo nível de abstração, cuja vantagem de seu uso é a possibilidade de gerar uma imagem mais próxima da realidade, proporcionando ao leitor um entendimento mais rápido e agradável da informação desenhada.

Discussão dos resultados

Após conhecer a relevância dos mapas temáticos, o tipo de pesquisa empregada foi a qualitativa e viu-se a necessidade de se perguntar ao alunado sobre a temática, coletando os dados realizados mediante aplicação de um instrumento previamente elaborado e aplicado entre 16 e 30 de novembro de 2021; após a utilização de quatro encontros; onde no primeiro e segundo encontros, o conteúdo trabalhado foi de forma expositiva e dialogada e no terceiro e quarto encontros, com realização de seminário. Após a análise adentrou-se na discussão dos dados cabendo destacar o perfil da população respondente que foram 30 alunos que pagaram a disciplina Geografia aplicada ao Turismo.

Apresentando como o objetivo geral da pesquisa, analisar as dificuldades dos alunos quanto ao uso dos mapas temáticos em sala de aula; foram expressas as seguintes respostas (Tabela 1).

Tabela 1: Objetivo geral.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1- Você teve os primeiros contatos com mapas desde qual grau de escolaridade?	80% Apenas nesse momento.
2- Você compreende e consegue ler mapas?	90% Não.
3- Qual a importância do uso de mapas em sala de aula?	80% Para se localizar de maneira adequada.

Fonte: Elaboração própria em 2021.

Constatou-se, que 80% (24) alunos responderam que o primeiro contato com mapas se deu nas aulas de iniciação cartográfica no próprio curso de Guia de Turismo, e assim a turma apresentou-se um analfabetismo cartográfico, percebido no universo de 90% (27) por não conseguirem ler e interpretar um mapa, cabendo 80% (24) alunos frente à atividade de informação turística responder da importância do uso de mapas em sala de aula na formação de novos Guias de Turismo.

Posto isto, o primeiro objetivo específico da pesquisa, tendeu-se a apresentar a relevância da representação cartográfica no contexto turístico; foram apresentados os seguintes resultados (Tabela 2).

Tabela 2: Primeiro objetivo específico da pesquisa.

PERGUNTA	RESPOSTAS
4- A cartografia do turismo é um ramo da cartografia temática que se dedica ao tratamento dos elementos que formam as atividades do turismo. Qual a sua relevância?	100% Corroboraram na compreensão das potencialidades turísticas de um determinado lugar.

Fonte: Elaboração própria em 2021.

Quanto à relevância 30 respondentes ao fazerem uso da cartografia temática perceberam que os desenhos idealizados, selecionados e confeccionados são resultados de um conjunto de contextos mentais de um grupo e assim por unanimidade ficaram motivados em compreender a leitura dos mapas pictográficos na compreensão das potencialidades turísticas, que de acordo com Kokkonen e Peltonen (1999) relatam que um adequado mapa turístico (pictográfico) deve permitir que o usuário planeje e prepare suas atividades, além de se caracterizar como um produto funcional e esteticamente agradável, podendo contribuir com a expectativa dos turistas e em uma total satisfação pelo destino escolhido.

Seguindo para o segundo objetivo específico procurou investigar a inexistência de elementos básicos no mapa turístico que impedem a compreensão do mesmo; onde as respostas estão na (Tabela 3).

Tabela 3: Segundo objetivo específico da pesquisa.

PERGUNTA	RESPOSTAS
5- Quais elementos cartográficos são basilares para um melhor diálogo entre o aluno e o mapa temático?	90% Escalas e Símbolos

Fonte: Elaboração própria em 2021.

Na questão acima 27 alunos perceberam certa inconsistência nos mapas turísticos apresentados em sala de aula. Vale salientar que a importância da pesquisa, não está voltada na produção de mapas turísticos, ou seja, apenas para ver o desenho do mapa, mas para ler e interpretá-lo e assim tornar viável a informação cartográfica turística. A inexistência da compreensão causa a perda de confiança no mapa e o deixa sem atratividade e funcionalidade.

De acordo com a disciplina, possuir uma noção de escala (distâncias), direção e posicionamento, bem como uma simbologia adequada capaz de ser assimilada, são requisitos essenciais para quaisquer mapas turísticos essencial para o aluno aprender e interpretar para o turista.

Com o término das análises, avançou-se para o terceiro objetivo específico, procurando identificar se o aluno compreendeu a leitura e interpretação de mapas nas aulas de geografia aplicada ao turismo; abaixo apresentadas (Tabela 4).

Tabela 4: Terceiro objetivo específico da pesquisa.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
6- Quanto ao emprego da ferramenta de ensino em sala de aula, você consegue compreender e aplicar as noções de orientação e localização geográfica através dos mapas temáticos?	90% Sim

Fonte: Elaboração própria em 2021.

O resultado da questão nº 6, onde os 27 respondentes afirmaram que alcançaram habilidades quanto a leitura e interpretação dos mapas temáticos; e apenas 3 respondentes permaneceram desatentos e dispersos, sobre o entendimento do conteúdo, pois a aprendizagem sobre mapas deve ser gradativa respeitando a capacidade de cada aluno. Então se constatou que o mapa turístico firmou-se no contexto da sala de aula como uma ferramenta tanto produtiva quanto necessária para as aulas de Geografia aplicada ao Turismo, pois para isso é importante e necessário que se saiba interpretar a linguagem cartográfica e assim poder compreender os símbolos ali representados. (MOURA 2010).

Considerações finais

Pelo que foi exposto, concluí-se que o assunto é extremamente amplo e muito se tem a contribuir para o melhoramento do aprendizado usando a cartografia. O turismo e cartografia se fundem na cartografia turística no que tange a representação da informação turística sob a forma gráfica, que de acordo com Martinelli (1999), a difusão de mapas turísticos é bastante significativa no cotidiano, que podem ser trabalhadas em duas frentes: no planejamento turístico e como orientação aos turistas, que torna cada vez mais relevante a discussão ampla da temática proposta.

Este estudo ofereceu mais uma discussão do uso e recursos da pictografia demonstrando uma grande preocupação quanto ao desenvolvimento de mapas específicos ao público comum, leigo em cartografia: o turista, pois o contato com essa ferramenta mapa se torna indispensável para que o aprendizado realmente aconteça evitando interpretações contrárias ao que ele propõe.

De modo geral, a percepção do aluno foi aguçada com a curiosidade pelo conteúdo, motivando sua participação nas aulas e melhoria no desempenho quanto a adquirir o entendimento e a compreensão das atividades propostas, enquanto que a falta desses materiais em sala de aula pode acarretar em dificuldades de interpretação e uma possível desaprovação da disciplina, por ser ela a ciência que tem maior utilização de mapas.

Voltando-se para futuras pesquisas, caber apontar algumas sugestões como: a troca de saberes entre os profissionais da área de turismo e geografia, no compartilhamento de experiências exitosas ou não, na apresentação dos mapas turísticos locais e se debruçar na formação de grupos de estudos sobre a cartografia turística com a participação dos Guias de Turismo que utilizam os mapas dia-a-dia.

Referências

- ALMEIDA, Rosângela D. de.(Org.). **Cartografia escolar**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1995.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/santa-cruz>> Acesso em: 30.nov.2021.
- FILIZOLA, Roberto. **Didática da Geografia: proposições metodológicas e conteúdos entrelaçados com a avaliação**. Curitiba: Base Editorial, 2009.
- FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **A Cartografia no ensino de Geografia: Construindo os Caminhos do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Litteris Ed.: KroArt. 2002.
- FRANCISCHETT, Mafalda N. **A cartografia no ensino-aprendizagem da geografia**. 2008,p.6. ISSN 1646-3137. Disponível em: <http://WWW.bo.ubi.pt/pag/francischett-mafalda-representacoes-cartograficas.pdf>. Acesso em 01.dez.2021.
- KOKKONEN, P. & PELTONEN, A. **Mapping lakelands: challenges f map design for tourism**. In: International Cartographic Conference, Ottawa, p.1-7, 1999.
- MARTINELLI, M.**Cartografia do turismo: que cartografia é essa?** In; LEMOS, I.G. de (Org).Turismo: Impactos Sócioambientais...São Paulo:Hucitec, 2 ed.1999, pp.296-302.
- MARTINELLI, Marcelo. **Curso de Cartografia temática**. São Paulo: Editora Contexto, 1991.
- MOURA, Leda M C. **Uso de linguagem cartográfica no ensino de Geografia: Os mapas e Atlas digitais na sala de aula**. Disponível em: http://educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Geografia/cartografia/uso_atlas_Google.pdf. Aceso em: 01.dez.2021.
- OLIVEIRA, Livia de. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. In: ALMEIDA, Rosângela D. de.(Org.). Cartografia escolar. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010. Cap.1.
- SANTOS, Fabiane S et al. **A importância da utilização dos mapas como instrumento de ensino/aprendizagem na geografia escolar**. Instituto Construir e Conhecer; Goiânia; Enciclopédia Biosfera N.05; 2008; ISSN 1809-0583. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2008/a%20importância%20leitura1.pdf>. Acesso em 01. dez. 2021.

Enviado em 30/12/2021

Avaliado em 15/02/2022

PRESENÇA JAPONESA NO MUNICÍPIO DE COROATÁ-MA

Etevaldo Alves de Siqueira Junior¹²
Ana Paula Rodrigues da Silva¹³

Resumo

Esse corrente artigo procura dar a luz sobre o tema da presença nipônica no município de Coroatá, localizado no estado do Maranhão. O comparecimento de imigrantes e descendentes de japoneses no estado maranhense não é tão substancial se comparado ao fenômeno social que ocorreu na região sudeste, mais precisamente no estado de São Paulo, onde a presença japonesa é deveras substancial. Entretanto, os autores desse presente artigo acham salutar levar essa temática às barras da academia por intermédio desse artigo acadêmico. Com o resultado de tentar esclarecer lacunas da historiografia coroaense que estão ocultas perante a sociedade, contribuindo na preservação desses fatos históricos. O método aplicado nesse atual artigo se baseou na história oral, que é uma ferramenta metodológica onde as memórias dos indivíduos pesquisados servem como substrato historiográfico para que se possa montar um “quebra-cabeça” no que concerne a solucionabilidade da pesquisa acadêmica.

Palavras-chaves: Imigração. Japoneses. Coroatá.

Abstract

This current article seeks to shed light on the theme of the Japanese presence in the municipality of Coroatá, located in the state of Maranhão. The presence of immigrants and Japanese descendants in the state of Maranhão is not so substantial when compared to the social phenomenon that occurred in the southeast region, more precisely in the state of São Paulo, where the Japanese presence is very substantial. However, the authors of this article find it healthy to take this theme to the bars of the academy through this academic article. As a result of trying to clarify gaps in the historiography of Corona that are hidden from society, contributing to the preservation of these historical facts. The method applied in this current article was based on oral history, which is a methodological tool where the memories of the individuals surveyed serve as a historiographical substrate so that a “puzzle” can be assembled regarding the solvability of academic research.

Keywords: Immigration. Japanese. Coroatá.

Introdução

O processo migratório no Brasil foi um acontecimento social que perdurou por muitas décadas e derivou em várias consequências, tanto para o lado japonês quanto para o brasileiro da história. Os motivos que fizeram o então governo japonês a usar essa política de esvaziamento populacional destinando cidadãos para diversos países foram múltiplas com motivações que se diversificaram a medida das épocas. Com as mudanças de eras e dinastias no Japão e com o aumento da industrialização até as consequências da Segunda Guerra Mundial. O Brasil por ser uma nação já com tradição para recebimento de povos diversos foi um destino apropriado para o envio de famílias nipônicas que em um primeiro momento serviriam de mão de obra para a monocultura do café.

¹² Mestrando em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA/UEMA, Graduado em Geografia Bacharelado-UFMA e bolsista da FAPEMA.

¹³ Graduanda em História Licenciatura - UFMA

Todavia, levando em conta a personalidade e intenções dos japoneses em enriquecer o mais rápido possível, e assim voltar com condições financeiras satisfatórias para o Japão, pois a intenção não era passar “a vida toda” no Brasil. Os mesmos tomaram rumos diversos para que esse plano se concretizasse o mais rápido possível, como o arrendamento de outras terras para a prática da horticultura, e até mesmo a migração para outras regiões do Brasil.

Praticamente todas as regiões do Brasil receberam representantes nipônicos. Tanto de forma indireta, como a migração de japoneses já existentes em solo brasileiro, quanto em processos de imigração diretamente entre os estados. No processo de migração interna pode-se frisar a saída de muitos imigrantes japoneses do interior de São Paulo para a região Sul. No que concerne aos processos de imigração, as exemplificações como a chegada de nipônicos no estado do Pará na então cidade de Acará (Hoje Tome-Açu), e a presença dos *koutakusseis*¹⁴ no estado do Amazonas. Esses dois acontecimentos migratórios derivaram em muitas consequências sociais, como a presença na contemporaneidade de muitos descendentes nessas regiões, além da influência gastronômica¹⁵ e a implementação de temperos que até então eram desconhecidos, como a pimenta do reino, além do uso da juta, que impactou positivamente a economia do estado do Pará que foi plantada primeiramente pelos imigrantes japoneses naquela região (HOMMA; FERREIRA, 2011).

De todas as regiões do Brasil, o Nordeste teve a participação mais tímida sobre a presença japonesa, tanto de forma indireta (migração) quanto direta (imigração). Entretanto, houve sim imigrantes japoneses nos estados nordestinos, como as colônias de Núcleo JK, Una, Taquari, Aparaju, Juerana, Lomanto Júnior, Teixeira de Freitas, Posto da Mata, Eunápolis e Ituberá na Bahia (BRASIL, 2004); a colônia de Rio Bonito em Pernambuco (FABREAU, 2010); e a presença nipônica no Piauí (MIURA, 2013). Além das citadas anteriormente, o estado do Maranhão também teve participação na construção da história nipo-brasileira por meio do processo migratório que acontecera (SIQUEIRA JUNIOR, 2015). Nos moldes parecidos a chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil a bordo do navio *Kasato Maru* em 1908. O estado do Maranhão também presenciou uma migração na região interiorana do Maranhão, com a chegada de imigrantes de outras partes do Brasil, e é esse o foco do artigo, pois a presença japonesa na cidade maranhense de Coroatá teve tais características.

O artigo vai fazer o uso do método da história oral, pois tais informações sobre a presença japonesa em Coroatá não se faz presente nos meios documentais, assim sendo, a exploração dessa temática se faz necessária pelas memórias e voz de testemunhas e pessoas que presenciaram tais fatos históricos, é salutar frisar que a história oral estabeleceu uma série de técnicas apropriadas para a pesquisa, conceitos metodologia para se trabalhar se forma única (FERREIRA e AMADO, 2001).

As entrevistas na pesquisa acadêmicas possuem uma vital importância:

¹⁴Esse termo se refere a japoneses formados na escola superior de colonização e após a formação eram alocados na região amazônica com o propósito de desbravar ascender economicamente e socialmente (AMAZONAS, 2011).

¹⁵ O Soba, que é um prato típico da culinária japonesa, é muito popular no estado do Mato Grosso do Sul, diferente dos “pratos frios” como o sushi, que são consumidos apenas por determinados nichos. No caso do Soba a presença japonesa teve uma forte influência no costume alimentício desse estado (RECORD NOTÍCIAS, 2015)

As entrevistas permitem ao entrevistado uma reformulação de sua identidade, na medida em que ele se vê perante o outro. Ele se percebe “criador da história” a partir do momento em que se dá conta que, mesmo minimamente, transformou e transforma o mundo (talvez até sem ter a consciência disso), questionando elementos da vida social. Então ele para e reflete sobre sua vida _ e este momento é acirrado pelas entrevistas, ocorrendo com freqüência _ se vê como um ator social e “criador da história”. Essas pessoas, de objetos da pesquisa, se tornam sujeitos, pois percebem não só sua história de vida, mas seu projeto de vida nesse processo de auto-análise (THOMPSON, 1997, p. 220).

Tudo isso contribui de forma significativa para a pesquisa a ser feita. Ferreira e Amado (2001) defendem a História Oral como uma metodologia eficaz para obter o que se está implícito, tudo isso por meio de entrevistas, fazer as transcrições das mesmas, e até mesmo como se dar o comportamento perante essas situações para que as respostas saiam das memórias dos entrevistados da forma mais natural possível.

Imigração japonesa no Maranhão

Em caráter oficial, a presença japonesa no Estado do Maranhão data de 10 de julho de 1960, com a chegada do navio *AmericaMaru* no litoral da capital São Luís, trazendo 109 pessoas de 19 famílias, onde foram colocados na colônia de Alto de Alcântara, no município de Rosário, distante 46,09 km da capital (SIQUEIRA JUNIOR, 2015). Um segundo grupo de imigrantes chegou em 11 de janeiro de 1961, contendo 51 pessoas de 10 famílias, onde foi alocado em uma região rural de São Luís, intitulada Pedrinhas, na colônia de Muruaí (SIQUEIRA JUNIOR, 2015). A presença desses imigrantes é justificada perante um acordo bilateral feito na época entre os governos do Maranhão e Japão cujo resultado seria benéfico para ambos os lados (SIQUEIRA JUNIOR, 2015). Do lado nipônico, a emigração diminuiria as tensões sociais da sociedade que ainda estava abalada pelas consequências da derrota da Segunda Guerra Mundial, o que permitia de forma facilitada a reconstrução do país, mais especificamente no setor industrial (SIQUEIRA JUNIOR, 2015). Do lado maranhense, a imigração dos japoneses trariam resultados positivos, como o aprendizado das técnicas agrícolas que eram “famosas” por partes dos nipônicos, ou seja, esse intercâmbio seria de fato positivo para os maranhenses, pois assim aprenderiam tais técnicas. Existia também outro benefício esperado, que era o aumento da produção de hortifrutigranjeiros, o que aceleraria a economia nas regiões adjacentes de São Luís e conseqüentemente trazendo uma maior renda para mais pessoas (SIQUEIRA JUNIOR, 2015).

Todavia, nem tudo ocorreu como esperado, principalmente por parte dos imigrantes japoneses, pois muito do que foi acordado, não foi cumprido. Como a quantidade e a qualidade das casas das colônias, fazendo com que mais de uma família tivesse que dividir o teto, além da pouca oferta de água para o implemento agrícola (SIQUEIRA JUNIOR, 2015). Contudo, o fator principal que dificultou a adaptação dos japoneses foi a qualidade da terra para o plantio, informaram que era uma área boa para o cultivo, mas na verdade não era¹⁶. Só após algumas tentativas de cultivo sem sucesso é que perceberam essa problemática e buscaram determinadas soluções, como o uso de produtos apropriados para esse fim (SIQUEIRA JUNIOR, 2015). A partir daí é que os resultados começaram a ficar satisfatórios. Além do mais, a própria presença dos nipônicos foi questionada por alguns setores da sociedade maranhense, como políticos de oposição e determinados jornais escritos, que faziam matérias e incitavam a população contra os imigrantes com comentários racistas e xenofóbicos (SIQUEIRA JUNIOR, 2016).

¹⁶ Como os japoneses não detectaram primeiramente o problema no solo. Muitos se questionaram das suas próprias capacidades, ocorrendo alguns episódios de suicídio (SIQUEIRA JUNIOR, 2016).

Friso nesse presente artigo que a presença japonesa em terras maranhenses não se resume a esses grupos. Tanto antes de 1960 quanto depois de 1961, grupos de imigrantes e descendentes adentraram no território do estado. Entretanto, os grupos de 60 e 61 tem caráter oficial, a chegada foi feita de forma direta. Os nipônicos de antes e depois dessas datas chegaram de forma indireta¹⁷, vindos de outros estados onde já tinham tentado algo economicamente e não conseguirem e buscaram aqui uma alternativa para crescerem socialmente. É isso que será abordado logo a seguir no que concerne a presença japonesa no município maranhense de Coroatá.

Presença japonesa em Coroatá¹⁸

A cidade de Coroatá se localiza no centro-leste do estado do Maranhão, no vale do Itapecuru, distante cerca de 260 km da capital estadual São Luís (IBGE, 2010). É pertencente à mesorregião leste maranhense e na microrregião de Codó, fazendo parte da quinta microrregião homônima como centro de desenvolvimento regional (IBGE, 2010). A sede do município se localiza em sua maioria situada à margem esquerda do rio Itapecuru (IBGE, 2010).

A presença japonesa no município de Coroatá é caracterizada pelo comparecimento da família Miura, originalmente na figura de um único integrante que chegou à cidade na década de 70, oriunda da região sudeste, no estado de São Paulo, depois foi para Belém, capital do Pará, retornou para São Paulo e em seguida se dirigiu ao Maranhão, primeiramente para São Luís e em seguida para Coroatá¹⁹. Tal movimentação é condizente com a situação de tantos outros imigrantes japoneses que por motivos de pouca adaptação aos locais onde foram acomodados primeiramente, tiveram que migrar para outras regiões do país, com o desígnio de conseguir um melhor emprego, ou atividade econômica. Essa circunstância ocorreu em quase todas as regiões do país, japoneses do interior de São Paulo que se dirigiram para o sul do país, imigrantes do Norte do país que foram para o sudeste, ou mesmo os nipônicos que chegaram ao Maranhão em 1960 e que não se adaptaram, optaram por tentar a sorte nos estados do Pará, Santa Catarina e em Brasília (SIQUEIRA JUNIOR, 2014).

O motivo da chegada do Senhor Miura ao município de Coroatá foi à oportunidade de trabalho. Nesse período, conviveu com importantes figuras políticas coroaenses, como os representantes da família Trovão e Maia. Nesse ponto pode-se destacar a importância de uma liderança local como meio de obter oportunidades que possam facilitar de alguma forma a subsistência do sujeito. É de conhecimento geral na historiografia que o “diferente” normalmente não é bem visto pela população de uma localidade, como ocorreu na capital São Luís na década de 60 com os imigrantes japoneses, pessoas públicas motivadas por interesses políticos, fazia uso de manchetes sensacionalistas de jornais escritos para moldar a opinião pública, dificultando dessa forma a vida das famílias estrangeiras (SIQUEIRA JUNIOR, 2016). Porém no caso do Sr. Miura, essas problemáticas não ocorreram.

¹⁷Em 28 de janeiro 1961 ocorreu a chegada de um terceiro grupo de imigrantes japoneses, chegaram no Porto do Mocajituba com apenas 18 pessoas em quatro famílias. Porém eles já tinham chegado ao Brasil pois tinham ficado aportados em Recife na data de 13 de maio de 1960 (SIQUEIRA JUNIOR, 2014)

¹⁸As informações sobre a presença japonesa no município de Coroatá foram colhidas (por intermédio de entrevistas usando o método da história oral) por Ana Paula Rodrigues da Silva, co-autora desse presente artigo, na época que a mesma estava elaborando uma pesquisa inicial para analisar a viabilidade dessa temática para ser usada no seu trabalho de conclusão de curso.

¹⁹No município maranhense o Sr. Miura constituiu família com uma moradora local. Ele faleceu aos 51 anos em 1984. Atualmente a família Miura possui alguns descendentes em Coroatá e na Capital São Luís.

O senhor Soichiro Miura teve vários tipos de atividades laborais em diversos ramos. Trabalhou em uma fábrica no povoado coroataense, vila 7 de Setembro. Foi proprietário de uma lancha que fazia o transporte de passageiros entre cidades adjacentes por meio do Rio Itapecuru. Além de ter trabalhado com agricultura, no cultivo de frutas e verduras no bairro Jordão. Atividade essa que se assemelham com os demais imigrantes japoneses Brasil afora, quase todos os que emigraram do Japão naquelas condições, mantiveram na prática do cultivo de hortifrútiis como a base primordial de trabalho, e partindo desse ponto buscavam outros meios de renda.

Considerações finais

A presença japonesa em terras coroataenses em uma primeira análise, pode passar a ideia que não possui tanta robustez comparada a outras regiões do país. Todavia, é importante ter em mente que toda história necessita ser conhecida e estudada. Se amplificarmos essa questão abordada em Coroatá, pode-se fazer um exercício mental sobre isso e pensarmos quantos outros municípios menores em estados fora do eixo da historiografia maranhense que um ou alguns poucos imigrantes japoneses marcaram presença e na contemporaneidade descendentes desses nipônicos percorrem as ruas dessas cidades. A presença do Sr. Miura no município de Coroatá foi semelhante aos seus irmãos de nação tal qual em na capital do Maranhão, São Luís, ou mesmo no estado do Pará, interior de São Paulo e assim por seguinte.

Referências bibliográficas

- AMAZONAS, Associação Koutaku do. **A saga dos Koutakusseis no Amazonas** – Uma história de pioneirismo, sofrimento, perseverança e sucesso. Manaus, 2011. 206 p.
- BRASIL, Antônia Eloísa, **Organização socioespacial e transformações socioeconômicas do Núcleo JK, Mata de São João** - Camaçari, Bahia / Antônia Eloísa Brasil. _Salvador, 2004; 183 f
- FABREAU, Martin Martinez. **Trânsitos, conexões e narrativas de imigração em um contexto transnacional: uma etnografia em Rio Bonito PE**. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001. 277 p.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva. Cronologia da imigração Japonesa na Amazônia. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. (Org.). **Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Manaus: EDUA, 2011. P. 205.
- IBGE. **Censo de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>. Acesso em: 27 out. 2021.
- MIURA, Anderson Michel de Sousa. **Japoneses no Piauí: histórias de vida de migrantes nipônicos a partir da década de 1950**. 2013. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- RECORD NOTÍCIAS. Sobá: **Conheça o prato típico japonês que já virou mania em Campo Grande**. Disponível em: <<https://tv.r7.com/record-play/record-noticias/videos/soba-conheca-o-prato-japones-que-ja-virou-mania-em-campo-grande-20102015>> Acesso em 25 de outubro de 2021
- SIQUEIRA JUNIOR, Etevaldo Alves de. **O processo de reterritorialização: imigração japonesa no Maranhão**. 2014. 63 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- SIQUEIRA JUNIOR, Etevaldo Alves de. **Imigração Japonesa no Maranhão: Uma jornada de 55 anos**. São Luís: Clube de Autores, 2015.
- SIQUEIRA JUNIOR, Etevaldo Alves de. **Antiniponismo no Maranhão: o perigo amarelo na década de 60**. 2016. 44 f. Monografia (Especialização) – Universidade Candido Mendes, São Luís.

SIQUEIRA JUNIOR, Etevaldo Alves de. **Desenraizamento, Cultura e Identidade: Análise psicossocial dos imigrantes japoneses no Maranhão.** In: XI Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil / XXIV Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa, 2016, Manaus. Anais do XI Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil / XXIV Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa, 2016. p. 635-644.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Enviado em 30/12/2021

Avaliado em 15/02/2022

A ALTERIDADE DO COTIDIANO NO REASSENTAMENTO LUZIMANGUES (TO)

Fabian Serejo Santana²⁰
Jocyléia Santana dos Santos²¹

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a alteridade do cotidiano no reassentamento em Luzimangues, situado no município de Porto Nacional – TO. A pesquisa foi estruturada em três etapas: a primeira, numa revisão bibliográfica sobre a temática do cotidiano e do lugar e a segunda etapa, foi a pesquisa de campo com o mapeamento e o levantamento das fotografias aéreas em órgãos especializados como Secretária do Planejamento (SEPLAN) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sobre o distrito de Luzimangues. Coletou-se também as Atas da Associação dos Chacareiros e do Movimento dos Assentados por Barragens. A terceira etapa consistiu na realização de entrevistas do tipo exploratória de cunho quali-quantitativo com roteiro semiestruturado para caracterização das relações de pertencimento bem como de estranhamento dos reassentados. O resultado foi dar luz às subjetividades das pessoas atingidas por Barragens que abandonam seu legado cultural de saberes e vivências construídas por familiares, recordações, memórias e história de vida, um exercício de alteridade, de dramas desfigurados por processos de desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: Reassentamento Luzimangues; cotidiano; pertencimento

Abstract

This research aims to understand the otherness of everyday life in resettlement in Luzimangues, located in the city of Porto Nacional – TO. The research was structured in three stages: the first, a bibliographical review on the theme of daily life and place, and the second stage, was the field research with the mapping and survey of aerial photographs in specialized bodies such as the Secretary of Planning (SEPLAN) and National Institute for Space Research (INPE) on the Luzimangues district. The Minutes of the Association of Chacareiros and the Movement of Settlers by Dams were also collected. The third stage consisted of conducting qualitative and quantitative exploratory interviews with a semi-structured script to characterize the relationships of belonging as well as the estrangement of the resettled. The result was to give light to the subjectivities of people affected by Dams who abandon their cultural legacy of knowledge and experiences built by family members, memories, memories and life history, an exercise in alterity, of dramas disfigured by capitalist development processes.

Keywords: Luzimangues Resettlement; daily; belonging

Introdução

A experiência da alteridade geralmente proporciona o conhecimento do diferente e de relativizar o que nos é familiar ou natural. Tudo que nos parece cotidiano e normal pode entrar em colapso a depender da alteridade conhecida. Assim, a palavra alteridade vem do latim *alter*, que significa justamente o outro, a pessoa ou o lugar.

²⁰ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional PGDR/ UFT. Docente do curso de Direito da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS

²¹ Professora Doutora e Coordenadora do Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Educação - PPGE/UFT. Pós-Doutora em Educação pela UEPA. Doutora em História pela UFPE. Coordenadora Polo Palmas do Doutorado em Educação da Amazônia-PGEDA, Brasil. Líder do Grupo de pesquisa Plataforma Lattes/CNPq – HHFPE.

A relação da pessoa, ou mesmo de grupos sociais, com o local onde vive vai muito além de seu aspecto puramente físico, embora a ele se conecte. Essa relação transcende uma concepção temporal ou geofísica, aprofunda-se num sentimento de enraizamento e apego, constituídos por laços de afetividades e vivências que se entrelaçam construindo, de um lado, um sentimento de pertencimento e, de outro, de significação do lugar, fundamentados na construção de identidade, pois como observa Carlos (2007, p.61), “[...] a vida humana se realiza no plano do lugar.”

Entretanto, por vezes, acontecimentos externos podem provocar o distanciamento com o local físico, mas não com o sentimento de pertencimento, pois o ser humano tem essa capacidade adaptativa que o impulsiona buscar a superação de sua realidade.

Como exemplo desses acontecimentos, tem-se como base os grandes barramentos e a construção de usinas hidrelétricas, que apresentam efeitos a serem levados em consideração, entre os quais, destaca-se a realocação ou remanejamento das populações locais, por meio dos quais grupos são obrigados a abandonar seus lugares de vivência, onde construíram suas identidades.

Para Carlos (2007, p.17), o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *triade habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

De acordo com Menestrino (2010, p.4), as experiências vivenciadas nesses lugares, no dia a dia, passam a ter valores emotivos, presentes na memória, onde o indivíduo transmite à próxima geração, conhecimentos de como se relacionar com o lugar de viver, neste caso, como lidar com os recursos naturais e viver com os ciclos naturais de forma integrada, passando a fazer parte da memória desse grupo.

Portanto, o lugar é uma construção de significados e toda alteração ou ruptura desencadeará um processo de ressignificação desse lugar. Por ressignificação entende-se a mudança de um referencial para lhe conferir um novo significado. (GOMES, 2007, p. 5).

O problema da ressignificação do lugar para os reassentados em Luzimangues originou-se principalmente da construção de um grande barramento que foi a Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE-Lajeado/TO) e sua proximidade com a capital do Tocantins, Palmas, em crescente expansão imobiliária. Estes dois elementos causaram não só impacto ambiental com também impactos sociais sofridos pelas populações atingidas, que em consequência resultaram em transformações não só das características do meio físico no trecho de rios inundados e adjacências como também em toda estrutura econômica local e no modo de vida das comunidades ribeirinhas.

Com a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães famílias tiveram seus lugares de origem e de vivências desconstruídos, pois foram remanejados de seus lugares para ambientes com representações diferentes de seu cotidiano.

Esta pesquisa teve como objetivo compreender os contextos de ressignificação de lugar em Luzimangues, situado no município de Porto Nacional - TO, mapear o reassentamento e caracterizar as reações de pertencimento e estranhamento dos moradores e diagnosticar o uso e ocupação do solo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizado, inicialmente, uma leitura interpretativa sobre a categoria *lugar*, posto que esta permite refletir a relação homem-meio na perspectiva da afetividade, análise de trabalhos acadêmicos, além de pesquisa documental dos registros relativos ao reassentamento Luzimangues, por meio da leitura e análise do EIA/RIMA da UHE Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), PBA 23, livro de atas da Associação dos Chacareiros do Reassentamento.

Posteriormente, realizou-se um levantamento de fotografias aéreas em órgãos especializados como Secretária do Planejamento (SEPLAN) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para elaboração de mapeamentos. Foi mapeado o período de 2010, no intuito de registrar a área do reassentamento e suas características, em seguida foram realizadas pesquisas de campo para diagnosticar uso e ocupação do solo em Luzimangues, sobretudo, de equipamentos públicos de comércio e de prestação de serviços, utilizando para tal, um GPS. Tais informações foram acrescidas no mapeamento de 2010.

A etapa seguinte se consistiu na realização de entrevistas do tipo exploratória de cunho quali-quantitativo, orientadas por um roteiro semiestruturado (TRIVINOS, 1987, p.146), para caracterização das relações de pertencimento bem como de estranhamento dos reassentados.

As entrevistas foram aplicadas a 30% de um total de 82 famílias reassentadas em Luzimangues, elas foram realizadas nos dias 13 e 15 de novembro de 2010 e forneceram dados básicos para a compreensão dos aspectos ligados à categoria lugar.

Nesta pesquisa optou-se por seguir um roteiro padronizado de perguntas abertas, visando resultados uniformes que pudessem, inclusive, serem comparados quantitativamente. Dessa forma, foram feitas 10 perguntas do tipo qualitativas, em linguagem acessível aos entrevistados, sendo que, seis delas foram utilizadas para as discussões da categoria lugar e as demais para caracterização dos sujeitos pesquisados. As perguntas foram planejadas com o objetivo de não induzir as respostas dos entrevistados e não influenciar o entrevistado com opiniões pessoais.

Antes da aplicação, foi exposto claramente aos entrevistados, o objetivo e importância da entrevista e a razão da escolha dos pesquisados. No decorrer das perguntas foi permitido que se expressassem à vontade, havendo algumas vezes a necessidade de pequenas intervenções, quando o entrevistado fugia muito do tema perguntado.

As entrevistas foram aplicadas e cinco delas foram gravadas. Para a tabulação dos resultados, todas as respostas foram colocadas lado a lado para uma mesma pergunta. Em seguida, as respostas analisadas e deglavadas como também comparadas para narrar os conteúdos..

O lugar numa perspectiva interdisciplinar

Os grandes barramentos causam uma interferência direta no modo de vida das populações afetadas, não só por removê-las de seu lugar de origem, mas principalmente por alterar sua estrutura social, econômica e cultural. Para Zitzke (2007), esses efeitos são causados por uma interferência externa ao local e resultam de um processo social que se desencadeia dentro do território desta população combinado com a estrutura social anteriormente existente. A partir desse confronto entre a intervenção externa e a estrutura social do território surgiram respostas distintas de acordo com o contexto vivenciado por cada população atingida.

Segundo Castro (2000, p.98), até o ano de 1999 cerca de um milhão de pessoas foram realocadas para dar lugar há barragens que alimentam 2.200 hidrelétricas no Brasil, inundando uma área de 34 mil quilômetros quadrados, superior a 98 vezes a área do estado de Alagoas. De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, a maior parte dessas famílias não consegue resolver seus problemas completamente.

Muito embora as pessoas sejam beneficiadas, seja com a construção de uma casa melhor ou pacotes de ajuda financeira e técnica. Para Zitzke (2007, p. 4) o propósito do deslocamento dessas populações não é em seu próprio benefício, antes, porém, configura-se numa pré-condição para a realização da hidrelétrica, cujos principais benefícios são para pessoas residentes em outros lugares. Destaca-se, ainda, que o caráter compulsório do deslocamento proporciona uma camuflagem dos reais problemas da população afetada. Enquanto a ênfase repousa sobre o deslocamento em si, muitas promessas só se tornam possíveis mediante conflitos e a intervenção dos órgãos fiscalizadores e principalmente pela mediação dos movimentos sociais e do Ministério Público.

É fundamental ressaltar que, não importa o tipo de deslocamento imposto ou negociado com a população atingida, pois de qualquer forma esse processo interrompe e modifica as relações sociais e modos de aquisição e circulação de recursos. Conforme Suarez, Franco & Cohen (1984), esse processo implica “numa crise de identidade e um trauma, provocando desorientação, apatia e anomia, e impondo às pessoas um processo de adaptação que gera incertezas sobre o seu futuro e, também, uma sensação de impotência e desamparo”.

Face este processo esmagador imposto, as populações afetadas nada podem fazer no sentido de permanecer no seu lugar de origem, resta-lhe, porém, tentar reconstruir o lugar de outrora, resignificando-o e transformando-o em um novo lugar. Esse enfoque interessa às Ciências Humanas, e especialmente à Geografia, no tocante à redefinição do lugar. Neste compasso é pertinente a reflexão de Carlos (2007, p.17):

Nesse contexto, é possível, ainda pensar o lugar enquanto singularidade? O lugar é uma noção que se desfaz e se despersonaliza diante da massacrante tendência ao homogêneo, num mundo globalizado? Ou lugar ganha outra dimensão explicativa da realidade como, por exemplo, enquanto densidade comunicacional, informacional e técnica, como afirma Milton Santos?

Para Menestrino (2010, p.4) para determinados grupos humanos os lugares constituem-se em territorialidades através das distintas relações estabelecidas entre os indivíduos e os elementos espaciais, decorrentes de sua ocupação. Estas relações acontecem nesse espaço e são definidas tendo como base os laços de afetividade, onde, ainda segundo o autor, “*o reconhecimento desse lugar, tão singular, gera uma identidade, presente nas especificidades dos diferentes grupos*”.

Entretanto, para Relph (1980, p.5), a idéia de lugar não se confunde com um espaço ou uma lacuna a ser preenchida, pois o lugar deve ser analisado a partir das experiências diretas do mundo e da consciência que se tem do ambiente em que se vive. Para esse autor, o lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança.

Segundo Leite (1998, p.9) a concepção de lugar como espaço físico ocupado pelo homem remonta a Aristóteles em sua obra intitulada *Física* e que tempos depois veio a ser contestada por Descartes em sua obra *Princípios Filosóficos*, defendendo que além de delimitar o corpo, o lugar deveria ser também definido em relação a posição de outros corpos.

Para Tuan (1975), o lugar é um centro de significados construído pela experiência. Segundo ele, o que começa como um espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Nessa perspectiva, o lugar é o espaço dotado de valor pelo homem, do tempo vivido, das experiências, das *existências* afetivas, morais e espirituais. Entende-se lugar como *locus* de habitação humana.

Para Certeau (1996), o espaço é um lugar praticado. O espaço realiza-se enquanto vivenciado, ou seja, um determinado lugar só se torna espaço na medida em que indivíduos exercem dinâmicas de movimento nele através do uso, e assim o potencializam e o atualizam. Na medida em que é ocupado, o lugar é imediatamente ativado e transformado, passando à condição de lugar praticado. Para esse autor:

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência... um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade... Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. (CERTEAU, 1996, p. 202)

Além disso, Certeau (1996) defende que o lugar está intimamente ligado ao relato, em uma espécie de bricolagem do mundo, constituído por resíduos ou detritos deste agrupados de diferentes formas. Para ele esses são fragmentos, como lembranças que são unidos, justapostos como numa colagem com o intuito de produzir sentido a um determinado local. Neste sentido:

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. (CERTEAU: 1996, p.189).

Retomando a questão das hidrelétricas, para Ferreira (2001, p.19) ainda são necessárias avaliações mais precisas dos impactos causados por tais obras, com alternativas mitigatórias bem definidas, pois nestas obras ainda são priorizados os aspectos econômicos em detrimento da avaliação dos danos sociais causados às comunidades.

Nas palavras de Sêne (2007, p.2), pequenos proprietários de terras são deslocados de suas áreas para outras - os reassentamentos - sem direito de escolha, deixando toda a sua construção cultural (casa, cemitério, igreja, amigos) para ser remanejado para outro local.

Um dos impactos diretos da construção de grandes barragens é sobre a cultura dos indivíduos e populações que serão afetadas. A simples transferência de um território para outro não leva consigo toda uma bagagem cultural construída ao longo de muitos anos. Sobre este aspecto Seemann (2005) destaca os estudos sobre Franz Boas, cuja produção enfatiza a análise do espaço e da cultura na relação entre homem e meio ambiente e o conceito de área cultural e difusão cultural. Para Boas a cultura é um conjunto de manifestações de costumes sociais de uma comunidade, de reações dos indivíduos quando atingidos pelos costumes de seu grupo e os produtos das atividades determinadas por esses costumes.

O conceito de lugar, considerado por muito tempo como um dos mais problemáticos da geografia, tem se destacado, recentemente, como uma das chaves para a compreensão das tensões do mundo contemporâneo. O lugar tem se apresentado como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de entendimento de um mundo que se fragmenta e se unifica em velocidades cada vez maiores.

Os lugares são o mundo e reproduzem este mundo de modos individuais e diversificados. Eles são formas singulares da totalidade mundo e *loci* dos pobres, dos excluídos e dos marginalizados, a grande força produtora da contraordem, em oposição aos vetores da globalização (FERREIRA, 2000, p. 73).

Histórico e contextualização atual de Luzimangues

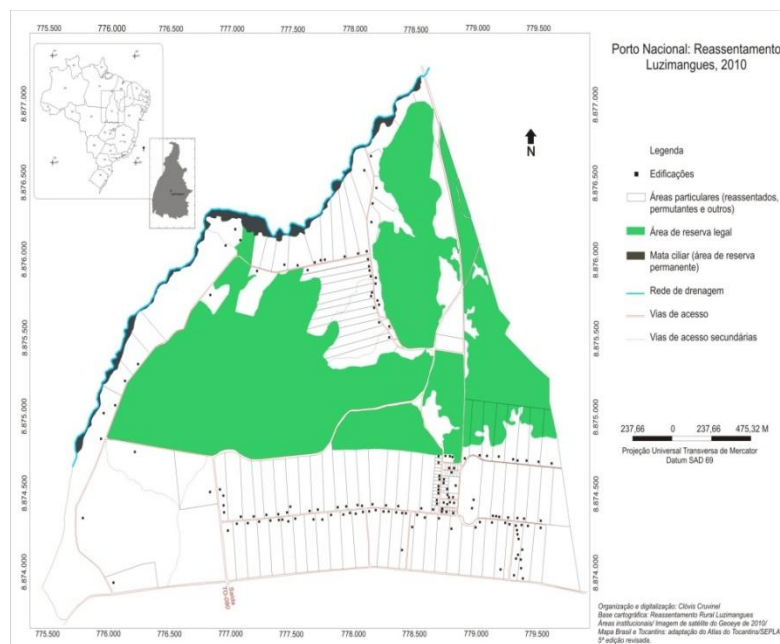
A origem da palavra Luzimangues provém da junção do nome de dois rios que cortam o distrito: Santa Luzia e Mangues. O Distrito de Luzimangues foi criado pela Lei nº 1.415, de 14 de outubro de 1993. Conforme Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município do Porto Nacional:

Originou-se de um assentamento rural, em dois conjuntos distintos de lotes com as correspondentes agrovilas, à margem esquerda do rio Tocantins, em frente à localidade onde se construiu Palmas. Posteriormente a esses núcleos rurais e criação do Distrito com a definição de uma extensa área urbana, a partir da década de 1990 foram feitos diversos loteamentos em Luzimangues, a maioria apenas com a abertura das ruas sem qualquer infraestrutura. Não há pavimentação, calçadas ou arborização nas ruas. Parte delas, entretanto, é iluminada. Alguns dos loteamentos invadem a Área de Preservação Permanente da orla do lago. (Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Porto Nacional, 2004, p.105).

O Reassentamento Luzimangues está situado no município de Porto Nacional-TO, às margens da TO-080, Km 12, no sentido Palmas- Paraíso. Abrange uma área de 950, 9619 ha² (Figura 1), com lotes variando entre 4 e 27,3, sendo 74 lotes com 4 há, 4 lotes com 4,1 a 10 há, 2 lotes entre 10,1 e 25 há e dois lotes com área acima de 25 ha, distribuídos entre 82 famílias realocadas conforme Investco (2003). Deste número de famílias realocadas, restam apenas 55 famílias, as demais venderam suas propriedades e mudaram-se de lugar.

O reassentamento está localizado em uma Área de Preservação Ambiental (APA) e faz fronteira com uma área de expansão urbana:

[...] que vai da barra do Ribeirão Capivara, no Rio Tocantins, subindo por este até a barra do Ribeirão Porteira, subindo por este até a altura do km 18 da TO-080, Palmas a Paraíso, local denominado Serrinha, e cortando em linha reta até o limite do loteamento reassentamento Luzimangues, área da ULBRA e o lote 35-A do loteamento Porteira descendo até as margens do Córrego Capivara até sua foz no Rio Tocantins, ponto de partida”. (Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município do Porto Nacional, 2004, p.105).



Segundo Silva Jr., (2005 p.116-117), o Reassentamento Luzimangues somente ocorreu pela insistência de um grupo de famílias do antigo Porto da Balsa que embora morasse na vila vivia da produção de hortaliças e roças em terras de posse ou do trabalho em fazendas próximas e queriam continuar a atividade.

Nesta área, antes da construção de Luzimangues era uma propriedade onde a principal atividade desenvolvida era a pecuária. Foram remanejadas para Luzimangues no início de 2000, oitenta e duas famílias em consequência da construção da UHE Luis Eduardo Magalhães. Essas famílias organizaram-se em torno do MAB e da Associação dos chacareiros do Reassentamento de Luzimangues. De acordo com Parente e Magalhães (2008, p.176), as famílias remanejadas para Luzimangues são antigos moradores das fazendas Ribeirão da Maia, Sapezal, Brejinho, Vila da Balsa, Mutuca e Vila Luzimangues, localizados anteriormente às margens do rio Tocantins. Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Nacional (2004):

A população de Luzimangues vive de pequenos serviços rurais no Município, tendo pouca vinculação de trabalho com Palmas. Entretanto, procuram o comércio, os serviços de saúde e educação, principalmente o ensino médio e o lazer na capital. A proximidade dessa cidade e a distância da sede do município de Porto Nacional fazem com que as relações de troca sejam muito mais fortes entre Luzimangues e Palmas.

A população atingida teve participação ativa no processo de negociação e conquista de seus direitos, organizados em associação em 04 de março de 2001, com a presença de representante do Movimento dos Assentados por Barragens, com o nome de Associação dos Chacareiros do Reassentamento de Luzimangues (Livro de Ata registrada em 04/03/2001). A primeira diretoria eleita: Presidente: Osvaldo Pereira da Silva; Vice: Ermina Alves Madeira; 1º Secretário: Geraldo bispo Aranters; 2º secretário: Ana Paula de Souza; 1º Tesoureiro: Berilo Alves de Seles; 2º Tesoureiro: Manoel de Jesus. Chegou-se a cogitar a possibilidade do nome do reassentamento a ser chamado de Vila Graciosa, porém, constatou-se que haveria a necessidade de um processo para mudar o nome do projeto, prevalecendo, portanto, o nome deste.

A leitura do livro de ata demonstra que os reassentados estavam envolvidos e atentos a todos as ações da concessionária, Investco, sempre questionando e exigindo o cumprimento das promessas e acordos feitos com a população. Os relatos também registram a participação ativa do MAB e do Ministério Público Estadual nas reivindicações e dos Órgãos Públicos como a Ruraltins e Naturatins na orientação técnica. Todas as reivindicações e conquistas eram devidamente registradas:

Em seguida fomos discutir sobre o cemitério para a comunidade decidir com que vai ficar a responsabilidade, pois não aceitamos a empresa que está administrando pois não aceitamos devido nem conhecermos a mesma (...) O posto de saúde, prédio é da Prefeitura e o Campo de Futebol, Quadra de areia, Parque Infantil e a Praça. Os lotes é repassado para Prefeitura e a mesma deve escriturar e repassar para os devidos donos. E os dois Galpão um foi construído, sendo o galpão comunitário e o outro ainda não foi construído e os dois deve ficar para a comunidade decidido por todos os membros presentes. (Livro de Ata, fl. 25, verso, Assembléia do dia 06/05/2004).

Um marco importante na história desse reassentamento foi a audiência pública realizada no dia 13 de novembro de 2004 com o tema “Distrito de Luzimangues em busca de Soluções”. Nesta reunião estiveram presentes diversas representações sociais tais como associações, igrejas, ONG’s, escolas, moradores de loteamentos vizinhos como o Village Morena e do projeto de assentamento Irmã Adelaide de Miracema do Tocantins, universitários do Centro Universitário Luterano de Palmas, responsáveis pelo envolvimento da comunidade, o Procurador-chefe do Ministério Público Federal e representantes órgãos do governo estadual e federal, bem como autoridades políticas.

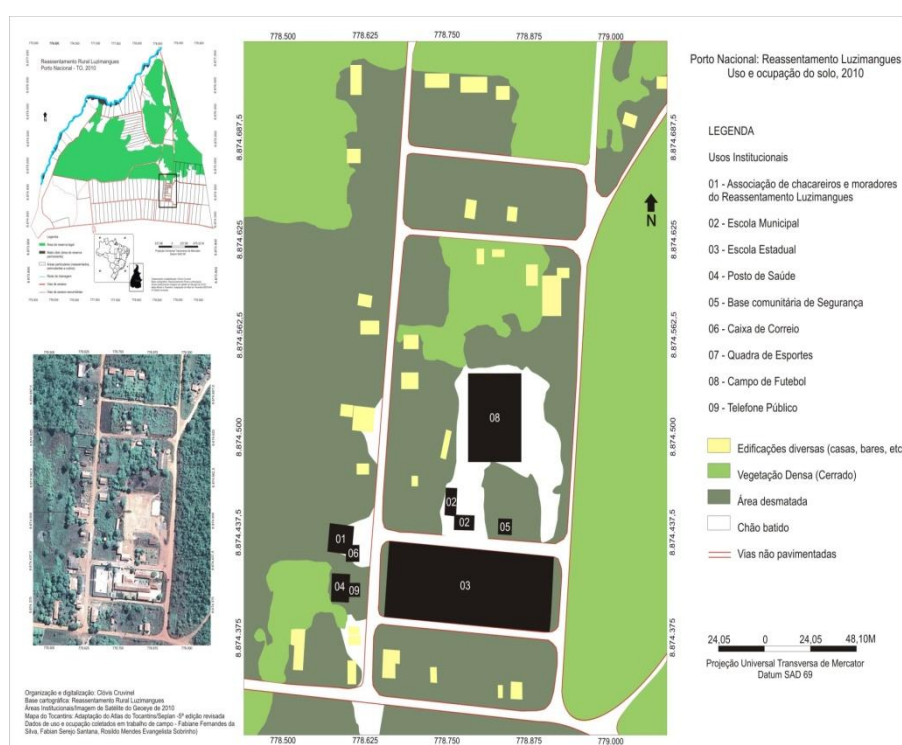
Foram abordados vários problemas do reassentamento: educação, saúde pública, transporte coletivo, cartório, assuntos fazendários, problemas de habitação, situação das estradas, falta de saneamento, e programas sociais. Foi nesta audiência que o Procurador-chefe do Ministério Público Federal, Álvaro Manzano, fez uma palestra sobre o tema: Os pré-requisitos legais para a realização de plebiscito e emancipação de um município, conforme registro em ata:

Na palestra afirmou que, atualmente, por falta de lei complementar, ainda não aprovada no Congresso Nacional, um impedimento legal tanto para a criação de novos municípios, bem como a agregação, desmembramento e emancipação de outros. No entanto, o procurador federal afirmou que esse fato não impede que a comunidade do Luzimangues já vá se organizado, debatendo e fazendo encaminhamentos na busca de melhorias. Sugeriu que a comunidade do Luzimangues fizesse um estudo de viabilidade municipal. Durante a palestra fez uma abordagem histórica, falando com conhecimento de causa, pois é oriundo de Porto Nacional, sobre a extensão territorial do município de Porto nacional, antigamente, e como ele foi se desmembrando e formando novos municípios. Assim, segundo ele, ocorreram desmembramentos do município, principalmente com a criação de Palmas, que isolaram algumas regiões, como é o caso do distrito de Luzimanges. Falou inclusive, que por ele Luzimangues não ter nenhuma ligação territorial com a sede do município Sede, não faz sentido o distrito se ligar a Palmas, pois, também não tem uma continuidade territorial com a capital, tendo, inclusive, um imenso lago entre as duas localidades. Tendo finalizado sua explanação todos aplaudiram (...) passou-se então à votação dos seguintes encaminhamentos por unanimidade: 1- Criação de um comitê dos moradores nos próximos dia; 2- ficará ao encargo do Comitê de desenvolvimento fazer um estudo de viabilidade municipal; 3 - O Comitê fará abaixo assinado que será encaminhado ao Congresso Nacional em especial a todos os deputados federais e senadores do Tocantins. O objetivo de sensibilizar os parlamentares para que aprovem a lei complementar da qual depende, hoje, a emancipação de qualquer município do país (...) (Livro de Ata, fls. 32 (verso), 33 (frente) e 34 (frente), Assembléia extraordinária do dia 13/11/2004).

A partir desse dia os moradores do reassentamento Luzimangues entram numa nova frente de luta, agora pela emancipação municipal, e dessa forma vão ampliando seus horizontes, num processo constante de ressignificação do lugar pretendido.

Uso e Ocupação do Solo

No tocante à infraestrutura inicial, o reassentamento contava com posto de saúde, uma escola, um centro comunitário, equipamento de lazer e esporte, igreja, cemitério, rede de água e galpão para máquinas (Investco, 2003). Conforme Silva Jr., (2005, p.99) a área do cemitério no Projeto Luzimangues foi prevista em função da significativa distância do reassentamento com a sede do Município de Porto Nacional, ficando a sua regularização e administração a ser assumida pela Prefeitura. Quanto à construção da igreja católica, explica, foi uma exigência das famílias oriundas da antiga vila de mesmo nome inundada pelo reservatório, em reposição à igreja ali existente, que havia sido construída pela comunidade.



Refletindo sobre um lugar: Luzimangues

Através da pesquisa de campo foi possível perceber a visão que os moradores reassentados têm desse novo lugar onde foram inseridos e como tentam ressignificá-lo, uma vez que a estrutura na qual estavam se vê modificada por diversos fatores, entre eles, o aumento da população, novas fontes de produtividade, novas técnicas de aproveitamento do solo e o crescimento populacional em decorrência da chegada de pessoas que não vivenciaram as mesmas experiências anteriores.

Quando questionados como era a vida antes do enchimento do lago, 48% consideraram uma vida boa, elencando a relação com a terra e a abundância de água como um fator chave, no entanto, os 32% consideraram uma vida ruim, pelo fato de morarem de aluguel e viverem em terras de outrem. O restante, 20% responderam que não houve diferença (Gráfico 1).

Quanto ao sentimento dos entrevistados com relação à vida que tinham anterior ao enchimento do lago, a maioria, 76%, respondeu positivamente, sendo a resposta justificada pela proximidade com o rio e terra fértil. Entretanto, dentro desse grupo a maioria considera a vida atual melhor. Ao contrário destes, 20% responderam que não (Gráfico 2), destacando que, por morarem em terra alheia e não possuírem casa própria a vida era pior:

Quando surgiu isso aí... eles vieram falando que iam fazer essa barragem, que é que o povo achava? Eu digo, eu de minha parte, do jeito que quiserem, porque... nem do lugar nenhum eu tinha quando eu morei aí, eu morava de ocupante num lote..., eu não tinha um lote, eu não tinha casa, não tinha nada. Isso aí tanto faz, fazer como não fazer, fica a mesma coisa só...(Entrevista com morador do Reassentamento Luzimangues em 13/11/2010).

Percebeu-se que, desse total que respondeu não para a pergunta, são geralmente sujeitos mais jovens, na faixa etária de 20 anos, o que também pode ter influenciado a resposta negativa.

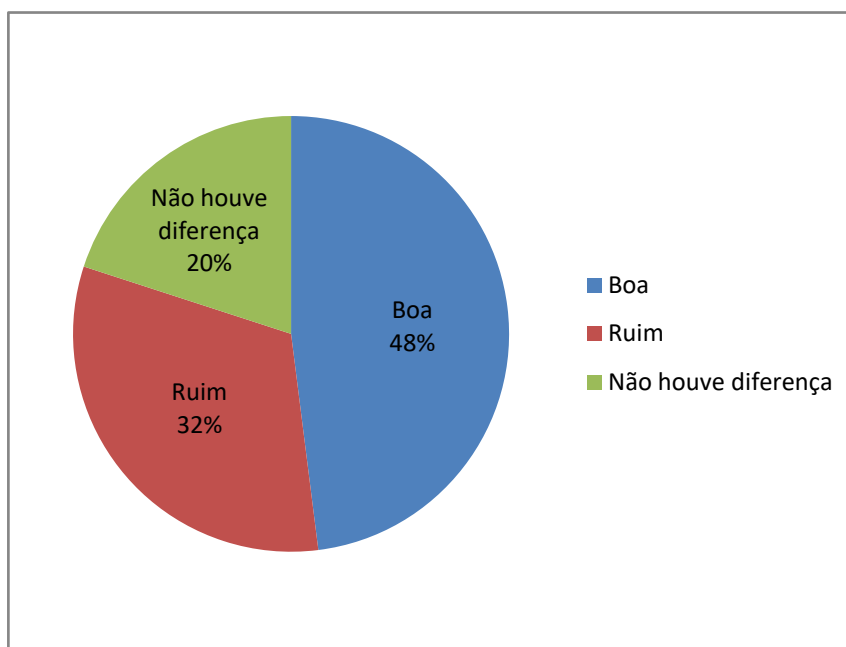


GRÁFICO 1. Reassentamento Luzimangues: resultados percentuais da questão: como era sua vida antes do enchimento do lago?

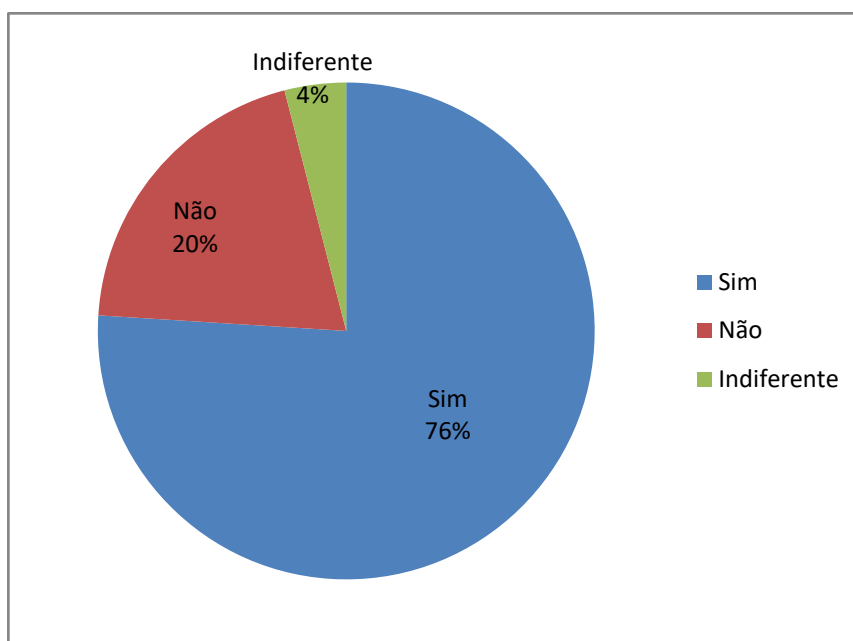


GRÁFICO 2. Reassentamento Luzimangues: resultados percentuais da questão: você gostava de onde morava ou da vida que tinha?

Quando perguntados se é diferente da vida que tinham antes do assentamento, 80% responderam que sim, 12% que não e 8% respondeu ser igual à vida de antes (Gráfico 3). Do total que respondeu sim elencaram ser diferente por ser melhor a vida atual.

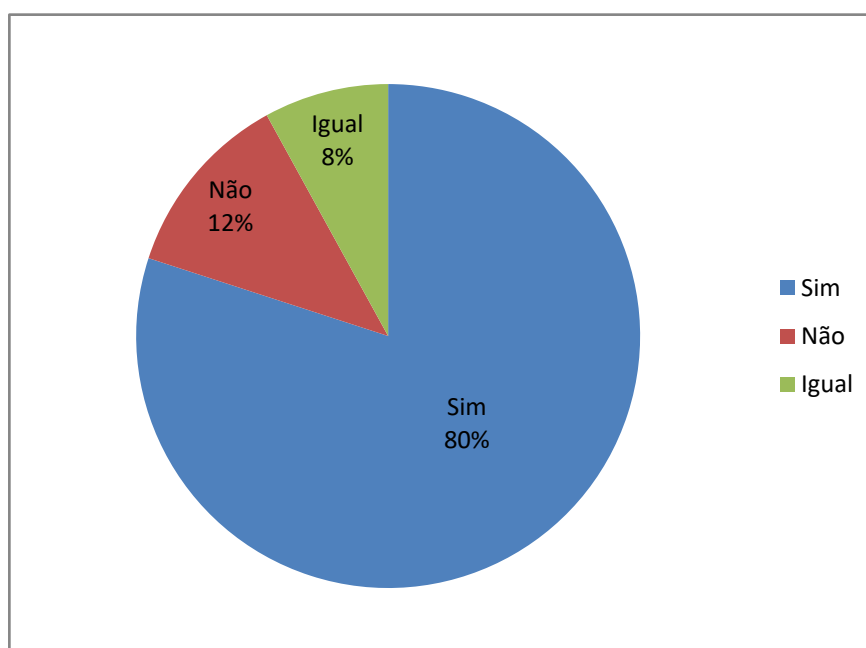


GRÁFICO 3. Reassentamento Luzimangues: resultados percentuais da questão: sua vida é diferente da vida que tinha?

Entre os fatores que justificam a resignificação do lugar como uma vida melhor está a aquisição da propriedade (chácara) e da casa própria, sobretudo, para aqueles que trabalhavam na prestação de serviços nas fazendas:

Rapaz, eu para mim foi uma mudança que... melhorou, pra mim bom, não foi péssimo. Tenho uma casinha, tenho tudo, morava na terra dos outros, na área dos outros. Hoje eu tenho meu próprio pedaço, que tenho escritura, tem tudo. (Entrevista com morador do reassentamento Luzimangues em 13/11/2010).

Mudou... umas casinhas melhores, uma terrinha melhor também (Entrevista com morador do reassentamento Luzimangues em 13/11/2010).

Outro fator levado em consideração pelos entrevistados para considerarem melhor a vida no reassentamento foi a expansão urbana decorrente da proximidade com a capital e o ideal de progresso e crescimento do lugar:

Inclusive, eu mesmo nunca vendi nenhum lote nessa chácara aqui, que eu to esperando, aguardando, porque eu tô vendo o desenvolvimento disso aqui crescendo eu não vou jogar agora fora. E mais logo isso aqui vai desenvolver uma cidade mesmo, como tem previsão mesmo de ser, eu vou mais na frente eu posso vender a metade que seja ai e vou construir, eu que construir que eu quero alugar umas casas, mas inclusive agora no momento enquanto tiver fraco, ralo assim, eu vou segurando. (Entrevista com morador do reassentamento Luzimangues em 13/11/2010).

Entretanto, os entrevistados também vêm com certa preocupação a chegada de mais pessoas, pois percebem o aumento dos problemas sociais como pequenos roubos e consumo de drogas:

Assim melhor que tem mais movimento pra gente andar. Ônibus pra gente andar. Problema de segurança também, mais complicado muita gente diferente... Assim ainda não, roubo é mais difícil. Violência aumentou muito, tem muito bar. Briguinha tem muito (...) na condição de transporte vai ser melhor. Mas plantar é mais difícil, porque ah é perigoso gente roubar e já aconteceu de o vizinho plantar roça de mandioca e roubaram tudo. (Entrevista com morador do reassentamento Luzimangues em 13/11/2010).

Amigos ou familiares ficaram próximos? Quando perguntados sobre esse assunto, 70% responderam que sim e 30% que não (Gráfico 4). O fato de a maioria ter respondido estarem próximos aos amigos e familiares, está também associado ao fato da forte relação com o lugar onde vivem hoje, uma vez que estabelecer novos laços de amizade, ganhar confiança de quem não se conhece são aspectos difíceis no processo de pertencimento ao lugar. No caso deles, isso não foi necessário, pois os laços continuaram praticamente os mesmos de antes do barramento.

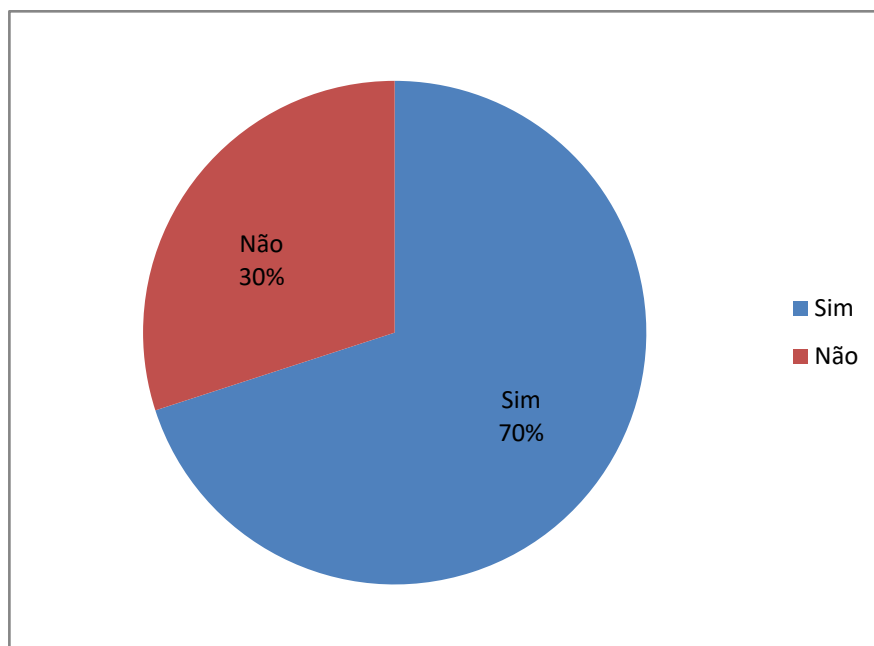


GRÁFICO 4. Reassentamento Luzimangues: resultados percentuais da questão: amigos e familiares ficaram próximos?

Quanto a questão: gostam do lugar onde moram atualmente? 92% dos entrevistados responderam que sim, apontando mais uma vez a moradia própria como fator chave para a boa relação com o lugar onde vivem. Dos 4% que responderam não, apontam a falta d'água e a poeira para decisão da resposta, o total de indeciso somou 4% (Gráfico 5).

Numa comparação com dados apresentados por Silva Jr. (2005, p.104) no qual avalia que, entre outros problemas, a falta de água para a produção no reassentamento, descumprimento de prazos e acordos pelo empreendedor, deficiência na prestação de serviços públicos de saúde e transporte são decisivos para uma avaliação negativa. Verificou-se nas pesquisas que muitos dos problemas ainda persistem e se agravam na medida em que a população cresce:

Muita, muita. Muita gente. Na época assentado pela empresa era umas 96, 98 por aí... Ai com pessoal dano a vender, foi vendendo, vendendo... e o pessoal foi aumentando a multidão de gente, e a água foi ficando mais difícil pra gente produzir. (Entrevista com reassentado em 13/11/2010).

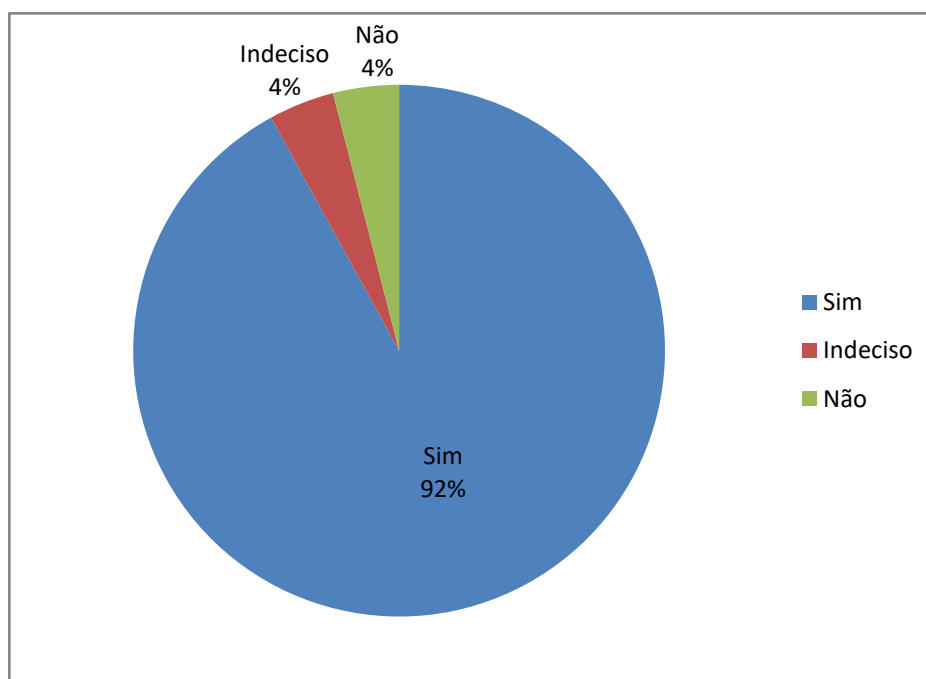


GRÁFICO 5. Reassentamento Luzimangues: resultados percentuais para a questão: você gosta do lugar onde mora?

Percebeu-se nas respostas que o sentimento de pertencimento do novo lugar está sendo recriado na maioria dos entrevistados, entretanto, são poucas as sensações de perda do lugar anterior. Esse sentimento é verificado quando se fala da terra produtiva e da água.

Lá era bom pra viver, água à vontade, além do rio, tinha poço. Aqui falta água até cinco dias sem água. É diferente, porque aqui é mais difícil, a terra é ruim, os primeiros anos deu bom, mas agora num dá nada... (Entrevista com morador do reassentamento Luzimangues em 13/11/2010).

Os moradores também vivem em torno das expectativas de progresso e cultivam um sentimento de que o lugar está melhorando e crescendo:

Montei comercio, eu planto umas coisinhas, planto um arroz, melancia, planto o feijão, planto mandioca, uns pés de fruteira, pé de manga que tem aqui fui eu que plantei... Seguinte eu morei nalgum lugar por ai, mas saudade de voltar para lá não... (Entrevista com morador do reassentamento Luzimangues em 13/11/2010).

A memória e o apego ao antigo lugar são vislumbrados entre os entrevistados na faixa etária dos 60 anos. Inclusive, do total dos entrevistados, 22% são aposentados, embora ainda trabalhem na agricultura familiar. A relação de pertencimento é profunda, onde as idéias de lugar físico e afetivo se confundem.

Lá tinha de tudo, aqui a terra é ruim, saí chorando de lá, meus olhos se encheram de lágrimas quando vi meus cachos de banana se afogando na água. (Entrevista realizada dia 15 de novembro de 2010).

Considerações

Os reassentados de Luzimangues são pessoas socialmente vulneráveis, com pouco acesso aos meios de educação. Muitos viviam da agricultura, trabalhando nas fazendas ou prestando serviços e não eram proprietários de terras, haja vista que muitos moravam de aluguel ou junto com familiares. Em função disso, a pesquisa sobre a alteridade do cotidiano demonstrou a ressignificação do lugar, pois os reassentados ganharam a terra para plantar e casa para morar, mas em contrapartida tiveram a perda dos significados da cultura comum, o berço da família, o sentimento de apego às vivências, as raízes fincadas no território.

O outro lugar tem uma característica diferente do anterior, pois o sentimento de pertencimento esvaiu-se, a esperança se perdeu no tempo. Mesmo quando comparam com o lugar deixado para trás, onde a terra era mais fértil e a água não faltava para molhar a lavoura, a segurança de ter sua própria terra, os faz tentar ressignificar esse novo lugar como o melhor para se viver.

O ideal de progresso alimentado pela perspectiva capitalista, de crescimento do distrito em município é reforçado pelo aumento da população, seja pela venda de lotes dos próprios chacareiros, seja pelos inúmeros loteamentos das áreas circunvizinhas. Outros fatores também são contados, embora ainda de maneira precária, como o transporte urbano, a escola, o posto de saúde, as áreas de lazer e o posto de correio. Todos esses elementos são considerados por alguns como conquistas pela comunidade que dão ao lugar onde foram reassentados a idéia de progresso.

Não menos importante nesse processo de ressignificação é o papel político da Associação que somando força como o Movimento dos Atingidos por Barragens, se reúnem e discutem a realidade de vida e a comparam com o que tinham e buscam melhorias para todos. Foi essa organização, conforme exposto no artigo, que forçou a concessionária a remanejar a população e formar o reassentamento.

Tentou-se revelar, a partir da pesquisa de campo com as entrevistas, o olhar de uma comunidade transferida de seu lugar de origem, como reagiram, se organizaram, exigiram e conquistaram esse espaço e o transformaram em um novo lugar.

Dessa forma, um dos impactos diretos da construção de grandes barragens será sempre a ressignificação do lugar, da alteridade, da identidade, do legado cultural destes indivíduos e destas populações afetadas. A ideia de lugar não se confunde com um espaço ou uma lacuna a ser preenchida, pois o lugar foi analisado a partir das experiências diretas do mundo e da consciência que se teve do ambiente em que se vive ou se viveu. Inferiu-se que o lugar é experienciado por pessoas, indivíduos que são repositórios de saberes presentes na alteridade, na memória, em seu devir e em si. Significados que são a base da existência humana

Referências

- BARTOLOMÉ, L. J. Aspectos sociais de la relocalización de la población afectada por la construcción de grandes represas. IN: **Seminario Efectos Sociales de las Grandes Represas en la América Latina**. Buenos Aires, 08/julho/1983 Apud ZITZKE, V.A. **A Rede Sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os Reajustamentos rurais das famílias atingidas**. Florianópolis, 2007. p. 114. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, p.141-155, abr./out.2007.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 6. Ed. São Paulo: Editora Vozes, 1996. (1. Artes de Fazer).
- CASTRO, I. O problema da escala. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.117-140.
- FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, Ano V, n. 9, p.65-83, jul./dez., 2000.
- GOMES, J. M. L. O. **Significações e ressignificações do patrimônio cultural: as fazendas históricas e o turismo nos Campos Gerais do Paraná**. 2007. 162p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas Interdisciplinar) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.
- LEITE, A. F. **O lugar: duas acepções geográficas**. Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ Volume 21/1998.
- MARQUES, M. M. S. **A Identidade Água Abaixo os Reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca - RS**. 2005. 115p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.
- MENESTRINO, E. H. G. **Povos tradicionais: do lugar ao não-lugar**. 2010. 85f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.
- NAVAL, L. P.; PARENTE, T. G. (Org.). **Impactos socioambientais: o desafio da construção de hidrelétricas**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.
- PARENTE, T. G. *et al.* (Org.). **Linguagens plurais: cultura e meio ambiente**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2008.
- SANTOS, S. M. S. B. **Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragem**. Belém 2007. p. 51. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará.
- SEEMANN, J. Em busca do lugar de Franz Boas na Geografia Cultural. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 19-20, p.7-21, jan./dez. 2005.
- SÊNE, A. G. **Comunicação popular: um estudo das mediações no reassentamento de Luzimangues**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Comunicação Social /Jornalismo. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2007.
- SILVA JR., J. M. **Reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães - Tocantins: a efetividade do programa de remanejamento populacional quanto à sua sustentabilidade socioambiental**. 2005, 142 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2005.
- SUAREZ, M., FRANCO, R. e E. COHEN. *Efectos Sociales de las grandes represas en América Latina*, CIDES (OEA), ILPES (ONU), Buenos Aires, Argentina, 1984.
- TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- ZITZKE, V. A. **O deslocamento compulsório das famílias atingidas pela uhe de estreito na perspectiva das redes sociotécnicas**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/>>. Acesso em: 27 nov.2010.

_____. **Deslocamento involuntário e novos territórios no Tocantins: o caso da UHE do Lajeado.** Artigo integrante do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Documentação

IV Congresso Científico e V Jornada científica: Ética e Ciências. Fotografia e Responsabilidade Social - Transformações Possíveis na Sociedade. Estudo de Caso: Reassentamento Luzimangues. Palmas: Ceulp Ulbra, 2005. p. 347-350.

Ca & Co - Camargo & Cordeiro consultores Associados S/S Ltda. Plano de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional, 2004.

Livro de Atas da Associação dos Chacareiros do Reassentamento de Luzimangues no Município de Porto Nacional. Registro de Pessoas Jurídicas do Cartório do 2º Ofício de Porto Nacional.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL. *Programa de Remanejamento da População Rural.* Palmas: INVESTCO, 1998.

Documentos eletrônicos

Diagnostico da destinação dos resíduos sólidos no Luzimangues. Disponhttp://www.catolica-to.edu.br/gestaoambiental/projetointegrador. Acesso em: 15 de novembro de 2010.

Enviado em 30/12/2021

Avaliado em 15/02/2022

O CAMPONÊS E SEU TERRITÓRIO NAS TRADIÇÕES DAS FESTAS JUNINAS DAS ESCOLAS

Francilane Eulália de Souza²²

Resumo

Embora as festas juninas e as quadrilhas manifestem as tradições camponesas, nas escolas do ensino básico, essa perspectiva é pouco trabalhada. Este texto apresenta reflexões de como o camponês e seu território são representados nas festas juninas e quadrilhas escolares. Realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo, com metodologia de escuta a professores(as) das escolas no campode Goiás. Os resultados apontam que a escola precisa refletir sobre a origem das festas juninas, assim como sobre o campo e o camponês em suas diversas dimensões, dando sentido educativo para além do lúdico para compreender a festa junina em sua totalidade.

Palavras-chave: Camponês. Escola. Festas juninas.

Resumen

Aunque las fiestas juninas y las cuadrillas manifiestan tradiciones campesinas, en las escuelas primarias esta perspectiva es poco trabajada. Este texto presenta reflexiones sobre cómo el campesino y su territorio están representados en las fiestas de juninas y cuadrillas escolares. Se realizó una investigación bibliográfica y de campo, con una metodología de escucha a docentes de escuelas rurales de Goiás. Los resultados muestran que la escuela necesita reflexionar sobre el origen de las fiestas juninas, así como sobre el campo y el campesinado en sus diferentes dimensiones, dando un sentido educativo más allá de lo lúdico para entender la fiesta junina en su totalidad.

Palabras clave: Campesino. Colegio. Fiestas juninas.

Introdução

Um dos principais pensamentos que contribuíram para uma representação caricata do camponês e seu território foi justamente a dicotomia entre campo e cidade, muito difundida no século XX e alimentada pelo paradigma do capitalismo agrário, que, segundo Fernandes (2004), surge na década de 1990, anunciando o fim do campesinato. Nesse paradigma, a superação do campesinato “pode acontecer desde que o desenvolvimento do capitalismo atinja um determinado estágio, em que as relações sejam determinadas por estruturas nacionais de mercado e por um controle rigoroso desse processo pelo Estado” (ABRAMOVAY, 1992, p. 249). Ressalta-se que, como destacou Morim, (1991), um paradigma controla a lógica do discurso.

Como o camponês vem sendo representado nas festas juninas e nas quadrilhas das escolas? Como Caipira, Jeca Tatu e Roceiro? Esses têm como sinônimos: desengonçado, atrasado, dentre outros adjetivos, muito distante dos que identificam o camponês. Ainda, como a visão distorcida de campo e cidade vem colocando o território do camponês como símbolo de atraso nas festas juninas? Quais têm sido as consequências desse pensamento? Afinal, Moscovici (1978) advertiu-nos de que as representações sociais apresentam o mundo a partir do nosso pensamento.

²² Prof^a Dr^a. do Departamento de Geografia da UEG Campus de Formosa Líder do GEPER-Grupo de Estudo e Pesquisa do Espaço Rural. Atua em Geografia escolar, Educação do Campo, Geografia Agrária.

Nesse contexto, neste artigo, apresento uma discussão teórica constituída para o debate sobre as representações do camponês e seu território nas escolas do ensino básico no Brasil.

Partimos da premissa de que existem várias representações do campo, nas festas juninas, que são compartilhadas pelos camponeses e que o paradigma do capitalismo agrário vem fortalecendo a ideia dicotômica de que o campo do campesinato é sinônimo de atraso e está fadado à extinção. Para tanto, buscamos, a partir de pesquisa documental e dos debates ocorridos na V Semana de Inverno da UEG campus Nordeste, apresentar breve reflexão de como o camponês e seu território são representados nas festas juninas e quadrilhas em diferentes territórios como as escolas, assim como, suas consequências para a desvalorização da identidade territorial camponesa.

As reflexões foram embasadas nas teorias da representação social, e no conceito de identidade territorial camponesa. A intenção foi utilizar essa teoria para enriquecer o método de análise do discurso, particularmente, sobre as visões – de cunho, acima de tudo, ideológico - sobre campo e sobre o campesinato brasileiro, alimentadas pelo paradigma do capitalismo agrário.

O Caminho da pesquisa

A possibilidade de compartilhar esse debate na referida Semana foi espaço fértil para as reflexões ligadas à forma como o camponês é representado nas festas juninas, principalmente das escolas, pois muitos dos participantes eram professores e professoras das escolas no meio rural e muito contribuíram para os debates. Havia, aproximadamente, 70 participantes na roda de conversa intitulada “O campo nas festas juninas”. Logo, esse artigo é também fruto, não só da revisão bibliográfica e das pesquisas realizadas ao longo de 15 anos em escolas no meio rural e urbano, mas também desse momento que foi constituído na V Semana de Inverno, realizada no mês de julho de 2021.

Para pensar as categorias e os conceitos que apresentamos neste artigo, foi necessário, primeiramente, o procedimento com documentação indireta, como o levantamento e a análise de fontes secundárias (bibliográficas) relacionadas com a representação social, identidade territorial camponesa, festas juninas e, também, sobre o campo.

Nas constatações sobre o papel das festas juninas para a identidade camponesa, buscamos as pesquisas que realizamos nas escolas situadas no meio rural e, mais recentemente, na pesquisa intitulada “Territórios em disputa no fechamento de escolas no campo do estado de Goiás”. Nessa pesquisa, pudemos estabelecer mecanismo de escuta com diversos sujeitos ligados às escolas no meio rural de aproximadamente 20 municípios, espacializados nas mesorregiões do estado de Goiás. Nas entrevistas com aproximadamente 90 sujeitos (camponeses, professores, professoras, gestores etc.), as festas juninas sempre eram destacadas como espaço para trabalhar a cultura camponesa.

As reflexões, apresentadas a seguir, podem contribuir para suscitar o debate sobre as visões de campo e de camponês nas festas juninas, permitindo, assim, pensar como essas visões podem influenciar na valorização ou na desvalorização da identidade territorial camponesa.

Pensar a teoria da representação social nas festas juninas

Foi Serge Moscovici, partindo das teorias de Durkheim sobre representação, que trouxe, na década de 1960, essas reflexões teóricas e metodológicas para a psicologia social. Assim, essa teoria teve sua origem na Europa e se expandiu para a América Latina. Sparza (2002) ressalta que o Brasil é um dos países da América Latina que mais tem atraído pesquisadores da Europa, estudiosos da teoria da representação social, como Denise Jodelet.

Nesse contexto, ao longo dos anos, entre os preocupados com os vários campos da educação, essa teoria tem sido um campo fértil para as análises de representação social dos sujeitos do campo.

Nessa perspectiva, partiremos da concepção de que a representação social é a representação de alguma coisa ou de algum objeto e se caracteriza, segundo Jodelet (2001, p. 22), como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Ainda:

[...] fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. No final das contas, ela produz e determina comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

Além disso, são “sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros e organizam as condutas e as comunicações sociais” (JODELET, 2001, p.22). Pode-se, com essa definição, salientar que é a partir das nossas representações sociais que formamos conceitos, imagens, símbolos etc. Enfim, construímos nosso saber com base no senso comum.

A representação social não está desvinculada da ideologia, é parte e/ou criação desta e vice-versa. Entretanto, Madeira (1991, p.137) argumenta-se que “a ideologia tem um caráter geral e aí está sua fluidez, sua ambiguidade e, por isso mesmo, sua força. A representação, ao contrário, se constrói e articula em torno de objetos definidos”. E continua:

[...] quanto mais significativo for o objeto representado para aquele que o representa, mais profundamente esse estará envolvido na representação e, de forma mais radical, o núcleo central desta articular-se-á com a sua identidade e (MADEIRA, 1991, p139).

Nessa perspectiva, um fato que nos chama a atenção é a representação de campo e de cidade que vem sendo construída por alunos camponeses. A visão dual de cidade e campo como moderno versus atrasado, oportunidades versus esquecimento, movimento versus tranquilidade, emprego versus desemprego, dentre outras, vem vigorando entre os alunos que vivem no campo.

A questão é como eles foram construindo tal representação? Quais são as implicações de uma representação de campo, como território do atraso, amplamente fortalecido pelo paradigma do capitalismo agrário, para o campesinato brasileiro? Percebemos, por meio das pesquisas que realizamos nos últimos 15 anos, que os alunos camponeses têm, mediante essa representação dicotômica de campo e de cidade, um intenso desejo de viver na cidade.

Reflexões para pensar a identidade territorial camponesa

Entendemos a categoria território, que está posta nesse conceito de identidade territorial camponesa, como um espaço de ocorrência das relações de poder (RAFFESTIN, 1993). O território possui vários atributos, como a multidimensionalidade – política, social, econômica etc. – e as suas dimensões micro e macro que estabelecem as relações de poder. Podemos citar como exemplo dessas escalas: a casa, o município, o estado etc. (SOUZA, 1995), além de suas formas indissociáveis, que são a materialidade e a imaterialidade, muito discutidas a partir da década de 1990 no Brasil. Além disso, o território está centrado nas relações de poder, pode ocorrer nas diversas escalas e dimensões, e, aqui neste trabalho, interessa pensar o território do camponês que certamente diverge do território urbano.

Assim, para o estudo que pretendemos apresentar neste artigo, o conceito de camponês também é relevante e, para este trabalho, pensamos tal conceito estabelecido a partir do paradigma do “fim do fim” do campesinato, cujo principal objetivo é defender a existência desse sujeito que, segundo Fernandes (2004), se constitui a partir de sua resistência.

Na definição de camponês, tomamos Ariovaldo Umbelino que aponta “No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada” (OLIVEIRA, 2007, p.40).

Entretanto o camponês possui uma relação com a terra para além da relação unicamente econômica, pois ele a vivencia como território de produção de vida, logo, também, território de produção dos seus hábitos e costumes. Além disso, ele a tem como território de produção e reprodução de seus valores, constituídos e instituídos na vivência com o campo.

E, nessa perspectiva, entendemos a identidade territorial camponesa como aquela construída a partir de uma alusão ao território, resultante de significados e experiências constituídas por meio das relações que são cotidianamente marcadas por um poder que caracteriza um território material ou/e imaterial. Se o território é multidimensional, não podemos aferir a essa identidade só a identificação com os elementos culturais que se dão no território, tampouco com a sua dimensão econômica, de modo que a identidade territorial camponesa pode se estabelecer numa totalidade territorial que abarque essas dimensões: é justamente a forma como o camponês constrói suas relações no território, ou seja, a forma como ele vive que o diferencia do agricultor capitalista e que compõe a identidade territorial camponesa (SOUZA, 2012, 2020).

Festa junina e a quadrilha: espaço de representação social do campo e do campesinato nas escolas

No século XXI, uma das principais representações do camponês, muito presente nas escolas, é a quadrilha como dança típica das festas juninas, que, em outros tempos, era uma homenagem aos santos juninos para agradecer as boas colheitas na roça. Tal festa era importante para o camponês em virtude da sua intensa religiosidade. Enfim, esse era o momento de dançar, comemorar e agradecer. Já sobre a origem da quadrilha, Chianca (2007, p.50) aponta que é:

Originária de uma contradança de mesmo nome trazida ao Brasil pela corte imperial portuguesa, ela teve suas figuras e passos modificados ao longo do tempo e dos lugares em que foi sendo executada. A princípio, eram quatro ou oito casais que se organizavam em duas filas uma em frente a outra, com as quatro extremidades formando um quadrado – daí seu nome francês, quadrilles (em espanhol, cuadrilhas; em italiano, quadriglia).

Essa dança, presente tanto no campo como na cidade, era uma das principais nos salões da corte do Brasil colonial e imperial. Ao longo do tempo, foi abolida destes espaços, mas continuou presente no interior e principalmente no campo.

Perreira e Queiroz (1989, p. 13), falando do caipira na atualidade e apontando seu suposto desaparecimento no Vale do Paraíba, lembram que, nas festas juninas, “é o momento em que se pode surpreender o imaginário materializando-se na vida social”. A questão é o quanto esse imaginário está presente na representação social do camponês na atualidade? Essas festas fazem parte da identidade territorial camponesa? Qual o significado e a significância destas para o campesinato?

É importante esclarecer que as escolas se constituem em espaços de ocorrências das festas, cujo intuito, raras vezes, é de trabalhar a cultura camponesa. Surgem, em sua maioria, para levantar verbas para as escolas e se materializam por meio das quadrilhas, barraquinhas de “quitutes”, bebidas, brincadeiras, como a simulação da pescaria, cadeia do amor, dentre outras.

Nessas atividades, chama-nos a atenção a quadrilha que a escola, num ato ingênuo, cria como um espaço deseducativo e conflituoso, dicotomizando campo e cidade. Coloca o camponês como símbolo do atraso, contribuindo para a desvalorização da identidade camponesa. Enfim, reproduz, em parte, o pensamento do paradigma do capitalismo agrário, que anunciava o fim do campesinato.

Apesar de a quadrilha, nos dias de hoje, ser considerada um momento lúdico, ela apresenta a caricatura do camponês. Nela, é representado, quase sempre, o casamento na “roça”, que chama a atenção para as vestes remendadas, o tecido xadrez, quadriculado ou de chita, o chapéu de palhaesfiapado, as tranças e os exageros na maquiagem das meninas, como uma demonstração explícita de um sujeito “brega, arcaico, atrasado”. Dessa forma, o campo também passa ser o símbolo do atraso. Chianca (2007, p.51) refere-se à maquiagem, pois, “nela, são simulados dentes em falta, pintados de preto ou cicatrizes grosseiras nos rostos e corpos. Sobrancelhas, barba e bigodes são alargados e reforçados com lápis pretos para dar uma imagem mais ‘selvagem’ do matuto”.

Por outro lado, ao longo dos anos, as quadrilhas também vêm ganhando alguns requintes nos figurinos com tecidos finos e vestidos bem elaborados. Entretanto, se, nas quadrilhas tradicionais, é visível a imagem deformada do camponês, nessas quadrilhas modernas, fica expressa a negação ao campesinato. Chianca, ao analisar as quadrilhas estilizadas da Cidade de Natal, observou que elas têm o intuito de “integrar o ‘agricultor’ na nova condição de ‘produtor agrícola’, que usou trator ao invés do arado e da enxada, produzindo melhor, ‘sem sujar as mãos’ e roupas” (CHIANCA, 2007, p. 54).

A autora também destaca a dualidade entre o campesinato e a agricultura capitalista nesse novo sujeito, representado nessas quadrilhas, que “não é apenas desdentado, maltrapilho e iletrado, mas está presente na festa como um rico, próspero e bem sucedido *agrobusinessman*” (CHIANCA, 2007, P. 49).

O fato é que as festas juninas são consideradas festas do campo. No entanto, na cidade, ela projeta o camponês como o Jeca Tatu, tão difundido e reforçado por aqueles que clamavam a transformação do campo tido como atrasado. Essas são manifestações, representações sociais, ainda, muito presentes na atualidade. A dicotomia campo cidade fica evidente nessa dança.

Em debate realizado, na Semana de Inverno da UEG campus Nordeste, pudemos dialogar com aproximadamente 70 participantes que colocaram suas experiências com as festas juninas. Eram, em sua maioria, professores de escolas públicas que apontaram alguns elementos sobre a festa junina como a dificuldade em ter a participação de todos os alunos, pois parte dos pais alegam que “essa é uma festa católica”.

Foi relatado também que, de fato, não há muito a preocupação em pensar ou refletir sobre a identidade camponesa e que a festa se tornou “espaço para levantar fundos para a escola” e, ao longo do debate, ficou a questão posta pelos professores: como trabalhar a festa junina nas escolas de forma a valorizar a identidade territorial camponesa?

Se observarmos as escolas que estão situadas no campo, ainda podemos afirmar que essas atividades, trabalhadas sem o objetivo de valorizar o campo, podem contribuir para que os alunos camponeses construam uma visão deturpada do campo, levando-os a buscar o espaço urbano para fixarem definitivamente sua moradia, contribuindo para o esvaziamento do campo e para a desvalorização da identidade territorial camponesa.

Essa configuração do camponês como um Jeca Tatu contribuiu para a dicotomia de campo e cidade, alimentando e sendo alimentado pelo paradigma do capitalismo agrário, que anunciava o fim do campesinato.

Considerações

Podemos afirmar que a festa junina é uma manifestação de um território que pretende ser híbrido, visto que podemos perceber sua territorialização no campo e na cidade. Embora seja uma manifestação cultural que preserva elementos importantes do campo e que representa a ponte entre o passado e presente e, por vezes, expressa uma representação caricata de campo, a festa junina vem se constituindo, também, na celebração do lúdico; no entanto, no campo ou na cidade vem se constituindo a partir de forte conotação mercadológica e de espetáculo.

As reflexões sobre a representação social do campo e do camponês nas festas juninas nas escolas são preocupantes, pois essas são constituídas por diversos símbolos. O símbolo supõe uma estrutura dupla, um representante e um representado (algo, alguém ou alguma coisa) e, ainda, podem representar ou interpretar a realidade; assim, não podemos negligenciar que a forma como as festas juninas têm sido simbolizadas e representadas pouco contribui para a valorização da identidade territorial camponesa.

Então, embora as festas juninas sejam consideradas festas originadas no campo, nas escolas, ela representa o camponês, o Jeca Tatu tão difundido e reforçado por aqueles que clamavam a transformação do campo tido como atrasado. Essas são manifestações, representações sociais ainda muito presentes na atualidade. A dicotomia campo cidade fica evidente na festa junina, pois há uma tensão rural/urbana, visto que, embora o camponês reconheça que a festa junina é expressão de sua cultura, ele também não se reconhece no sujeito que é performatizado nessa festa.

Dessa forma, as escolas podem trabalhar as festas juninas com foco no lúdico, mas elas precisam pensar na possibilidade de ultrapassar tal abordagem. Marilena Chauí (2006) destaca a importância do lado lúdico da cultura, mas ressalta que essa não se deve limitar apenas a ser um entretenimento ou algo mensurável mercadologicamente. Também, a escola pode refletir sobre a origem das festas juninas, assim como sobre o campo em suas diversas dimensões, dando sentido educativo para as festas juninas para além do lúdico e trazendo o sentido do festejar a festa junina no contexto da escola, que é espaço, acima de tudo, de produção de conhecimento.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.
- CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papiрус, 1998.
- CHAUÍ, Marilene. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2006.
- CHIANCA, L. de O. Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa. **Sociedade e cultura**, [s. l.], v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 45-59. Disponível em: redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70310106.pdf. Acesso em: 10 set. 2010.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004. Disponível

em:https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/564/Quest%3%a3o%20agr%3%a1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 dez. 2010.

FERNANDES, B. M. **Delimitação Conceitual de campesinato**. 2004. (texto não publicado) 5 páginas.

FILIZOLA, R. Considerações sobre o uso da teoria das representações sociais no âmbito do ensino da Geografia. Disponível em: <HTTP://www.geografia.ufpr.br/neer/NERR1/mesas/filizola.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2010.

Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed: UERJ. 2001. p. 17-44.

KOSEL, S. Representação e ensino: aguçando o olhar geográfico para os aspectos didáticos-pedagógicos. In: SERPA, A. (Org.) **Espaços Culturais: vivências, imaginações e Representações**. Salvador: UDUFBA, 2008.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

MADEIRA, M. C. Representações Sociais: Pressupostos e Implicações. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 72, n. 1711, p.129-144, maio/ago. 1991. Disponível em: www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/433/438 .Acesso em: 02 ago..2010.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Ed Zahar Editores, 1978. 291p.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições. 2007. Disponível em:

http://xa.yimg.com/kq/groups/17929366/910294454/name/livro_aviovaldo.pdf. Acesso em: 15 out. 2010.

PEREIRA, J. B. B. de; QUEIROZ, R. da S. Por onde anda o Jeca Tatu? **Revistausp**. São Paulo, n. 64, p. 6-13, dez., jan., fev., 2004-2005.

RAFFESTIN, C. O que é território? In: RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. SP: Ática, 1993. p. 143-185.

SERPA, A. Por uma geografia das representações sociais. **OLAM - Ciência & Tecnologia**, Rio Claro/SP, vol. 5, n. 1, maio / 2005 p. 220. Disponível

em: http://www.esplivre.ufba.br/artigos/AngeloSerpa_Olam5_2005.pdf . Acesso em: 19 abr. 2009.

SPARZA L. L. Entrevista a Denise Jodelet realizada el 24 de octubre de 2002 por Oscar Rodriguez Cerda. **Relaciones Inverno**. ZamoraMechico, v. 24, n.93. p.115-134. Disponível

em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/137/13709306.pdf>. Acesso em: 15 out. de 2008.

SOUZA, Francilane Eulália de. **As geografias das escolas no campo do município de Goiás: instrumento na valorização do território do camponês?** 2012. 380 f. Tese (doutorado) -

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101432>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In:

CASTRO, I. E de; GOMES, P. C da C.; CORRÊA, R. L. (Org). **Geografia: conceitos e temas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77-116.

Enviado em 30/12/2021

Avaliado em 15/02/2022

PERCEPÇÃO DE EXIGÊNCIAS DO ATUAL MERCADO DE TRABALHO: O ENGENHEIRO CRIATIVO E INOVADOR

Hélder Sousa Santos²³

Janaína Maria Oliveira Almeida²⁴

Bianca de Sousa André²⁵

Resumo

Este trabalho compreende e explicita fatos da posição engenheiro, sujeito pressuposto como criativo e inovador, no contexto do atual mercado de trabalho, em especial, no tocante à sua formação. Para tanto, mobiliza documentos da esfera acadêmica – Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e Projetos Pedagógicos dos Cursos de Engenharia Elétrica de Institutos Federais do Estado de Minas Gerais (PPCs) - e trabalhos variados de estudiosos: Alencar (2001), Moraes (2008), Silveira (2005), entre outros, que também se detiveram em saber o funcionamento da demanda. A hipótese é a de que o processo de formar engenheiros, em nosso país, passa ainda pela ideologia da produtividade, fato que impede o acontecimento do esperado: o engenheiro criativo, aquele que é questionador de sua prática profissional e da realidade que o toca. A pesquisa, enfim, dirá dos encaminhamentos de tudo isso para a academia e para o mundo do trabalho, fazendo-se entrever meios possíveis para o ato de formar engenheiros criativos.

Palavras chave: Criatividade/Inovação. Engenharia. Formação.

Abstract

This work understands and explains facts of the position of engineer, a subject assumed to be creative and innovative, in the context of the current job market, especially with regard to his training. To this end, it mobilizes documents from the academic sphere - National Curricular Guidelines (DCNs) and Pedagogical Projects of the Electrical Engineering Courses of Federal Institutes of the State of Minas Gerais - Brazil (PPCs) - and varied works as: Alencar (2001), Moraes (2008), Silveira (2005), among others, who were also interested in knowing how the demand works. The hypothesis is that the process of training engineers, in our country, still goes through the ideology of productivity, a fact that prevents the expected event: the creative engineer, the one who is questioning his professional practice and the reality that touches him. The research, in short, will tell of the route of all this to the academy and to the world of work, making possible glimpses possible means for the act of training creative engineers.

Keywords: Creativity-Innovation. Engineering. Formation.

Introdução:

As organizações atuais enfrentam um cenário mercadológico bastante competitivo e dinâmico, perante o qual nem todos os processos utilizados anteriormente para solucionar, ali, problemas ainda funcionam. A situação impõe à sociedade a necessidade de compreender e, a partir disso, aprimorar a capacidade de criar e de inovar da posição sujeito profissional moderno, no âmbito organizacional. Stoner (1999) está em igual acordo com a afirmação ao mencionar que uma organização pouco criativa e inovadora pode não sobreviver ao mercado.

²³Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).

²⁴Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).

²⁵Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).

Vários profissionais da área consideram as noções de criatividade e de inovação como ferramentas de grande valor para o enfrentamento de um panorama de incertezas/ contradições entre homem e natureza, e tantas outras situações que podem emergir. O contexto escolar parece ser o melhor para desenvolvê-la, já que nele, as habilidades em questão são imperativo para futuros engenheiros. Mesmo assim, estudiosos alertam para o fato de que poucas escolas possuem um trabalho pedagógico que favoreça seu desenvolvimento efetivo. Isto porque se encontra vaga a compreensão do que seja criatividade, nesses espaços, e, ainda, o que seja inovação.

Criatividade é, parafraseando Alencar (1996), a habilidade de sobrevivência, um recurso importante para lidar com os problemas. Oech (1995) reforça que ela tem a ver com aquilo que todos veem e como o ato de pensar algo, alguma coisa diferente. Portanto, para a permanência de empresas no mercado (independente do seu ramo) faz-se necessária a exigência por profissionais capazes de prever e de identificar problemas novos. Ou seja, dali, há demanda de produtores de conhecimento próprio, proativos, flexíveis, criativos, conscientes da gravidade e do caráter global dos problemas que, de acordo com Moraes (2008), sejam capazes de participar de atos de decisões variados, de modo a encontrar soluções inovadoras e compatíveis com a magnitude e a complexidade de problemas atuais.

Diante desse contexto, surgem as seguintes questões: o que subsomem as universidades a respeito do fato? Elas têm formado profissionais com as características esperadas? A posição de sujeito engenheiro, particularmente a recém-formada, possui condições de oferecer a uma empresa a atividade profissional de que ela precisa?

Para responder às questões precedentes, este estudo toma como objetivos gerais compreender as exigências do mercado atual e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) relacionadas aos conceitos de criatividade e de inovação e examiná-los a partir dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Engenharia Elétrica de Institutos Federais do estado de Minas Gerais.

De saída, foi realizado um estudo bibliográfico baseado em artigos da área, visando identificar aspectos das exigências atuais relacionadas aos termos criatividade e inovação, para o profissional de engenharia. Nesse passo, foram investigadas quais competências e habilidades relacionadas à criatividade e inovação, mencionadas nas DCNs, têm sido desenvolvidas ali e quais precisam ser incentivadas nos Institutos Federais.

Sobre a noção de criatividade e inovação:

Historicamente, a palavra criatividade vem do latim *creatus*, que significa criar. Criatividade é uma fonte de energia poderosa de que a humanidade dispõe para lidar de forma competente com a magnitude e complexidade dos problemas, conflitos atuais. É uma expressão da natureza humana, um potencial que torna o homem diferente dos demais seres vivos.

Várias pesquisas sobre o tema têm sido realizadas – trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, no qual não há traços universais que o identifiquem, nem única forma de avaliá-lo, mas que, conforme Wechsler (1993), é resultado da interação entre processos cognitivos, características de personalidade, elementos ambientais e culturais –, colocando estudiosos do assunto ante a sustentação até mesmo contrárias umas das outras; fato que suscitou tratamento atento a respeito da definição e uso efetivo do termo (criatividade).

No entanto, diversos estudiosos concordam com a concepção de criatividade como habilidade a ser aprimorada por meio da prática, capaz de trazer à tona algo novo ou realizado, de forma diferente, com valor para um grupo significativo de pessoas (ALENCAR, 2001; ALENCAR & FLEITH, 2003 e 2006; BEGHETTO & KAUFMAN, 2010; BODEN & THEOBALD, 1999; BONO & CASTILLO, 1994; CRAFT, 2005; FELDMAN, 1999; MARTÍNEZ, 1997).

No que diz respeito à criatividade no trabalho pedagógico, ela é considerada como formas de ensinar, de educar, com algum tipo de novidade e que resulte em algo valioso para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos (Miguélez, 2006).

Silveira (2005) destaca que universidades com escopo pesquisa exigem boa formação científica discente, uma razoável formação humanística, formação técnica especializada e uma grande liberdade de escolha de disciplinas eletivas. Menciona que o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) possui o compromisso de encorajar estudantes e desenvolver neles a criatividade para definir problemas e buscar soluções cotidianas.

González Quintián (2006) salienta que, no contexto escolar, essas competências podem ser favorecidas quando se estabelecem ambientes que permitem aos alunos serem os protagonistas e construtores da própria formação e aprendizagem, o professor como facilitador desse processo e do ambiente, como um entrelaçamento entre vivência, meio e interação ativa, de forma a instalar e provocar o ato criativo. Renzulli (1992) evidencia, também, aspectos próprios à noção de criatividade na escola, dentre eles: (a) o professor ter domínio de sua disciplina e gostar do que faz; (b) o aluno ser predisposto ao saber, tocado por habilidades, estilos e interesses do saber-fazer, que devem ser reconhecidos; c) o currículo ser possível a ações criativas, possuindo, além da estrutura, conteúdo e metodologia em processo constante de renovação, com certo apelo ao imaginário.

Para Ulbricht *et al* (2013) é necessário que as universidades se tornem *lòcus do saber*, da liberdade acadêmica e da inteligência, no qual o conhecimento proporcionará considerável contribuição para o desenvolvimento do raciocínio independente, criativo e inovador. Instituições de ensino superior deverão propiciar a ampliação democrática do acesso ao conhecimento, como também a sua geração e difusão, de forma que as necessidades educacionais da população sejam devidamente ampliadas, com um maior equilíbrio entre a vocação tecnológica, sistêmica e humanística.

Quanto ao mercado de trabalho, exigem-se ali profissionais capazes de prever e identificar problemas novos, produtores de conhecimento próprio, proativos, flexíveis, criativos e conscientes da gravidade e do caráter global dos problemas hoje mundializados e, de acordo com Moraes (2008), capazes de participar da tomada de decisões, de modo a encontrar soluções inovadoras e compatíveis com a complexidade de contingências possíveis.

Assim, criatividade é prioridade na atualidade histórico-social e também para o futuro construído incessantemente no agora, pois se trata de um dos requisitos com significativa relevância para a inovação, que é entendida como uma consequência positiva de ideias criativas.

Os cursos de engenharia e o mercado atual:

O número de cursos de engenharia oferecidos no Brasil tem aumentado muito nos últimos anos. Em decorrência, há uma demanda crescente por engenheiros no mercado de trabalho, um maior número de interessados na profissão e, também, mais engenheiros criativos e não apenas produtivos.

A oferta de graduação e pós-graduação em expansão ameniza o risco de faltar mão de obra na área, mesmo com um número inferior de graduados por habitantes quando comparado às nações mais industrializadas. Ainda assim, a formação de engenheiros enfrenta muitos desafios.

É baixo o percentual de estudantes que conseguem terminar a graduação, nota-se disparidade de desempenho dos alunos de escolas públicas e particulares, além de haver diferença de gênero entre estudantes e graduados, com a maioria representada por pessoas do sexo masculino. Além disso, diz-se que engenheiros recém-formados estão pouco preparados para colaborar em processos de inovação e, por não encontrar boas oportunidades, ou por não gostar da profissão, muitos acabam migrando para outras áreas.

Percebe-se uma necessidade de incentivar o interesse pela engenharia já no ensino básico, podendo ser estimulado por meio de projetos e práticas interdisciplinares para o desenvolvimento de atitudes empreendedoras e da capacidade de aprender a resolver problemas por toda a vida. No ensino superior, faz-se necessário desenvolver nos alunos a óptica de competências relacionadas à criatividade e inovação, de forma a responder com eficiência aos desafios do século.

Tais desafios incluem situações e efeitos de natureza diversa, a propósito: os impactos ambientais e sociais advindos das atividades produtivas; os novos problemas e áreas de trabalho; o uso intensivo das redes de telecomunicação e informática. Nesse passo, surgem algumas questões ainda sem respostas, como: qual o perfil de formação indicado para o cenário atual? Como adaptar currículos e estratégias didáticas nos cursos de engenharia, diante das necessidades atuais? Como preparar engenheiros para a capacidade de produzir inovações e transformá-las em produtos diante de qualquer cenário econômico envolvendo o país?

As questões anteriores urgem ser respondidas (ou pelo menos problematizadas) e informadas aos futuros profissionais da área, aos profissionais do mercado de trabalho atual, aos responsáveis pela formação acadêmica dos engenheiros, aos órgãos responsáveis pelo registro dos profissionais da engenharia e aos órgãos que credenciam e avaliam as escolas de engenharia. Isto porque há uma questão maior que as toca: a demanda de implicação da posição engenheiro naquilo que faz. Conscientemente.

Análise de DCNse PPCs:

Procedimentos metodológicos:

Para proceder a este estudo, elegeu-se o tipo de pesquisa básica, com foco na interpretação de documentos específicos, quais sejam: DCNs e PPCs. Foram analisados os PPCs dos cinco cursos de Engenharia Elétrica existentes nos Institutos Federais de Minas Gerais, sendo dois do IFMG, um do IFNMG e dois do IFTM. Os cursos do IFMG estão implantados nos campi de Formiga e Itabirito. O do IFNMG, no campus de Montes Claros, e os do IFTM, em Paracatu e Patrocínio. A pesquisa adotou o método hipotético-dedutivo, para pensar a indistinção dos termos criatividade e inovação em âmbito dos cursos de engenharia elétrica.

Análise e resultados:

A propósito das DCNs dos cursos de engenharia

No Brasil, a LDB 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira é um documento que rege seu sistema educacional público e privado, do ensino básico ao superior, abordando para tanto recursos financeiros e modos de guiar a formação dos profissionais da área da educação. O documento sustenta às DCNs, normas que instruem as instituições de ensino sobre princípios, fundamentos e procedimentos para desenvolvimento interno. A elaboração dessas normas foi estabelecida a partir de 1997, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão que participa do Ministério da Educação (MEC). Ou seja, quando uma instituição elabora um novo currículo acadêmico e envia-o ao MEC, precisa estar de acordo com a DCN para ser aprovado.

No que diz respeito à Engenharia, a última DCN foi publicada em 2019, ficando clara ali a necessidade da formação do engenheiro crítico e inovador e também a definição de características estabelecidas pela CNE; essas características são necessárias para o bom desenvolvimento do discente e para avaliação desejável do curso de graduação em Engenharia das Instituições de Educação Superior (IES).

Para a prática profissional do engenheiro, compreendem-se, por sua vez, características como

ter visão holística e humanista, ser crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético e com forte formação técnica; estar apto a pesquisar, desenvolver, adaptar e utilizar novas tecnologias, com atuação inovadora e empreendedora; e ser capaz de reconhecer as necessidades dos usuários, formular, analisar e resolver, de forma criativa, os problemas de Engenharia. (DCN 2019, p.1).

A relação do engenheiro com o mundo social também está ligada com noções de criatividade e inovação. A esse respeito o documento pontua que

é necessário considerar os aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho para formular, de maneira ampla e sistêmica, questões de engenharia, considerando o usuário e seu contexto, concebendo soluções criativas, bem como o uso de técnicas adequadas (DCN 2019, p. 2).

As DCNs contemplam, pois, elementos essenciais de todas as áreas do conhecimento, dessa forma, foram estabelecidas: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores.

iii) A propósito dos PPCs dos cursos de engenharia

O PPC é o documento orientado pela DCN que define as diretrizes, objetivos, ações, metas e métodos que a instituição de ensino irá seguir para atingir seus objetivos, ou seja, é responsável por todas as etapas da formação profissional dos acadêmicos.

Não é necessário grande esforço para perceber do que se trata e de como é importante quando analisado etimologicamente, já que a designação “projeto” refere-se a um documento escrito que registra, de maneira formal, objetivos e estratégias para a realização de determinadas ações e o termo “pedagógico” indica que todos os objetivos, métodos, técnicas e estratégias devem ser voltados ao processo de ensino-aprendizagem.

Depois de compreender, em linhas gerais, pontos dos conceitos de DCNs e PPCs, cumpre mostrar um panorama de informações relativas a IFs com cursos de engenharia.

Existem 254 cursos de engenharia nos Institutos Federais do país, distribuídos em 24 estados brasileiros, conforme mostra a figura seguinte:

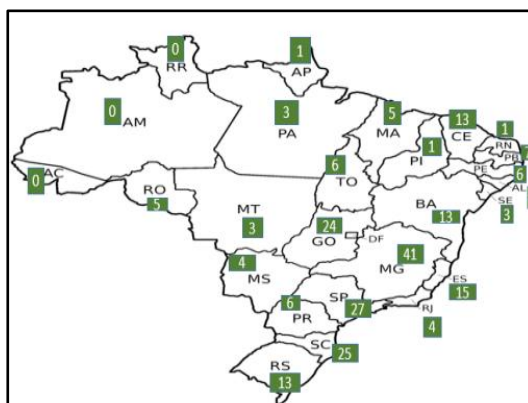


Figura 1 - Mapa da distribuição dos cursos de engenharia nos IFs do Brasil.

Dentre esses, encontram-se de graduação em Engenharia Agrícola, Agrícola e Ambiental, Agrimensura e Cartográfica, Agrônoma, Alimentos, Ambiental, Ambiental e Sanitária, Aquicultura, Biossistemas, Civil, Civil da Mobilidade, Computação, Controle e Automação, Elétrica, Elétrica Industrial, Eletrônica, Energia, Energias Renováveis, Florestal, Ferroviária e Metroviária, Industrial Mecânica, Materiais, Mecânica, Mecânica Industrial, Mecatrônica, Metalúrgica, Minas, Pesca, Produção, Produção Civil, Química, Sanitária e Ambiental, Telecomunicações e Transportes. Há, com efeito, um leque de graduações em engenharia no país, perante o qual o estudo deteve no exame de cursos de engenharia elétrica do estado de Minas Gerais.

Nos PPCs dos cursos em estudo não foram encontrados aspectos precisos sobre os termos criatividade e inovação. Os termos vão deslizando, produzindo sentidos que apontam para a incerteza do que seja a questão. Veja-se que campos diferentes do saber (ética, administração, sociologia, exatas, educação) são mobilizados pelos documentos institucionais, sem distinção.

Dentre os PPCs estudados, o que mais trata sobre criatividade e inovação é o do campus de Itabirito. A instituição não impõe condições ao desenvolvimento criativo, mas apresenta a criatividade como característica essencial para o perfil profissional do egresso:

O Curso de Graduação em Engenharia Elétrica oferecido pelo IFMG – Campus Avançado Itabirito busca como perfil do formando egresso/profissional o engenheiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade (PPC DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA DE ITABIRITO, 2018, p. 26).

Ademais, ainda relacionam a criatividade com o desenvolvimento de pesquisas, com a tecnologia, o empreendedorismo, a liderança, com as metodologias de ensino utilizadas em sala de aula e ainda como uma característica específica dos discentes superdotados.

O campus Paracatu concorda com o conceito de criatividade relacionado à reflexão crítica e analítica, à ética e às demandas da sociedade, mas considera que o ponto chave da criatividade está na concepção metodológica, e não na prática de uma outra ideologia, a do criar, inovar, conforme trecho a seguir:

O fazer pedagógico consiste no processo de construção e reconstrução da aprendizagem, na dialética da interação e da tarefa partilhada. Todos são sujeitos do conhecer e do aprender, visando à construção do conhecimento, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa, interdisciplinar e contextualizada (PPC DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA DE PARACATU, 2015, p. 69).

Para o referido campus, o estágio é a fonte do desenvolvimento da criatividade e da inovação, pois em seu PPC o objetivo dessa atividade é despertar o espírito criativo e incentivar a iniciação à pesquisa.

A ideia de criatividade apresentada pelos PPCs dos campi é contraditória, seus significados são objetivos e subjetivos. O PPC do Campus Patrocínio, por exemplo, define criatividade em três áreas diferentes: como (1) senso crítico e analítico, que está relacionado à área da Psicologia; como (2) resolução de problemas, que diz respeito a área de Exatas; e como (3) desenvolvimento de produtos e processos, que é da área de Administração. Isso pode ser confirmado pelas citações seguintes:

Proporcionar uma formação sólida, buscando o senso crítico, criativo e analítico, alicerçada nos fundamentos éticos e técnico-científicos da Engenharia Elétrica, por meio de conteúdos técnicos, teóricos e práticos necessários ao desenvolvimento das competências requeridas para atuação, dentro dos campos definidos pelo CONFEA/CREA, possibilitando a inclusão social, a responsabilidade ambiental, a valorização da pessoa humana, a cidadania e a justiça social (PPC DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA DE PATROCÍNIO, 2018, p. 26).

Considerar-se-á a construção de conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais, capacitando o discente a absorver e desenvolver novas tecnologias e a estimular a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas (PPC DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA DE PATROCÍNIO, 2018, p. 105).

Possibilitar a ampliação das competências e habilidades do engenheiro eletricitista por meio da pesquisa e da extensão, gerando conhecimento científico e inovação no desenvolvimento de novos produtos e processos (PPC DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA DE PATROCÍNIO, 2018, p. 18).

Apesar disso, o IF de Patrocínio tem um traço diferenciador diante dos PPCs de outros institutos, pois em seu documento considera a criatividade e a inovação como ações que não separam o binômio teoria e prática.

A questão em tela aparece em textos de caráter científico e ainda assim a compreensão disso é vaga. No PPC do Instituto de Montes Claros lê-se o seguinte:

Os projetos pedagógicos dos cursos do IFMG buscam apresentar as estratégias e atividades voltadas para fomentar a criatividade empreendedora e o desenvolvimento de inovação tecnológica, salientando e fomentando as importantes questões da iniciativa, auto atualização, motivação, desenvolvimento do espírito de liderança e do empreendedorismo como quesitos essenciais para a formação do egresso (PPC DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA DE MONTES CLAROS, 2018, p. 15).

O campus de Formiga tratou a criatividade de maneira breve e superficial. Lê-se que sua missão é:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais tem como missão: educar e qualificar pessoas para serem cidadãos e cidadãs, críticos, criativos, responsáveis e capazes de atuar na transformação da sociedade. (PPC DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA DE FORMIGA, 2018, p. 10).

As ementas não pressupõem o conceito de criatividade e, quando o fazem, subsomem-no de forma vaga. Nada ali identifica criatividade e inovação, dificultando a caracterização do termo em contexto específico da engenharia.

Conclusão

Após o estudo das DCNs e PPCs, percebe-se que a criatividade é um termo polissêmico, seu conceito é amplo, é feito de perspectivas que ora se aproxima teórico-metodologicamente, ora se distanciam. Para maior parte dos institutos federais (IEs) a criatividade está relacionada com reflexão crítica, analítica e com a ética. Ao mesmo tempo lê-se criatividade como resolução de problemas técnicos e teóricos, algo ligado à tecnologia e ao empreendedorismo e, por fim, a criatividade é evidenciada como característica de personalidades de liderança, iniciativa e da superdotação. Essa quantidade de sentidos acaba criando uma distância não preenchida ainda entre o foco pressuposto pelo termo, sua função/objetivo, e as necessidades efetivas a ele atreladas; necessidades suscitadas, no caso, para o desenvolvimento de um profissional com dada característica (criativo-inovador).

Os PPCs ainda não estão adequados para cumprir as exigências das DCNs e do mercado de trabalho, pois, ainda que “formulem” algo sobre o assunto, tal ato é visto de maneira superficial, unilateral. Não existe ali algo que ensine e/ou estimule o estudante a ser criativo. Essa pode ser uma justificativa plausível para o grande número de recém-formados afastados, por decisão pessoal, da profissão.

O cenário atual busca engenheiros capazes de resolver problemas de maneira criativa e essa não é a metodologia imposta pelas instituições que possuem cursos de graduação, pois em geral, propõem aos discentes ‘problemas prontos’, nos quais há um caminho pré-estabelecido pelos professores para chegar à solução.

Os recém-formados terão condições de oferecer às empresas atividade profissional coerente com sua demanda quando a criatividade passar a ser base de todo o processo de ensino-aprendizagem. A leitura dos PPCs das instituições evidenciou que o tema precisa ser incentivado desde o momento da alfabetização até a especialização, tendo o professor como fonte de informação e de mediação desse processo. Estudos sobre o tema já estão em desenvolvimento.

Um exemplo é a opção da sala de aula invertida, defendida por Bergmanne Sams (2016), que consiste na prática de levar o conhecimento para fora da sala de aula, deixando o ambiente sala de aula (a tradição) apenas para a resolução de problemas, atividades práticas, etc. Seus resultados já se revelaram positivos, elevando a frequência e o rendimento de estudantes.

Enfim, neste trabalho foram estudados documentos de cursos de engenharia dos Institutos Federais como DCNs e PPCs. Porém, não foram estudadas as percepções de docentes e estudantes desses cursos. Sugere-se que em estudos futuros seja pesquisada a percepção dos estudantes ou a percepção de docentes quanto aos conceitos de criatividade e inovação em cursos de engenharia dos Institutos Federais.

Referências:

- ALENCAR, E. M. L. S. **A gerência da criatividade: abrindo as janelas para a criatividade pessoal e nas organizações**. Makron Books, 1996.
- ALENCAR, E. M. L. S. **Criatividade e educação de superdotados**. Vozes, 2001.
- ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. **Criatividade. Múltiplas perspectivas**. Brasília: Editora UnB, 2003.
- ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. **Práticas pedagógicas que promovem a criatividade segundo professores do ensino fundamental**. Relatório de pesquisa. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasília, 2006.
- ALENCAR, E. M. L. S.; VIRGOLIM, A. M. R. **Criatividade: expressão e desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- BEGHETTO, R. A.; KAUFMAN, J. C. **Nurturing creativity in the classroom**. Cambridge University Press, 2010.
- BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro, 2016.
- BODEN, M.; THEOBALD, P. **Dimensões da criatividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- BONO, E.; CASTILLO, O. **El pensamiento creativo**. São Paulo: Editorial Paidós, 1994.
- BRASIL. **Conselho Nacional da Educação. Resolução n. 2**. Brasília, DF: DOU, 24 abr 2019. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/238705657/dou-secao-1-26-04-2019-pg-43>> Acesso em: 17 ago. 2020.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Engenharia**. Brasília: Ministério da Educação; Conselho Nacional da Educação, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1362.pdf>> Acesso em: 17 ago. 2020.
- DE CARVALHO ARANHA, Maria Amália Rangel. Creativity in students and its relation to intelligence and peer perception. **Revista interamericana de psicología= Interamerican journal of psychology**, v. 31, n. 2, p. 309-313, 1997.
- CHIODI, M. G.; NAKANO, T. C.; WECHSLER, S. M. Inteligência e criatividade: um estudo correlacional. In: **Anais do I Congresso Internacional de Criatividade. Inovação. Trabalho apresentado no I Congresso Internacional de Criatividade. Inovação, Manaus, Amazonas**. 2011.
- CRAFT, A. **Creativity in schools: Tensions and dilemmas**. Psychology Press, 2005.
- FELDMAN, D. H. The development of creativity. **Handbook of creativity**, v. 169, 1999.
- FLEITH, D. S. **Criatividade: novos conceitos e idéias, aplicabilidade à educação**. Revista Educação Especial, p. 55-61, 2001.
- MIGUÉLEZ, M. M. **Ciencia y arte en la metodología cualitativa**. México: Trilhas, 2006.
- MILITTSKY, J. O perfil desejável do engenheiro para o século XXI. **Egatea digital: revista da Escola de Engenharia**. Porto Alegre. Vol. 85, n. 1, 1999.
- MARTÍNEZ, M. A. **Criatividade, personalidade e educação**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1997.
- MORAES, M. C. **Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI**. São Paulo: Vozes, 2008.

- OECH, V. R. **Um “TOC” na cuca: técnicas para quem quer ter mais criatividade na vida.** São Paulo: Cultura, 1995.
- PAROLIN, S. R. H. A criatividade nas organizações: um estudo comparativo das abordagens sociointeracionistas de apoio à gestão empresarial. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 10, n. 1, p. 9-20, 2003.
- PRESTON, Jane P. et al. Benefits and challenges of technology in high schools: A voice from educational leaders with a Freire echo. **Interchange**, v. 46, n. 2, p. 169-185, 2015.
- QUINTIÁN, C. A. G. La magia de los ambientes. In: **Comprender y evaluar la creatividad.** Aljibe, 2005.
- RENZULLI, J. S. A General Theory for the Development of Creative Productivity Through the Pursuit of Ideal Acts of Learning¹. **Giftedchildquarterly**, v. 36, 1992.
- ROAZZI, A.; SOZA, B. C. **Criatividade e desenvolvimento.** Publicação interna do Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 1997.
- SILVEIRA, M. A. **A formação do engenheiro inovador: uma visão internacional.** RJ: Sistema Maxell, 2005.
- STONER, J. A. F. **Teoria Geral da Administração.** São Paulo: Makron Books, 1999.
- ULBRICHT, V. R. et al. **Contribuições da criatividade em diferentes áreas do conhecimento.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2013.
- WECHSLER, S. M. **Criatividade: descobrindo e encorajando: contribuições teóricas e práticas para as mais diversas áreas.** Campinas: Editora Psy, 1993.
- Enviado em 30/12/2021
Avaliado em 15/02/2022

REMOVENDO BARREIRAS ATITUDINAIS NA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Helen de Oliveira Soares Jardim²⁶

Dulce Mari da Silva Voss²⁷

Claudete da Silva Lima Martins²⁸

Francéli Brizolla²⁹

Resumo

A experiência vivida nas oficinas Contos Africanos numa escola pública da periferia da cidade de Bagé (RS), durante as atividades da Semana da Consciência Negra, constitui o *corpus* de análise acerca da remoção de barreiras atitudinais para promoção da educação inclusiva. Compreende-se que, ações pedagógicas voltadas à convivência com as diferenças étnico-raciais, contribuem para a remoção de barreiras atitudinais quanto ao racismo e ao sexismo. É função da escola, especialmente aquelas que acolhem crianças e jovens negros/as, promover ações pedagógicas inclusivas nas quais as culturas africanas e afro-brasileiras sejam conhecidas, reconhecidas e valorizadas socialmente.

Palavras-chave: Inclusão; barreiras atitudinais; culturas africanas.

Abstract

The experience lived in the Contos Africanos workshops in a public school on the outskirts of the city of Bagé (RS), during the activities of Black Consciousness Week, constitutes the corpus of analysis on the removal of attitudinal barriers to promote inclusive education. Pedagogical actions aimed at living with ethnic-racial differences are understood, contributing to the removal of attitudinal barriers to racism and sexism. It is the role of the school, especially those that welcome black children and young people, to promote inclusive pedagogical actions in which African and Afro-Brazilian cultures are known, recognized and socially valued.

Keywords: Inclusion; attitudinal barriers; African cultures.

²⁶ Assistente Social. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ensino (Universidade Federal do Pampa), bolsista da Capes (2021- atual) Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Philos Sophias. Linha de Pesquisa Educação e Filosofias Contemporâneas. Pesquisadora Associada na ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros).

²⁷ Doutora em Educação (2012) pela Universidade Federal de Pelotas. Professora Associada da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/Campus Bagé - RS). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGMAE). Pesquisadora Associada à ABPN. Membro do Comitê Científico da Revista Diversidade e Educação (FURG). Líder do Grupo de Pesquisa Philos Sophias.

²⁸ Prof^a Adj^a da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, atuando no Campus Bagé como docente de componentes curriculares da área da Educação. Coordenadora do Programa Tertúlias Pedagógicas Inclusivas no Pampa e Coordenadora Institucional do Programa de Residência Pedagógica na UNIPAMPA. Doutora em Educação, na linha de Formação Docente, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas,

²⁹ Doutorado em Educação. Líder do Grupo INCLUSIVE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão e Diversidade na Educação Básica e no Ensino Superior, que atua com estudos e pesquisas na área da diversidade e inclusão e acessibilidade pedagógica na perspectiva da Educação para Todos. Docente no Mestrado Acadêmico em Ensino (MAE/campus Bagé, RS),

Introdução

A inclusão tornou-se uma política pública no Brasil, a partir da década de 1990, fomentada por demandas sociais de grupos e pessoas com deficiência que forçaram a implantação de números dispositivos legais voltados à oferta da educação especial e a organização de escolas inclusivas.

O primeiro movimento de defesa da inclusão aconteceu com a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), que estabeleceu a inclusão como prioridade política e financeira para o aprimoramento de sistemas educacionais. Todas as crianças devem ser incluídas, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. Essa declaração deu início a discussões sobre a inclusão nas escolas comuns como forma de combater ações discriminatórias.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), definiu a Educação Especial como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Em desdobramento a LDBEN, o Conselho Nacional de Educação lançou a Resolução nº 02/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Já em 2008, surgiu a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), onde está indicado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a acessibilidade, como mecanismos de eliminação de barreiras arquitetônicas e das comunicações, de modo a garantir o acesso à educação inclusiva.

Trata-se aqui de fomentar a reflexão e o debate em torno de ações inclusivas no que tange a remoção de barreiras atitudinais que podem surgir nas escolas e que demandam a realização de atividades capazes de promover a convivência.

Conforme Sassaki (2007) as barreiras atitudinais dizem respeito a convivência, ou seja, a eliminação de estigmas, estereótipos e preconceitos relativos às diferenças de classe, raça e gênero, dentre outras. Para que a convivência entre estudantes promova a construção da autoestima junto a sua comunidade é preciso remover barreiras atitudinais preconceituosas e discriminatórias.

Este relato da experiência vivida nas oficinas de contos africanos com docentes e discentes de uma escola estadual de ensino fundamental da periferia da cidade de Bagé (RS), durante as atividades da Semana da Consciência Negra, objetiva abordar e analisar a potencialidade das ações pedagógicas de promoção da educação inclusiva, no que tange a remoção de barreiras atitudinais racistas e sexistas no espaço escolar.

É importante destacar que a escola onde foram realizadas as oficinas alusivas a Semana da Consciência negra, tem uma história. Antigamente era um orfanato que acolhia crianças desamparadas. Hoje pertence ao estado e funciona em tempo integral, pois continua atendendo crianças que enfrentam várias situações de extrema vulnerabilidade social. Muitas delas foram transferidas de outras escolas por razões de falta de disciplina, já que não se submetiam às normas das escolas que antes frequentavam.

Crianças e adolescentes que enfrentam condições cruéis de exclusão. A pobreza, o abandono e a instabilidade nas relações intrafamiliares, em virtude dos pais ou responsáveis estarem em situação de privação de liberdade, a prostituição, o desemprego, o comércio de drogas, entre outras mazelas decorrentes das desigualdades sociais, acabam por gerar a falta de acesso aos direitos fundamentais de cidadania, tanto para as famílias, quanto para as crianças que pertencem às comunidades periféricas.

Entende-se que a escola tem uma função primordial no combate ao racismo e sexismo que geram a exclusão de pessoas negras na sociedade brasileira, desde os tempos da colonização europeia. Mesmo com a resistência negra do passado e do presente, a sociedade brasileira mantém profundas desigualdades em relação à população negra.

É papel da escola promover uma educação inclusiva antirracista e antissexista, removendo barreiras atitudinais que causam a discriminação e o preconceito com as crianças e jovens negros/as, especialmente aqueles/as que provêm de comunidades periféricas, alijadas dos direitos à cidadania.

A Semana da Consciência Negra constitui-se numa rica oportunidade para vivenciar as culturas africanas e afro-brasileiras nos espaços escolares através de ações pedagógicas que promovam aprendizagens significativas e alegres sobre as culturas africanas e afro-brasileiras, no que tange as histórias, as crenças, as literaturas, as danças e demais saberes produzidos por intelectuais, ativistas, artistas, historiadores/as negros/as.

Foram essas razões que moveram a ação pedagógica desenvolvida pelas oficinas Contos Africanos, descritas a seguir.

As oficinas Contos Africanos

Era uma quinta-feira, mas não como outra qualquer. O dia estava lindo e ensolarado. Anunciava um belo encontro, fruto de um convite muito especial: uma atividade alusiva a Semana da Consciência Negra, feito por uma grande amiga que trabalha na Orientação Educacional numa escola pública da periferia da cidade de Bagé (RS).

Os preparativos tinham começado já no início da semana numa conversa virtual entre a anfitriã, a convidada, mestranda em Ensino da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA, Campus Bagé) e sua orientadora que juntas construíram a proposta. O desdobramento desta conversa aconteceu com a supervisora pedagógica e as/os professoras/es da escola que acolheram a proposta, traçando, desde o início dos trabalhos, laços de afeto e parceria para que tudo desse certo.

Tudo foi preparado com muito carinho, desde a escolha do figurino que a convidada usou na ocasião, uma bata colorida desenhada de figuras africanas para realçar a alegria que se manifesta nas culturas africanas e afro-brasileiras que celebram a ancestralidade das comunidades negras em transbordamentos dos corpos, saberes, cultos, danças, contos e cantos.

No percurso até a escola, o entusiasmo da convidada aumentava ainda mais embalado pelos cânticos africanos que ouvia, nutrindo expectativas com aquele encontro. Já na chegada, a acolhida calorosa das crianças que a aguardavam na frente da escola, somada aos sorrisos e abraços selaram a promessa de vivenciar ali uma tarde inesquecível.

Na escola, os espaços e os materiais já estavam organizados pelas/os professoras/es que ficaram também entusiasmadas/os com as atividades propostas. A Orientadora e a Supervisora juntaram-se ao grupo, seguido das/os professoras/es para que o trabalho começasse.

Conforme havia sido combinado, foram organizados sete grupos em salas separadas, do primeiro ao nono ano do ensino fundamental. Ao todo, eram cerca de cento e cinquenta estudantes, na faixa etária dos seis aos quinze anos, brancos e negros, meninas e meninos, dez educadoras, entre elas oito professoras, a supervisora e a orientadora educacional, mais quatro professores que atuam na escola. Neste grupo, havia apenas três mulheres negras, incluindo a convidada.

As atividades da Semana da Consciência Negra transcorriam desde terça-feira na escola, o que já facilitava o trabalho. A proposta lançada às crianças e as/os professoras/es foi disparada pela leitura coletiva em salas que reuniram as turmas de estudantes por nível de aprendizagem, com a participação das/os professoras/es, em algumas delas em duplas. Os contos remetiam às culturas africanas e negras, escritos por autores/as brasileiros/as e afro-brasileiros/as.

O primeiro grupo trabalhou com a história “Menina bonita do laço de fita” de Ana Maria Machado, que traz como personagens principais uma menina negra e um coelho branco que deseja ter a cor dela por achá-la bela. As tentativas do coelho de ficar preto levam a pensar que a pele negra não pode ser simplesmente escolhida. Depois de perguntar várias vezes à menina o que ela fazia para ser tão pretinha e tentar fazer o que ela respondia, mas que não dava certo, o coelho ouviu da mãe da menina que a cor da pele vinha das pessoas de sua família. Então o coelho encontrou uma coelha preta, casou-se com ela e teve seus filhotes, alguns brancos, outros cinzas e uma bem pretinha que se tornou afilhada da menina. As crianças demonstraram gostar da história e entender que a pele negra tem uma grande beleza. No painel que fizeram para expressar suas percepções da história tiveram o cuidado de fazer um cabelo todo enfeitado de laços para a personagem da menina:

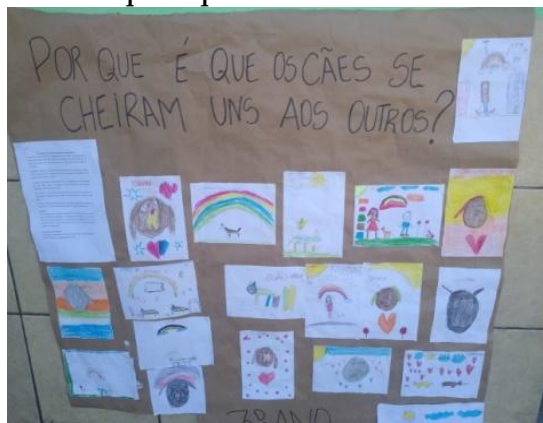
Figuras 01 e 02: Menina bonita do laço de fita



Fonte: autora, 2021

O segundo grupo trabalhou com o conto africano de Guiné Bissau, recolhido por Rogério Andrade Barbosa, “Por que é que os cães se cheiram uns aos outros”. Esta lenda africana remete ao cuidado da vida como um valor maior do que a guerra entre grupos rivais. As crianças, ao produzirem seus desenhos e montarem um painel sobre a história, deram mais destaque às figuras dos cães, às relações amorosas entre os personagens e usaram elementos coloridos para manifestar o que mais gostaram:

Figuras 03: Por que é que os cães cheiram uns aos outros



Fonte: autora, 2021

O terceiro grupo trabalhou com a história “O jabuti e o leopardo”, outro conto africano, escrito por Ernesto Rodríguez Abad. O jabuti depois de cair numa armadilha feita pelos aldeões africanos consegue escapar ao fazer o leopardo, que também havia caído no buraco, arremessá-lo para fora. Os desenhos coloridos feitos pelas crianças mostraram os personagens da história e outros elementos da natureza, cuidadosamente representados:

Figuras 04: O jabuti e o leopardo



Fonte: autora, 2021

O conto lido pelo quarto grupo foi “A onça e a raposa”, escrito por Figueiredo Pimentel. Nele também se desenrola uma história africana que conta as tentativas frustradas da onça de comer a raposa, mais esperta que a felina. Os desenhos das crianças desse grupo evidenciam o colorido dos personagens e das cenas da história. Também compartilharam suas próprias histórias sobre os animais que conheciam:

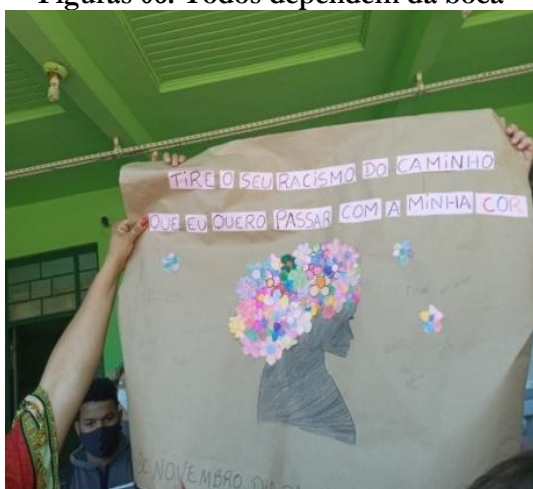
Figuras 05: A onça e a raposa



Fonte: autora, 2021

O conto africano “Todos dependem da boca” é uma lenda de Moçambique que remete a valorização da oralidade nas culturas africanas. Foi trabalhado pelo quinto grupo, formado por estudantes adolescentes. No seu trabalho criaram uma figura de uma mulher negra com um cabelo florido formado de várias cores para expressar a beleza das diferenças étnico-raciais. Na parte superior do trabalho escreveram: “Tire o seu racismo do caminho que eu quero passar com a minha cor”:

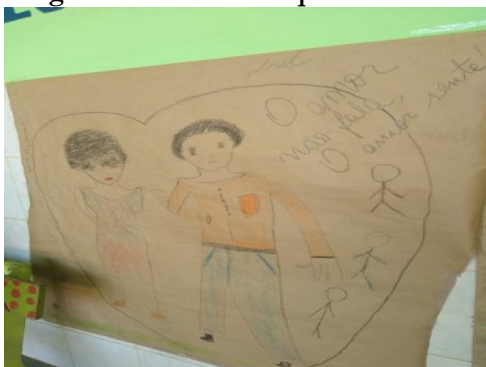
Figuras 06: Todos dependem da boca



Fonte: autora, 2021

O sétimo grupo, também formado por adolescentes, fez a leitura do texto “A mulher que não falava, um conto africano” de Cécile Roumiguière e Benjamin Lacombe que ressalta a tradição africana dos casamentos nas aldeias. Em seu trabalho expressaram o sentido atribuído ao amor: “O amor não fala, o amor sente”, frase dita pelos/as estudantes de mãos dadas ao apresentarem sua produção:

Figuras 07: A mulher que não falava



Fonte: autora, 2021

Durante as atividades produzidas com as professoras/es e os/as estudantes foi possível perceber que a Semana da Consciência Negra tinha um significado especial para eles/as, pois se envolveram nas ações propostas e demonstraram uma forte identificação com as culturas africanas e afro-brasileiras. O ambiente da escola tornou-se movimentado e alegre. A convivência foi tranquila e prazerosa. Ficou claro que naquela tarde não houve barreiras que não pudessem ser rompidas com a partilha e o convívio com as diferenças, uma bela demonstração de reconhecimento e valorização das heranças africanas e afro-brasileiras.

Considerações Finais

As escolas que atendem as comunidades periféricas, mas que não estão atentas à essa realidade e que tendem a reforçar o modelo disciplinar, podem reproduzir a exclusão social gerada pelo sistema econômico, político e cultural capitalista.

Louro (1997) refere-se aos dispositivos e práticas disciplinares que constituem identidades escolarizadas e devem ser postos em questão:

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *laci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas "críticas"). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui (LOURO, 1997, p. 64).

Com base nesta perspectiva, cabe ressaltar a relevância das políticas e dos mecanismos da educação inclusiva instituídos nas escolas para dar conta do atendimento apropriado às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Inserir-los/as no processo pedagógico de modo que sejam partícipes das ações cotidianas, ouvi-los/as e valorizar suas percepções, experiências e formas de expressão, é a melhor maneira de tornar a escola um ambiente de fato inclusivo e acolhedor.

Combater a exclusão que gera barreiras atitudinais quanto a pluralidade das diferenças sociais, étnico-raciais e de gênero requer compreendê-las como potencialidades e não obstáculos. Uma educação verdadeiramente inclusiva, antirracista e antissexista, permite o descentramento epistêmico em relação ao pensamento eurocêntrico que prevalece nos materiais didáticos, nas práticas pedagógicas de muitos docentes e nos currículos das escolas.

É a afirmação da pluralidade mediante reconhecimento das diferenças de gênero interseccionadas a outros marcadores identitários como raça, renda, territorialidade, que possibilita desmistificar e combater preconceitos e violências.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 29 nov. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretária de educação especial (SEESP). *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, DF: MEC, 2008.

_____. Ministério da Educação. *Decreto nº 7.611/11*. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: 2011.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação inclusiva: barreiras e soluções. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/educacao-inclusiva-barreiras-e-solucoes/>. Acesso em 29 nov. 2021.

_____. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 29 nov. 2021.

Enviado em 30/12/2021

Avaliado em 15/02/2022

PERCEPÇÕES DO ENSINO ATIVO COM ENFOQUE SUSTENTÁVEL NA DISCIPLINA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Luciana da Silva Moraes Sardeiro³⁰

Valdiney Moreira da Silva³¹

Resumo

O objetivo deste trabalho foi identificar a percepção da aprendizagem dos estudantes do Curso de Ciências ao serem inseridos métodos ativos de aprendizagem com abordagem sustentável. O método de pesquisa ancorou-se na perspectiva fenomenológica com abordagem qualitativa articulados com o emprego dos Métodos Ativos de ensino e com o emprego da técnica de Ponto Focal para coleta de dados. Os resultados indicam que na perspectiva dos estudantes, o uso dos métodos ativos foi relevante para a compreensão das interconexões que formam a realidade socioeconômica das companhias analisadas. Na perspectiva dos estudantes a estratégia metodológica e o contato com a realidade contextualizada foram os fatores que mais contribuíram para o aprendizado. A principal contribuição do estudo é apresentação de um design metodológico que pode possibilitar *insights* para o desenvolvimento de novas propostas de intervenção pedagógica na área contábil.

Palavras-chave: Educação Contábil. Método Ativo. Análise das Demonstrações Contábeis. Sustentabilidade.

Abstract

The aim of this work was to identify the perception of learning by students of the Science Course when active learning methods with a sustainable approach were inserted. The research method was anchored in the phenomenological perspective with a qualitative approach articulated with the use of Active Teaching Methods and with the use of the Focal Point technique for data collection. The results indicate that, from the students' perspective, the use of active methods was relevant for understanding the interconnections that form the socioeconomic reality of the companies analyzed. From the students' perspective, methodological strategy and contact with contextualized reality were the factors that most contributed to learning. The main contribution of the study is the presentation of a methodological design that can provide insights for the development of new proposals for pedagogical intervention in the accounting area.

Keywords: Accounting Education. Active Method. Analysis of Financial Statements. Sustainability.

Introdução

No atual contexto acadêmico em que o estudo das ciências contábeis passa por constantes reformulações e o mercado de trabalhogradativamente tem demandadoentre os egressos, dentre outros aspectos inerentes a área contábil, requisitos técnicos, comunicacionais, éticos e científicos. As Instituições de Ensino Superior (IES) têm articulado cada vez mais o uso das metodologias ativas (MA), afim de formar profissionaiscapazes de atuar no mercado contemporâneo, sujeito as constantes mudanças (GUERRA; TEIXEIRA, 2016).

³⁰ Doutoranda em Contabilidade e Controladoria PPGCont UnB (Universidade de Brasília). Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Univ. Católica de Brasília. Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

³¹ Graduando no Curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Integrante do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC UFRA/2019 – 2020)

Tal estratégia pode ser eficaz por se concentrar nas experiências dos estudantes, capacitando-os e criando um ambiente competitivo de aprendizagem (GAINOR; BLINE; ZHENG, 2014).

Além disso, em um estudo comparativo entre uma abordagem ativa versus uma passiva, constatou-se que alunos submetidos a métodos ativos (MA), obtiveram rendimento cognitivo melhor do que os submetidos a tradicional (MICHEL; CATER; VARELA, 2009). Similarmente, Neto, Silva e Leal (2018), por intermédio da MA, verificaram que essa estratégia além de possibilitar as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de habilidades técnicas e reflexivas, pode ser fator significativo no quesito motivação. Moran (2015, p. 18) acrescenta que “são pontos de partida para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização e de reelaboração de novas práticas”.

Jacomissi e Biavatti (2017) ao abordarem as normas internacionais de educação contábil, instituídas pelo *International Accounting Education Standard Board* (IAESB), explanam que são requeridas habilidades profissionais aos estudantes de Ciências Contábeis, que passam pelo desenvolvimento pessoal e interpessoal, pelo desenvolvimento da habilidade comunicacional, além da capacidade de organização e integração da formação técnica, humana e científica. Por fim, requer ainda atitudes éticas e compreensão do contexto socioeconômico em que as organizações estão inseridas (IAESB, 2014). As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para o Curso de Ciências Contábeis estatuem a necessidade do desenvolvimento de competências científicas, humanas e técnicas enfatizam a formação ética como baliza na formação profissional do contador. (BRASIL, 2010). Assim, a adoção de aulas predominantemente expositivas dificulta o desenvolvimento das habilidades para além dos requisitos técnicos científicos (SILVA, SARDEIRO, SOUZA, 2019).

A disciplina Análise das Demonstrações Contábeis (ADC), matéria escolhida para o estudo, foi ofertada no primeiro semestre do ano 2018 e seu planejamento foi embasado nos métodos ativos de ensino em uma perspectiva sustentável. Abordou-se temas como os indicadores contábeis e de mercado, incluindo também, a performance da sustentabilidade das entidades listadas na bolsa de valores brasileira de acordo com os padrões *Global Reporting Initiative* (GRI). O material utilizado foi obtido a partir de consultas a fontes reais, tais como Demonstrações Contábeis, Relatórios de Sustentabilidade, comparação e análise de Indicadores de Liquidez, Endividamento, Rentabilidade e de Sustentabilidade, nos padrões do GRI, 4ª geração, nos últimos três anos, publicados pelas companhias listadas na B3 – Bolsa de Valores Brasileira. Essa estratégia metodológica é caracterizada por Moran (2015) como “mudanças progressivas”, que preserva o modelo curricular, mas prioriza uma maior liberdade para o estudante, criando um ambiente interdisciplinar e desafiador. O objetivo da disciplina ADC, portanto, concentrou-se em prover ferramentas e conhecimentos que possibilitem extrair informações das demonstrações financeiras e de relatórios acessórios, de modo a oportunizar a compreensão sobre a situação econômica e financeira das organizações (MARION, 2002).

No cenário nacional, Moreira, Sardeiro e Souza (2018) identificaram apenas oito publicações que tratavam sobre a temática das MA, dentre 264 periódicos, no período de 2010 a 2018. Diante dos potenciais benefícios advindos da inserção de aprendizagem ativa na educação contábil, o presente trabalho tem como problemática a seguinte questão: *Qual a percepção dos estudantes de uma turma do Curso de Ciências Contábeis acerca do seu aprendizado ao serem inseridos MA de ensino em uma perspectiva sustentável?*

Desse modo, a pesquisa se justifica pela importância de se abordar a MA aplicada a educação contábil, visto que existe uma significativa carência de publicação nessa temática. Esse fato pode ser observado no estudo de Brito e Sardeiro (2018), que constataram que apesar do tema ser contemporâneo, é pouco expressivo em periódicos internacionais na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Materiais e métodos

Objetivando identificar a percepção que os estudantes do Curso de Ciências Contábeis possuem em relação a metodologia ativa, adotada em uma disciplina de ADC, estapesquisa teve como método de abordagem o fenomenológico, uma vez que aborda a percepção do estudante em relação à disciplina estudada. Esse método privilegia o registro das percepções de forma a retratar a realidade diagnosticada (MOREIRA, 2004). Quanto a forma de abordagem do problema, o estudo se classifica como qualitativo, pois considera que exista um tipo de vínculo inseparável entre a subjetividade do sujeito e o mundo objetivo, e esta relação não pode ser representada por números (PRODANOV; FREITAS, 2013). Quanto à natureza da pesquisa, é do tipo aplicada, visto que tem como característica fundamental o interesse na “aplicação, utilização e consequências práticas do conhecimento” (GIL, 2008, p. 27). E quanto aos objetivos da pesquisa, classifica-se como descritiva. Posto que, “observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). No que diz respeito aos instrumentos técnicos utilizados no estudo, esses foram realizados conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1: Instrumentos técnicos para a coleta de dados

	Detalhamento Descritivo
Pesquisa Bibliográfica	Consultas a estudos bibliométricos, na Base Scopus(Elsevier), a teses, dissertações, livros, artigos em português e inglês, nos últimos anos, referentes ao estudo em questão.
Amostragem	A escolha da disciplina <i>Análise das Demonstrações Contábeis</i> , ministrada para a turma 2018.1, no Curso de Ciências Contábeis, foi intencional, uma vez que o docente se disponibilizou para a realização do estudo. A coleta de dados foi realizada um ano após a ministração da matéria. Tal distanciamento temporal confere maior fidedignidade e ética a investigação, visto que o docente, não possui previsão de disciplinas a serem ministradas novamente para a turma. Evitando-se assim, constrangimentos na relação “professor-aluno”.
O Design Metodológico da disciplina Análise das Demonstrações Contábeis.	Na perspectiva da abordagem educacional a proposta de intervenção pedagógica se ancora na pedagogia dialógica e problematizadora de Paulo Freire. A educação não verticalizada mas propostas a partir de situações e problemas da realidade que potencialmente podem contribuir com a criticidade, formação técnica e humana dos educandos. (FREIRE, 1985). Posto isso a estratégia pode ser sumarizada nos seguintes pontos: <ul style="list-style-type: none"> a) Apresentação do Plano de Curso da disciplina para o semestre e discussão com os alunos, com previsão de realização do trabalho ao longo do semestre; b) Entrega do Termo de Referência do Trabalho, após a discussão do plano de curso na primeira semana de aula, contendo os critérios de realização, etapas, cronogramas, pontuações por envios das etapas do trabalho: <ul style="list-style-type: none"> i. Etapa I – Compreensão do Negócio, com realização de aulas expositivas auxiliada pela pesquisa dos alunos junto aos sites das companhias e Relatórios de Administração e Relatórios de Auditoria dos últimos três anos. Entrega do primeiro relatório; ii. Etapa II – Compreensão e Produção dos Indicadores - financeiros, econômicos e socioambientais (GRI) mediadas por aulas

	<p>expositivas, exercícios em sala, orientações e posterior elaboração e análise dos indicadores do conjunto de companhias analisadas em um determinado setor;</p> <p>iii. Etapa III – Concomitante ao processo de Compreensão do Negócio e Compreensão e Produção dos indicadores os alunos construíram um artigo científico com uma problemática inicial comum passível de modificações por parte da equipe, a qual foi designada da seguinte forma: Como pode ser compreendida a performance financeira, econômica e socioambiental das companhias do segmento X nos últimos três anos?</p> <p>iv. Etapa IV – Entrega do Produto produzido no semestre em forma de artigo com a posterior discussão em sala de aula acerca das análises tecidas pelos grupos.</p> <p>c) Como ferramenta de apoio para a comunicação, disponibilização do material de orientação e envio das etapas do trabalho ao longo do semestre, utilizou-se o SIGAA UFRA (Plataforma <i>Moodle</i>).</p> <p>d) Os acadêmicos foram, inicialmente, distribuídos em duplas as quais foram encarregadas de estudar uma companhia da bolsa de valores, definida pela docente, posteriormente comparando-a com indicadores contábeis e socioambientais das companhias de um determinado ramo econômico. Na metade do semestre as duplas foram agrupadas em grupos de análise por segmentos de mercado, os quais totalizaram mais de 24 entidades.</p>
<p>Ponto Focal</p>	<p>É uma técnica desenvolvida por Gondim (2002) para registro da coleta de dados a partir da discussão dos participantes no estudo. A técnica consiste em ter um conjunto de questões disparadoras que são lidas para um grupo de seis a oito integrantes, os quais discutem a questão lançada por um moderador. Dois outros pesquisadores ficaram encarregados do registro das falas dos presentes e um outro pesquisador auxiliar participa como observador. Assim a equipe foi composta por quatro membros. Antes de participarem da dinâmica todos os alunos assumiram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no qual constava os objetivos do estudo, riscos, benefícios e compromissos éticos dos pesquisadores.</p>
<p>Estudantes participantes do Ponto Focal</p>	<p>Após um ano decorrido da realização da disciplina de ADC, foi realizada a coleta de dados tendo como base os estudantes que participaram da turma de 40 alunos do curso de ciências contábeis 2018.1. Para a coleta de dados foram convidados os alunos da turma de forma geral o qual elegeram um discente por grupo para participar da dinâmica. A realização da coleta de dados um ano depois ocorreu em função de não haver conflitos envolvendo a ameaça a independência dos alunos do ponto de vista ético. O docente condutor da disciplina e da pesquisa já havia designado notas e não estava no exercício da docência junto aos participantes do estudo, tanto no momento da realização da pesquisa quanto posterior a esta no curso selecionado para o estudo. Seis alunos, um representante de cada uma das equipes do estudo participou das discussões do ponto focal.</p>

Fonte: elaborado pelos autores

Resultados e discussão

Os resultados da pesquisa estão apresentados na Tabela 2, que ilustra as falas e percepções dos estudantes, bem como as relações entre os dados coletados. Inclui ainda a sumarização das perguntas disparadas no grupo focal, assim como as respectivas concepções dos educandos. As falas em destaque, por sua vez, correspondem a experiências e aprendizagens vivenciadas na disciplina ADC.

Tabela 2.Entrevista com o Grupo Focal (continuação)

Questões	Resumo dos questionamentos e falas disparadas no grupo focal.
Q. 1	Como você avalia o seu aprendizado na disciplina ADC?
Sumarização das Falas	Embora os estudantes tenham evidenciado as dificuldades em recordar com clareza todas as formulas do curso ADC, o “ <i>essencial foi retido</i> ”, segundo a fala de um discente Alfa, uma vez que compreendem o significado de cada indicador financeiro. “ <i>Após a disciplina, avaliar uma demonstração contábil e o que levar em consideração quando se estuda uma empresa, ficou mais tangível</i> ”, expressou a estudante Beta. Relataram também sobre a importância do contato com demonstrações contábeis de empresas reais, e não as fabricadas por professores, em cursos exclusivamente teóricos. Dessa forma, houve consenso que a disciplina possibilitou um pensamento crítico acerca das demonstrações contábeis publicadas, fato este evidenciado na frase de um dos discentes “ <i>O número agora significa uma informação, não é mais só um número</i> ”, conforme relata o estudante Gama. Para exemplificar como a ADC foi proveitosa, um estudante compartilhou uma experiência pessoal na qual, após a matéria, sentiu-se confiante para explicar acerca do tema para um grupo de alunos que também faziam trabalhos na área ADC. Além disso, “ <i>sinto que aprendi realmente</i> ”, fala de dois estudantes participantes. O estudante Theta afirmou “ <i>mesmo após um ano sem ter contato com ADC, ainda sou capazes de olhar para um Balanço Patrimonial ou uma DRE e extrair informações pertinentes e relacionar ao desempenho socioambiental destas companhias</i> ”.
Q. 2	Acredita que o vínculo dos aspectos econômicos, sociais e ambientais faz sentido? Porquê?
Sumarização das Falas	Para uma contabilidade mais completa, aplicou-se a disciplina ADC com enfoque na união entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Quando questionados sobre a fusão desses três aspectos e a necessidade dessa união, os discentes foram unânimes ao dizerem que os três caminham juntos e necessitam de uma apreciação mais significativa por parte da contabilidade. Além disso, os alunos trouxeram à tona os impactos econômicos e sociais que um desastre ambiental pode gerar. E usaram, a título de exemplo, as consequências advindas do ingresso de uma grande indústria para uma cidade pequena, ao se estabelecer nela. Um aluno citou que por ficar no grupo responsável por um ramo econômico de grande impacto ambiental, a mineração, passou a ter um pensamento mais crítico em relação a questão da sustentabilidade nas empresas.
Q. 3	Dentre as estratégias metodológicas adotadas (sala de aula invertida, consulta a balanços, análise de indicadores, correlação com a realidade econômica, social e ambiental, envio das atividades via moodle, elaboração de um artigo, discussão na sala de aula, etc.) quais os aspectos que você acredita que foram mais produtivos para o seu aprendizado?
Sumarização das Falas	Os alunos concordaram com 4 aspectos que mais sentiram resultados, sendo esses: a) A comparação das companhias por segmento e anos de análise, que proporcionou entender os significados das demonstrações e relatórios e as influências das mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no país ou no exterior que foram refletidas nas empresas no período pesquisado; b) A elaboração de artigos, como prática necessária para os futuros acadêmicos. c) O incitamento para que os alunos pesquisassem de forma autônoma as demonstrações e relatórios contábeis, bem como os termos desconhecidos a serem discutidos com a turma mediados pelo docente. d) E o contato com demonstrações reais e não demonstrações “fabricadas” para fins de estudos que não refletem a realidade.
Q. 4	Existe alguma diferença da metodologia empregada na disciplina ADC para as demais metodologias utilizadas pelas disciplinas vivenciadas no curso? Comente.

Sumarização das Falas	Foram destacados os itens já mencionados na Q. 3, e adicionalmente; o grupo focal respondeu afirmativamente, no que diz respeito às diferenças metodológicas vivenciadas ao longo do curso. Como por exemplo, “a organização da disciplina, em etapas claras com pontuações definidas que eram contabilizadas ao longo do semestre”, segundo o discente Ômega, desde o momento inicial, facilitou o entendimento da metodologia e do conteúdo dos diferentes índices da matéria, à medida que captavam o que a ADC agrega e de que forma ela é útil na contabilidade.
Q. 5	Que recomendações daria para aprimorar o aprendizado na disciplina ADC?
Sumarização das Falas	As recomendações concentraram-se nos seguintes tópicos: Consulta à internet, visto que ainda existem estudantes sem meios para acessá-la e, paralelo a isso, as universidades não conseguem sanar a demanda. Melhorias no acesso a softwares educacionais, para serem usados não apenas em ADC, mas também nas demais disciplinas que necessitem de boas práticas para uma compreensão efetiva. Existem aplicativos que ajudam os professores a fazerem testes para verificarem como os alunos estão absorvendo a matéria, e que poderiam ter ajudado a identificar as maiores dificuldades dos alunos na disciplina.

Fonte: Elaborado pelos Autores

Ao se analisar a tabela 2 na Q.1, na perspectiva dos discentes, ocorreu a aprendizagem de modo que conseguem lembrar os conceitos teóricos e o significado prático do contexto dos indicadores e análise resultante destes. Os discentes destacam que apesar de não lembrarem exatamente de cada uma das fórmulas é possível rememorar o conceito subjacente aos indicadores, bem como interpretá-los.

Destacam na Q.2 o aguçamento da “capacidade crítica” de análise do contexto socioeconômico em que as companhias estão inserida. Os participantes do estudo afirmam que a performance das companhias não se restringe aos indicadores financeiros e econômicos e está relacionado a sua atuação responsável. Desse modo, as DCN’s que preconizam a formação ética do profissional contábil podem ser relacionadas neste ponto.

Os alunos, conforme aduzido na Q3, destacam quatro aspectos que contribuíram para o aprendizado. O primeiro aspecto destacado foi a comparação das companhias em um segmento por anos de análise e as influências socioeconômicas refletidas nas empresas. Neste primeiro aspecto pode-se relacionar a percepção dos estudantes às reflexões tecidas pelo IAESB (2014), as quais enfatizam a necessidade do desenvolvimento da compreensão da realidade socioeconômica que circunda as organizações e suas implicações na sociedade.

O segundo aspecto destacado na Q.3 diz respeito ao desenvolvimento da pesquisa científica por meio da elaboração de um artigo, em seguida no segundo aspecto descrito na Q3. evidenciam estímulo para a pesquisa de forma autônoma. Tais aspectos são requeridos na formação do contador tanto nas DCN’s como nas normas internacionais de educação contábil definidas no âmbito do IAESB (2014) e são discutidas por Jacomissi e Biavatti (2017) ao dialogarem acerca da formação científica e de uma educação que promova a autonomia dos educandos.

O quarto aspecto elucidado pelos estudantes foi o contato real com demonstrações contábeis e relatórios de sustentabilidades das empresas em análise. Nesta ótica, o ensino contextualizado parece produzir a aprendizagem mais significativa para os estudantes, conforme destaca Freire (1989).

Os registros evidenciam que a metodologia incitou a autonomia dos estudantes, uma vez que o acadêmico foi desafiado a pesquisar dados reais de companhias listadas na B3 e analisá-los dialogando com a realidade econômica e socioambiental do país. Nessa perspectiva, Guerra e Teixeira (2016) diferenciam as MA das demais metodologias em função da atuação ativa dos educandos. Para Moran (2015), a combinação equilibrada entre desafios e atividades contextualizadas, é de suma importância, uma vez que oportuniza uma das formas mais eficientes para a aprendizagem, corroborando com os achados de Gainor, Blin, Zheng (2014).

A Q.5 os estudantes apontam aspectos de melhoria a serem observados e citam a precariedade da infraestrutura tecnológica como fator limitante que poderia ser aprimorado. Da Silva et al (2017) discutem que no ensino público brasileiro a infraestrutura precária, a falta de suporte técnico e de instruções para o uso da tecnologia são fatores que limitam o uso de tecnologias em sala de aula.

Verificou-se também que no término da disciplina, foram requeridas algumas habilidades para atender as expectativas em ADC, como conhecimento técnico (elaboração dos indicadores), científico (elaboração do artigo científico) e como aduzido na Q.2, o pensamento crítico (resultado do aprendizado obtido). Esse resultado corrobora com os achados de Silva *et al.*, (2018), em que o uso de MA foi eficaz no desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes na formação dos estudantes pesquisados.

Considerações Finais

O objetivo do estudo foi identificar a percepção dos estudantes de uma turma do Curso de Ciências Contábeis acerca do seu aprendizado ao serem inseridos MA de ensino em uma abordagem sustentável. Para realização do estudo optou-se pelo método fenomenológico articulado ao desenvolvimento de uma proposta de intervenção pedagógica com base nos MA e com coleta de dados que inclui o emprego da técnica do ponto focal. Foram requeridos dos estudantes o conhecimento técnico (elaboração dos indicadores), o conhecimento científico (elaboração do artigo científico) e pensamento crítico (resultante dos materiais e discussões realizadas) por parte dos estudantes.

De acordo com os dados coletados, na percepção dos estudantes o uso dos métodos ativos foi relevante para a compreensão crítica das interconexões que formam a realidade socioeconômica das companhias analisadas. Os aspectos que contribuíram com o processo de aprendizagem foram a estratégia metodológica de proposição do trabalho incluindo a organização e condução do trabalho bem como o contato com a realidade de documentos e contextos sociais, econômicos e ambientais das organizações investigadas.

A principal limitação do estudo pode ser observada no fato de ser um estudo de caso em específico de aplicação de MA. Dessa forma, para novas pesquisas sugere-se a realização de estudos do tipo quase-experimentos para comparação de resultados entre turmas diferenciadas. A contribuição mais significativa do estudo na perspectiva dos investigadores é a apresentação de um design metodológico que pode possibilitar *insights* para o desenvolvimento de novas propostas de intervenção pedagógica na área contábil.

Referências Bibliográficas

- BLESSING, L. T. M.; CHAKRABARTI, A. DRM, a Design Research Methodology. London: Springer, 2009.
- BRASIL. Resolução 10 de 2004. Diretrizes Nacionais do Curso de Ciências Contábeis.
- BRITO, E. F. S.; SARDEIRO, L. S. M. A Educação Contábil em 38 de Pesquisa: um panorama dos métodos ativos de ensino em periódicos internacionais. **Congresso USP de Contabilidade**. São Paulo, 2018.

- COOK, E. D.; HAZELWOOD, A. C. An active learning strategy for the classroom - “who wants to winsome mini chips ahoy?”, **J. of Acc Ed.**, v. 20, n. 4, p. 297-306, out. 2002.
- DA SILVA, Isabela Nardi; LOTTHAMMER, Karen Schmidt; BENTO DA SILVA, Juarez; BILESSIMO, Simone Meister Sommer. Inclusão digital em escolas públicas através de tecnologias inovadoras de baixo custo no ensino de disciplinas stem. **RENOTE-Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 15, n. 2, 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 218p
- GAINOR, M.; BLINE, D.; ZHENG, X. Teaching internal control through active learning, **J. of Acc. Ed.**, v. 32, n. 2, p. 200-221, Mar. 2014.
- GIL, A. C., **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed.São Paulo: Atlas, 2008.
- GONDIM, S. G. M. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12 (24), p. 149-161, 2002.
- GUERRA, C. J. O.; TEIXEIRA, A. J. C. Os impactos da adoção de metodologias ativas no desempenho dos discentes do curso de ciências contábeis de instituição de ensino superior mineira, **Repec**, v.10, n.4, p.380-397, out/dez. 2016.
- IAESB – **International Accounting Education Standard Board**. Handbook of International Education Pronouncements, 2014.
- JACOMOSSO, F. A.; BIAVATTI, V. T. Normas internacionais de educação contábil propostas pelo internationalaccountingeducation standards board. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 3, p. 57-78, 2017.
- MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. [S.l.:s.n.], 2002.
- MICHEL, N.; CATER III, J. J.; VARELA, O. Active versus passive teaching styles: an empirical study of student learning outcomes. **HumanResour. Develop.**, v. 20, n. 4, p. 397-418, 2009.
- MORAN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção Mídias Contemporâneas**. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens, v. 2, p. 15-33, 2015.
- MOREIRA, A. C. P.; SARDEIRO, L. S. M.; SOUZA, P. V. S. As metodologias ativas em contabilidade e administração a luz da produção científica brasileira. **II Seminário da Integração da UFRA**, Capanema, 2019.
- MOREIRA, D. Pesquisa em administração: origens, usos e variantes do método fenomenológico. **INMR - Innovation& Management Review**, v. 1, n. 1, p. 5-19, 11.
- NETO, R. I. V.; SILVA, A. O.; LEAL, E. A. Metodologias Ativas de Aprendizagem aplicadas no Curso de Ciências Contábeis. In: 4º Congresso UnB de Contabilidade e Governança, 2018, Brasília-DF. **4º Congresso UnB de Contabilidade e Governança**, 2018.
- PAVIONE, C. S. S. N.; AVELINO, B. C.; FRANCISCO, J. R. DE S. Fatores que Influenciam o Processo de Ensino-Aprendizagem sob a Perspectiva de Estudantes do Curso de Ciências Contábeis: Análise em uma Instituição de Ensino Superior de Minas Gerais. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 10, n. 2, 12 jun. 2016.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. 2.ed.Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SILVA, C. M. et al. Análise da Efetividade da Aprendizagem Baseada em Projetos no Desenvolvimento de Competências no Ensino Superior de Contabilidade. In: 4º Congresso UnB de Contabilidade e Governança, 2018, Brasília/DF. **4º Congresso UnB de Contabilidade e Governança**, 2018.
- SILVA, L. F.; SARDEIRO, L. S. M.; SOUZA, P. V. S. Um Panorama do Uso de Métodos Ativos no Ensino da Contabilidade. **Congresso USP de Contabilidade**. São Paulo, 2019.
- Enviado em 30/12/2021
Avaliado em 15/02/2022

O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Marli Terezinha Vieira³²
Ary Henrique Morais de Oliveira³³
Glenda Michele Botelho³⁴
Francisco Gilson Rebouças Junior³⁵

Resumo

Com este trabalho, objetiva-se estudar publicações que tratam sobre laboratórios de inovação na administração pública. Assim para a organização da pesquisa optou-se pela revisão da literatura por meio da aproximação do tema com a área de gestão e negócios, encontrados na base de dados internacionais da CAPES, *Scopus-Elsevier* e, publicados no ano de 2021. Após a filtragem os artigos foram traduzidos do inglês para o português e analisados. Dos resultados, verificou-se que há uma lacuna a ser preenchida sobre o assunto ao se considerar a importância do apoio da gestão, a participação das pessoas, conhecimento multidisciplinar e conhecimento científico aliado a prática.

Palavras-chave: Laboratório; Inovação; conhecimento

Resumen

Con este trabajo, el objetivo es estudiar a través de publicaciones laboratorios de innovación en la administración pública. Así, para la organización de la investigación, se decidió hacer una revisión de la literatura acercando el tema al área de gestión y negocios, que se encuentra en la base de datos internacional de CAPES, *Scopus-Elsevier*, publicada en 2021. Tras filtrar los artículos fueron traducidos del inglés al portugués y analizados. A partir de los resultados, se encontró que existe un vacío a llenar en el tema al considerar la importancia del apoyo a la gestión, la participación de las personas, el conocimiento multidisciplinario y el conocimiento científico combinado con la práctica.

Palabras llave: Laboratorio; Innovación; el conocimiento

Introdução

O presente estudo se torna pertinente pela relevância de se estudar aspectos relacionados a laboratórios, ancorado na teoria do conhecimento e a relação com inovação na administração pública. O que vem se verificando ao longo da história pelas perspectivas fundamentadas na ciência, a importância de se buscar alicerce de conhecimento global com possibilidades de aplicabilidade local, para que as organizações venham desenvolver inovações com sustentabilidade. Por isto é importante que a gestão tenha a responsabilidade pública de olhar para diferentes panoramas, sejam de aspectos políticos, ambientais, econômicos ou sociais.

³² Docente da Universidade Federal de Tocantins. Mestrado profissional PROFNIT. Doutora em Administração.

³³ Docente da Universidade Federal de Tocantins. Mestrado profissional PROFNIT e Pós Graduação em Análise de Dados.

³⁴ Docente da Universidade Federal de Tocantins. Mestrado profissional PROFNIT Pós Graduação em Análise de Dados.

³⁵ Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas, pesquisador na UFT, Programa de Pós-Graduação PROFNIT.

Nesta direção a Organização das Nações Unidas apresenta elementos de responsabilidade, por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Cujos propósitos surgiram por meio de uma agenda mundial sobre o desenvolvimento sustentável em que foram previstos temas relacionados a erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho e crescimento econômico, parcerias entre outros. Verifica-se há fortes indícios de que as relações e negócios do presente e futuro sejam guiados por objetivos e parcerias que tragam impacto para o planeta e para os seres humanos. (ODS 2021)

Assim, é possível que os laboratórios de inovação na administração pública promovam desenvolvimento sustentável ao se compartilhar esforço, idéias e ações para mobilização de recursos que venham fortalecer a ciência, tecnologia e inovação, ao se elaborar política e ações que tracem caminhos promissores para que as instituições desenvolvam seu potencial. Neste sentido, as universidades tem um papel fundamental de alicerce na produção do conhecimento que podem ser aproveitados para implantação de programas contemporâneos e sustentáveis.

Os laboratórios de inovação em parceria com as universidades vem ganhando espaço tanto a nível nacional quanto internacional, para que por meio de pesquisas científicas seja possível a elaboração de instrumentos que tragam soluções para simplificação de processos, melhoria da oferta e qualidade dos serviços públicos, redução de custos, o que vem impactar diretamente vida do cidadão.

Os sistemas colaborativos na administração pública realizados por meio da ciência e do conhecimento e desenvolvidos na Universidade, ao se aproximar da vivência de profissionais de tecnologia da informação e comunicação, aliado a experiência de auditores e analistas, forma um arcabouço de informações e conectividade. Com estes atributos é possível que líderes sejam auxiliados para a tomada de decisão relacionada a aspectos inovadores e transparentes na gestão.

Um exemplo é o compromisso assumido pelo Governo Brasileiro com o tema inovação, ao integrar a Parceria para Governo Aberto, cujo foco é a transparência, prestação de contas, participação cidadã, combate a corrupção, governança, tecnologia e inovação como forma de ampliação da capacidade de utilização de informações sobre as atividades governamentais e ampliar acesso a “novas tecnologias para fins de abertura e prestação de contas” (CGU 2021; CHESBROUGH 2003).

Assim, o presente artigo justifica-se considerando a universidade o local de produção do conhecimento e inovação de forma multidisciplinar e transdisciplinar. Revela-se como um ponto fundamental para a formação de espaços que possibilitem parcerias que venham constituir o conhecimento científico aliado às práticas. Isto possibilita que inovações possam reduzir custos ao proporcionar serviços públicos diferenciados eficientes e eficazes. Na sequência, apresenta-se os fundamentos que justificam a pesquisa.

Fundamentação

O conceito de laboratório pode ser empregado em várias áreas do conhecimento como um ambiente de pesquisa, troca de experiências, testes e utilização de caminhos científicos para se obter melhoria nos resultados das organizações. Para o Manual de Oslo-OCDE, (2006, p. 55) para que haja inovação é necessário “aprimoramento de produto, serviço, processo, metodologias de trabalho” ou nas conexões com parceiros. Diante disto é importante o reconhecimento destes procedimentos e proteção dos mecanismos inovação realizado nas organizações. Nesta ordem as universidades tem um relevante papel de orientações sobre procedimentos administrativos e legais de preservação do invento.

Neste entendimento, percebe-se que debates sobre inovação na administração pública, tem ganhado destaque no meio político, acadêmico e na sociedade, evidenciando a necessidade dos órgãos públicos se adaptarem ao modelo da Administração Pública Gerencial, cujo movimento surgiu *New Public Management* (Nova Gestão Pública). Christensen e Lægreid (2007). Para Hood (1980), embora haja o discurso de internacionalização, ainda há necessidade de reconhecimento da gestão pública em um padrão global de responsabilidade pública e práticas organizacionais inovadoras.

Larbi (1999) compactua de que os países que utilizam a Rota da NPM (Nova Gestão Pública), foram impulsionados pelas crises econômicas e fiscais que provocaram a busca pelo aumento da efetividade e redução de despesas na administração pública. Fatores estes, segundo o autor, têm impulsionado pela combinação de fatores econômicos, sociais, políticos e tecnológicos. O elemento central da gestão pública é o fornecimento de atividades que tenha relevância para o público e foco no resultado.

Metodologia

Este estudo foi realizado pela revisão da literatura por meio de busca e análise de publicações sobre laboratórios de inovação na administração pública. Em relação aos procedimentos utilizou-se do conhecimento de Gil (2006) no que se refere a pesquisa Bibliográfica, documental e experimental, pesquisada em artigos. Quanto aos objetivos é exploratória porque procura-se uma visão panorâmica para resolver o problema da pesquisa. Descritiva para identificar formas e contexto sobre motivação do estudo. E, explicativa porque busca fatos contributivos ao correlacionar o contexto e a teoria para explicar a motivação que os laboratórios de inovação são implementados na administração pública.

Quanto a abordagem do problema a pesquisa é qualitativa, levantamento bibliográfico conforme ensina Gil (2006). Para realização do estudo foram realizadas pesquisas na base de dados da CAPES. Buscou-se a base *Scopus Elsevier*, por ser uma das maiores bases de dados em nível nacional e internacional SCOPUS (2021). O período de realização da pesquisa foi do dia 15 de novembro a 20 de dezembro de 2021.

Assim, realizou-se uma busca de artigos na base de dados que se inicia com as palavras: *Laboratory, innovation*, e selecionou-se um conjunto de documentos que tratavam da metodologia de inovação na administração pública. Posteriormente, realizou-se um filtro para a área de ciências sociais aplicadas, na área de gestão e negócios. Após esta filtragem foram encontrados vinte artigos na base *Scopus Elsevier*, todos internacionais.

Os vinte artigos encontrados foram traduzidos do Inglês para o português e, posteriormente realizada uma leitura e análise, conforme nos ensina Bardin (2011) com a finalidade de obter por meio de procedimentos de verificação e compreensão de conteúdo que possibilite conhecimento das condições produzidas no texto. Tendo em vista o objetivo do trabalho, os artigos foram classificados à luz da abordagem e resultado.

Para os procedimentos seguiu-se Gil (2006) que recomenda a leitura atenta dos textos encontrados em livros e artigos, para examinar assuntos relacionados ao tema proposto. Para a análise dos artigos, foram lidos e interpretados textos que estavam alinhados aos objetivos propostos no trabalho, trazendo elementos com semelhança e aproximação com o tema. E, realizado o fichamento, em uma tabela do *excel*, examinou-se pontos significativos encontrados nos textos, o que proporcionou a construção deste trabalho, bem como as palavras-chave que descreveram o contexto do estudo. Na sequência apresenta-se os resultados detectados.

Resultados encontrados

Neste estudo foram encontrados assuntos que tratam sobre indicadores globais de responsabilidade pública que possa ser utilizada em nível local. Também assuntos relacionados a atividades de interesse público e com foco em resultado, bem como a participação das pessoas na resolução de problemas, formação de redes de inovação, cultura organizacional e apoio da liderança.

Assim, para uma melhor organização sobre o assunto abordado, foi realizado um quadro demonstrativo dos artigos internacionais encontrados em publicações de revista de alto impacto científico, na plataforma CAPES base de dados *Scopus-Elsevier*. Para a seleção utilizou-se o filtro para a área de gestão e negócios que tratavam sobre laboratório de inovação na administração pública, no ano de 2021.

Para isto foram descartados artigos que apresentavam repetição dos assuntos e resultados que deixem de contribuir para o objetivo da pesquisa. Depois da leitura dos vinte artigos escolhidos, foram utilizados nove artigos os demais descartados. Na sequência, apresenta-se o quadro 01, para o qual evidenciou-se resumo da pesquisa, destacando autor, ano, foco de abordagem e resultados encontrados.

Quadro 01 Artigos selecionados e seu foco de abordagem

AUTOR E ANO	ABORDAGEM	RESULTADO
Hood (1980),	Analisar discurso de internacionalização	Reconhecimento da gestão pública em um padrão global de responsabilidade pública e práticas organizacionais inovadoras
Larbi (1999)	Países que utilizam a Rota da Nova Gestão Pública foram impulsionados pelas crises econômicas e fiscais que provocaram a busca por eficiência e redução de custos na administração pública	Combinação de fatores econômicos, sociais, políticos e tecnológicos. O elemento central da gestão pública é oferecimento bens e serviços de interesse público e foco no resultado.
Yuan (2019)	Avaliar até que ponto os laboratórios primoram a capacidade de política estratégica por meio de abordagens colaborativas e centradas no cidadão para formulação de política	Foi possível examinar as relações do laboratório com os parceiros do governo, bem como a participação do cidadão na solução de problemas
Asenbaum (2021)	Analisar novos formatos de laboratório em todo o mundo, incluindo laboratórios de políticas, laboratórios e ecossistema de inovação aberta, com envolvimento político de várias partes interessada	A participação das pessoas como elemento gerador de mudanças.

Jordan (2021)	Realizaram o projeto “Engenharia da PAZ”. As ações baseadas na ciência e na engenharia trazem soluções para grandes desafios do mundo	Na Conferencia Mundial sobre a temática, surgiu a implantação de novos programas acadêmicos com abertura nas novas áreas para educação, pesquisa e inovação sobre o assunto
Martinez <i>et al</i> (2021)	Realizaram um estudo com 21 laboratórios públicos em toda a Europa, para analisar as contribuições da participação do setor público em laboratórios	Como resultado do estudo os laboratórios apresentaram-se em três pilares: aprendizagem processual, espaço restrito e engajamento democrático.
Fulgsang e Hansen (2021)	Pesquisaram sobre redes de inovação, e trouxeram a tona o termo de orquestração de rede provocada pelo líder aos usuários da inovação.	Envolvimento dos principais usuários da inovação é de suma importância, para que a orquestração da rede inovação amplie o conhecimento para o grupo
Hurmelin <i>et al</i> (2021)	Desenvolveram uma revisão da literatura sobre “Compreensão da inovação social no setor público dinamarquês”. Cujo objetivo foi explorar como a inovação social nos serviços públicos dinamarqueses é conceituada e implementada através das lentes das redes de inovação de serviço público para a inovação social.	Encontraram os seguintes atributos: (1) cocriação, (2) colaboração com a sociedade civil, (3) empreendedores sociais e inovação social e (4) parcerias público-privado de inovação.
Scupola, (2021)	Realizou um trabalho na Polônia, que tem por objetivo compreender o papel da inovação organizacional no governo local por meio de análise quantitativa de regressão múltipla e Teste de Sobel.	Os resultados apontaram que as inovações mediaram parcialmente a relação entre cultura organizacional, apoio da liderança e implicações nas organizações de desempenho.

Fonte: Dados da pesquisa

Estudos de Asenbaum (2021) sobre o (Des) futuramente a democracia: laboratórios, parques infantis e ateliers com inovações democráticas, apontam para novos formatos em todo o mundo, incluindo laboratórios de políticas, laboratórios de inovação e laboratórios vivos, ou seja um ecossistema de inovação aberta. Para o autor é importante o envolvimento político de várias partes interessadas, para o lúdico e a criatividade. O que se verifica neste estudo que o componente central é a participação das pessoas como elemento gerador de mudanças.

Jordan (2021) realizou um estudo de caso, na Universidade do Novo México, sob o tema “Engenharia da PAZ”. O autor destaca que ações na forma de laboratórios baseadas na ciência e na engenharia, trazem soluções para grandes desafios do mundo. E, aponta que o tema foi objeto de premiação na primeira Conferencia Mundial sobre a temática. A partir dos resultados da pesquisa surgiu a implantação de novos programas acadêmicos com abertura nas novas áreas para educação, pesquisa e inovação sobre o assunto.

O autor descreve que a abordagem do estudo está relacionada a mudanças climáticas, água, saúde, segurança alimentar, ética, transparência, resiliência de infraestrutura, sustentabilidade, equidade social e diversidade. E, utiliza ferramentas analíticas e preditivas da engenharia para mensurar e apontar caminhos para resolução de problemas sociais.

É o que ilustra Sun (2021, pág.01) quando avalia as relações entrelaçadas das transferências de tecnologia universitária e, revela que as universidades são “os melhores lugares para reunir conhecimento e inovação porque congregam elites que cultivam talentos para o país” No entanto segundo o autor há uma lacuna entre o conceito e o resultado prático. E aponta na dimensão da cultura organizacional, atitude e capacidade da alta administração são os principais fatores de avaliação do impacto. Ainda, no trabalho foi identificado como principal elemento de sucesso é a dimensão do mercado de tecnologia. E, ressalta que as atividades de transferência de tecnologia da universidade deveriam ser classificadas como de alta prioridade.

Um estudo de Martinez *et al* (2021) destaca que a inovação na área pública tem ganhado atenção, com novas estruturas de governança de forma colaborativa e interativa. E, desenvolveu um estudo com 21 laboratórios públicos em toda a Europa, para analisar as contribuições da participação do setor público em laboratórios em três pilares: aprendizagem processual, espaço restrito e engajamento democrático. Para os autores a inovação pública pode ser melhorada a partir de mudanças de paradigmas. O que vem corroborar a importância da participação e pertencimento das pessoas para que haja aprendizagem e melhoria de processos.

Entrelaçando o assunto com o pensamento de Fulgsang e Hansen (2021) um trabalho desenvolvido pelos autores sobre redes de inovação, trouxe a tona o termo de orquestração de rede provocada pelo líder aos usuários da inovação. Para os autores o envolvimento dos principais usuários da inovação é necessário para que a orquestração da rede inovação amplie o conhecimento para o grupo. E, em consequência a possibilidade de apresentar resultados satisfatórios oriundos de produtos inovadores.

Nesta mesma perspectiva Hurmelinna *et al* (2021) desenvolveram uma revisão da literatura sobre “Compreensão da inovação social no setor público dinamarquês” . cujo objetivo foi explorar como a inovação social nos serviços públicos dinamarqueses é conceituada e implementada através das lentes das redes de inovação de serviço público para a inovação social. Nos resultados os autores encontraram um agrupamento de quatro temas: (1) cocriação, (2) colaboração com a sociedade civil, (3) empreendedores sociais e inovação social e (4) público-privado parcerias de inovação. Para os autores estes itens trazem novas perspectivas e contribuições para a pesquisa científica aliada a prática.

Em outro olhar, Scupola (2021) realizou um trabalho na Polônia, que tem por objetivo compreender o papel da inovação organizacional no governo local por meio de análise quantitativa de regressão múltipla e Teste de Sobel. Os resultados apontaram que as inovações mediam parcialmente a relação entre cultura organizacional, apoio à liderança e organizações de desempenho. E, que liderança e a cultura organizacional podem influenciar o desempenho da organização e inovação.

Yuan (2019) desenvolveu uma pesquisa que avalia até que ponto os laboratórios primam a capacidade de política estratégica por meio de abordagens colaborativas e centradas no cidadão para formulação de políticas. O estudo foi realizado em 5 (cinco) laboratórios na Austrália e Nova Zelândia e, foi possível examinar as relações do laboratório com os parceiros do governo, bem como a participação do cidadão na solução de problemas. Para o autor é um processo amplo que deve haver formulação de políticas difundidas a gestores públicos menos experientes.

E, argumenta o autor, que os cinco casos examinados, representando laboratórios de diferentes setores e níveis de governo, indicam um foco na integração das perspectivas dos cidadãos marginalizados e, na resolução de problemas públicos. O autor aponta em seus estudos que os laboratórios se diferenciam das consultorias porque estas raramente fazem trabalho semelhante e diz que apesar de que esta é uma missão explícita de laboratório de inovação. Diante das ponderações encontradas na literatura, tece-se as reflexões sobre o tema laboratórios de inovação na administração pública.

Considerações finais

A luz de pesquisadores objetivou-se analisar a literatura que trata sobre laboratórios na administração pública e aproximações com inovação. Assim partiu-se de concepções fundamentadas no conhecimento científico para que fosse possível atender aos objetivos propostos na pesquisa. Para isto foi necessário buscar na literatura o parecer de estudiosos sobre o tema em análise.

Verifica-se nas pesquisas que o objeto do estudo, reflete nas mudanças organizacionais tais como adequada utilização dos recursos públicos o que vem impactando bem estar e qualidade de vida das pessoas. Embora estas mudanças muitas vezes apareçam de forma subjetiva, revela a importância de se aliar aspectos científicos com as ações desenvolvidas

Os autores utilizaram aspectos objetivos e subjetivos para dizer que o sucesso da implantação de laboratório de inovação está no conhecimento da gestão pública para utilização de um padrão global de responsabilidade pública relacionadas as práticas organizacionais inovadoras. Bem como combinação de fatores econômicos, sociais, políticos e tecnológicos e relações do laboratório com os parceiros do governo. Assim como a participação do cidadão na resolução de problemas.

Além disso, a orquestração da rede por meio do envolvimento dos principais usuários da inovação se destaca na cocriação de valor, colaboração da sociedade civil, surgimento de empreendedores sociais e inovação social e “incentivo às parcerias público-privadas e público-público, para a promoção e desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias de inovação. Outro ponto significativo apontado pela literatura é que a cultura organizacional e o apoio da liderança impactam no desempenho da inovação organizacional e melhoria de processos.

Neste sentido, inovação é a essência da implantação de Laboratório na administração pública por meio da formação de redes de cooperação e co-criação de valor para os parceiros. Com isto abre-se espaço para um modelo de responsabilidade social que traga transformações para as organizações. Nesta concepção se amplia possibilidades de se criar ambientes criativos sustentáveis. O que se pode verificar pelo estudo a importância de se criar elementos estratégicos de planejamento, avaliação e monitoramento, antes da implantação de laboratório de inovação na administração pública.

Sem a intenção de esgotar o assunto é possível sugerir que pesquisas sejam desenvolvidas abordando casos práticos de sucesso, que tratem sobre o efeito dos laboratórios nos resultados das organizações parceiras. Para que se possa, contribuir, dessa forma, com a ciência e a sociedade.

Referências Bibliográficas

ASENBAUM, H., Hanusch, F. **(De)future democracy: Labs, playgrounds, and ateliers as democratic innovations** (2021) Futures, 134, art. no. 102836, <https://www.scopus.com> accessed in 23.12.2021

BRASIL. CGU- Centrais de Conteúdo - **Legislação -Site da Controladoria Geral da União**, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/cgu/pt-br> : . Acesso em: 20 de novembro de 2021

- CHESBROUGH, H.W. (2003). **Open Innovation: The new imperative for creating and profiting from technology**. Boston: Harvard Business School Press.
- CHESBROUGH, H.W. (2003). <https://www.researchgate.net/publication/280211463>. Acessado em 20.11.2021
- CHRISTENSEN, T.; LAEGREID, P. **The whole-of-government approach to public sector reform**. *Public Administration Review*, v. 67, n. 6, p. 1059-1066, 2007. <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.611.6124&rep=rep1&type=pdf>.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JORDAN, R., Agi, K., Arora, S., Christodoulou, C.G., Schamiloglu, E., Koechner, D., Schuler, A., HOWE, K., Bidram, A., Martinez-Ramon, M., Lehr, J. **“Peace engineering in practice: A case study at the University of New Mexico”** (2021) *Technological Forecasting and Social Change*, 173, art.no. 121113, .1) <https://www.scopus.com> accessed in 26.12.2021
- MARTÍNEZ-Bello N.ª Send mail to Martínez-Bello N. Cruz-Prieto M.J.ª Send mail to Cruz-Prieto M.J., Güemes-Castorena D.ª Send mail to Güemes-Castorena D., Mendoza-Domínguez A.ª Send mail to Mendoza-Domínguez A. **Uma metodologia para projetar laboratórios urbanos inteligentes da universidade para as cidades**. School of Engineering and Sciences, Ave. Eugenio Garza Sada 2501, Monterrey, NL, 64849, Mexico accessed in 22.12.2021
- FUGLSANG, L., Hansen, A.V. **Framing improvements of public innovation in a living lab context: Processual learning, restrained space and democratic engagement** (2021) *Research Policy*, 51 (1), art. no. 104390, .Cited 1 time. 1) <https://www.scopus.com> accessed in 22.12.2021
- HOOD, C. **The “New Public Management” in the 1980’s**: Variations on a theme. *Accounting, Organizations and Society*, v. 20, p. 93–109, 1995
- HURMELINNA et al (2021) Laukkanen, P., Nätti, S., Pikkarainen, M. **Orchestrating for lead user involvement in innovation networks** (2021) *Understanding of social innovation within the danish public sector: A literature review* *Technovation*, 108, art. no. 102326, .Cited 1 time. 1) <https://www.scopus.com> accessed in 20.12.2021
- KOPROWSKI, Sirlene et al. **National Culture and Corporate Social Responsibility**. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios* [online]. 2021, v. 23, n. 03 [Acessado 20 Dezembro 2021], pp. 488-502. Disponível em: <<https://doi.org/10.7819/rbgn.v.23i3.4115>>. Epub 18 Out 2021. ISSN 1983-0807. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v.23i3.4115>. acessado em 23.12.2021
- YUAN, Q. **Enhancing Innovation Capacity in Local Governments: How can Innovation Labs Make a Contribution?** (2021) *ACM International Conference Proceeding Series*, art. no. 3463761, pp. 572-574. 1) <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2>-accessed in 26.12.2021
- MICHAEL McGann, Tamas Wells & Emma Blomkamp (2019): **Innovation labs and co-production in public problem solving**, *Public Management Review*, DOI: 10.1080/14719037.2019.1699946 To link to this article: <https://doi.org/10.1080/14719037.2019.1699946> accessed in 21.12.2021
- SUN, C.-C. **Evaluating the intertwined relationships of the drivers for university technology transfer** (2021) *Applied Sciences (Switzerland)*, 11 (20), art. no. 9668, .1) <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85117285014&doi=10.3390%2fapp11209668&partnerID=40&md5=c04c9b527358ce228f4f152> accessed in 22.12.2021
- LARBI, Georgi. **The new public management approach and state crisis**. Discussion Paper 112. United Nations Research Institute for Social Development, 1999. Disponível em: <http://www.unrisd.org> accessed in 20.12.2021
- ONU - **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS** <https://odsbrasil.gov.br/> Acessado em 20.12.2021
- ONU-**Objetivo do Desenvolvimento Sustentável-ODS** <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Accessed em 20.12.2021

OCDE. **Manual de Oslo: diretrizes para a coleta de dados sobre inovação tecnológica**. 3ª. ed. [S.l.]: FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, 2006. Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf. Acessado em 06.12.2021

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A universidade no século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SCUPOLA, A., Fuglsang, L., Gallouj, F., Hansen, A.V. **Understanding of social innovation within the public sector: A literature review** (2021) Administrative Sciences, 11 (2), art. no. 49, .1) <https://www.scopus.com/> Accessed in 22.12.2021.

Enviado em 30/12/2021

Avaliado em 15/02/2022

ANÁLISE DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O TURISMO EM SANTA CRUZ-RN

Pedro Lucas da Silva Lima³⁶
Pedro Thiago da Silva Lima³⁷
Gilmara Barros da Silva³⁸
Erivaldo da Silva Xavier³⁹

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar os enfoques dos artigos científicos sobre o turismo em Santa Cruz-RN. Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva. A plataforma *Google Scholar* e a Revista Querubim foram utilizadas para a obtenção dos artigos. Como resultado obteve-se quatorze artigos que tratam sobre o turismo em Santa Cruz-RN sob diversas temáticas e apresentaram sugestões para novos estudos, as quais constituem-se lacunas de pesquisa. Conclui-se que com base nas lacunas evidenciadas, há muitos aspectos históricos, culturais, ambientais e turísticos a serem abordados em estudos futuros sobre turismo religioso em Santa Cruz-RN.

Palavras-chave: Turismo. Lacunas de pesquisa. Santa Cruz-RN.

Abstract

This study aims to analyze the focus of scientific articles about tourism in Santa Cruz-RN. For this purpose, bibliographical, exploratory and descriptive research was used. The Google Scholar platform and the Revista Querubim have been used to obtain the articles. As result, fourteen articles were obtained that deal with tourism in Santa Cruz-RN under different themes and presented suggestions for further studies, which constitute research gaps. It is concluded that, based on the evidenced gaps, there are many historical, cultural, environmental and tourist aspects to be addressed in future studies about religious tourism in Santa Cruz-RN.

Keywords: Tourism. Research gaps. Santa Cruz-RN.

Introdução

O turismo como atividade social e econômica envolve o relacionamento de pessoas (residentes e turistas) e o consumo de bens e serviços presentes nos destinos onde se instala (PETROCCHI, 2009). Como resultado do desenvolvimento do turismo em um local, tem-se o reconhecimento, a publicização através de estudos e a valorização dos atrativos culturais (igrejas, museus, casas de cultura, etc.) e naturais (praias, parques, lagoas, etc.) e dos patrimônios da humanidade, aqueles que visam a conservação da história e cultura local.

³⁶ Discente do Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

³⁷ Discente do Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

³⁸ Doutoranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Docente e orientadora no Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

³⁹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor e orientador no Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz/RN, Brasil. E-mail: erivaldounp@hotmail.com.

Este estudo tem como foco a cidade de Santa Cruz-RN que está localizada na região Nordeste do Brasil, no Estado do Rio Grande do Norte, a aproximadamente 115 km de distância da capital Natal. A referida cidade apresentou uma população estimada em 2020 de 39.988 habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021).

Santa Cruz-RN vem desenvolvendo o turismo religioso desde 2010 quando foi inaugurado o Complexo Turístico Alto de Santa Rita de Cássia (PROGRAMAÇÃO DE INAUGURAÇÃO, 2010). A respeito disso, a Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte - SETUR-RN (2021) enaltece que Santa Cruz faz parte do polo Agreste Trairi e possui como atrativo principal, o então chamado Santuário de Santa Rita de Cássia que é composto por uma estátua de 56 metros de altura, capela, sala de milagres, auditório, lojas de artesanato, lugar para eventos, lanchonetes, banheiros e estacionamento.

Além do Santuário, vale destacar que a visitação a Igreja Matriz, ao Museu Auta Pinheiro Bezerra, ao Complexo Santá, as procissões e os festejos a Santa Rita de Cássia, dentre outros eventos de cunho religioso, histórico e cultural também são atrativos presentes em Santa Cruz-RN (SOUZA, 2020). Entende-se que a visitação turística em Santa Cruz-RN pode fornecer conhecimentos e experiências religiosas e culturais aos turistas.

Mediante a presença do turismo religioso em Santa Cruz-RN desde 2010 começaram a surgir estudos que buscaram analisar e/ou compreender o desenvolvimento do turismo na cidade sob diversas perspectivas e objetivos. Nesse sentido, a questão de pesquisa que direcionou a proposição deste estudo foi: Quais os enfoques dos artigos científicos que tratam sobre o turismo em Santa Cruz-RN?

Com base nisso, tem-se como objetivo geral: analisar os enfoques dos artigos científicos que tratam sobre o turismo em Santa Cruz-RN. Os objetivos específicos compreendem: a) apresentar os autores desses artigos científicos; b) evidenciar os temas abordados nos estudos; e) apontar a existência de lacunas de pesquisas.

A proposição desta pesquisa justifica-se, do ponto de vista teórico-científico, pela tentativa de publicização dos enfoques e contribuições dos estudos que abordam o turismo em Santa Cruz-RN, bem como, na prática, visa proporcionar a visualização de lacunas a serem estudadas em pesquisas futuras. Os autores também possuem interesse particular na realização desta pesquisa, ao buscar evidências de como o turismo em Santa Cruz-RN tem sido abordado nas pesquisas já publicadas.

Tendo em vista, alcançar o objetivo geral deste estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva. Para o levantamento dos artigos científicos foram realizadas buscas na plataforma *Google Scholar* e na Revista Querubim. É válido destacar que, o presente estudo organiza-se a partir dessa introdução, seguida da fundamentação teórica, metodologia, discussão dos resultados, considerações finais e referências.

Fundamentação teórica

O entendimento do turismo ainda é desafiante, pois tanto é analisado como atividade econômica como um fenômeno social complexo. Sob um viés econômico, a definição empregada pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001, p. 38) o considera como: “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

Percebe-se que o turismo para as pessoas que o realizam compreende atividades de lazer, descanso, fuga do cotidiano, dentre outros. Já para os destinos turísticos e empresários pertencentes ao *trade* turístico, corresponde a oportunidade de obter incrementos econômicos e lucros mediante a oferta de produtos e serviços, tais como: meios de hospedagem, restauração, entretenimento e outros, permitindo a permanência dos turistas nas destinações visitadas.

A oferta de produtos e serviços turísticos nas destinações é especificada conforme as características da demanda turística. Com base nisso, o mercado turístico é segmentado em: Ecoturismo; Turismo Rural; Turismo de Aventura; Turismo Cultural; Turismo de Pesca; Turismo Náutico; Turismo de Sol e Praia; Turismo de Esportes; Turismo de Estudos e Intercâmbio; Turismo de Negócios e Eventos; Turismo de Saúde; e de forma transversal o Turismo Social (Ministério do Turismo, 2006), podendo surgir novos segmentos em decorrência das especificidades da demanda.

Dentre esses segmentos, compondo o Turismo Cultural, tem-se o Turismo Religioso que segundo o MTUR (2010, p. 19) são “atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo”.

Entende-se que as atividades que são realizadas no Turismo Religioso compreendem a visitação de lugares considerados sagrados, orações e cumprimento de promessas que propiciem às pessoas realizarem conexões espirituais.

Para que o desenvolvimento do turismo, independentemente da segmentação, possa ocorrer de forma equilibrada e responsável, são necessárias políticas públicas, gestão participativa e realização de pesquisas que evidenciam os impactos positivos e negativos gerados pela atividade turística, além de outros aspectos relacionados ao Turismo.

Nesse sentido, a pesquisa em turismo vem crescendo desde o século XX e cada vez mais ganhando rigor científico na busca pela compreensão das diversas realidades que o envolve (SANTOS; BÍSCARO; SILVA; DORO, 2021). Denota-se que tais pesquisas são publicadas em revistas virtuais, repositórios, bases de dados e outros, com o intuito de contribuir na compreensão do fenômeno turístico.

A seguir será apresentada a metodologia utilizada para realização da pesquisa proposta neste artigo.

Metodologia

Para o cumprimento do objetivo geral deste estudo, utilizou-se as pesquisas bibliográfica, exploratória e descritiva. A pesquisa bibliográfica permite a consulta de materiais informacionais físico ou virtual que tratam sobre um tema investigado (PRODANOV; FREITAS, 2013). Essa pesquisa contribuiu no levantamento de artigos científicos que tratam sobre o turismo em Santa Cruz-RN.

A pesquisa exploratória segundo Furlanetti e Nogueira (2013, p. 9) “tem por finalidade a descoberta de práticas ou diretrizes que precisam ser modificadas, bem como, a obtenção de alternativas ao conhecimento científico existente”. A referida pesquisa permitiu identificar nos artigos alvos deste estudo, os enfoques empregados ao turismo no contexto de Santa Cruz-RN.

Segundo Rampazzo (2005, p. 53) A pesquisa descritiva "observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador". A utilização dessa pesquisa permitiu organizar e descrever os dados obtidos a partir da leitura dos artigos científicos sobre o turismo em Santa Cruz-RN, compondo assim, os resultados desse estudo.

Para o levantamento dos artigos científicos que tratam sobre o turismo em Santa Cruz-RN, utilizou-se como critérios de busca na plataforma *Google Scholar* em pesquisa avançada, artigos somente em páginas em português, cujas palavras-chaves "Turismo" e "Santa Cruz - RN" constavam nos títulos dos artigos. Averiguou-se a presença das referidas palavras-chaves nos títulos dos artigos dispostos nos sumários da Revista Querubim. A seguir, encontra-se a discussão dos resultados deste estudo.

Discussão dos resultados

Com base nos procedimentos utilizados para a busca dos artigos tanto no *Google Scholar* quanto na Revista Querubim, obteve-se quatro artigos (sem repetição) no primeiro e dez artigos no segundo, totalizando quatorze artigos que compuseram os resultados desse estudo. No quadro 1 apresentam-se os autores e temas dos artigos encontrados no *Google Scholar*.

Quadro 1 - Autores e temas dos artigos levantados no *Google Scholar*.

Autores	Tema
Silva Júnior e Silvino (2015)	Formas simbólicas e desenvolvimento turístico local.
Silva e Marques Júnior (2016)	Apoio de residentes ao desenvolvimento do Turismo.
Silva e Silva (2017)	Turismo e geração de emprego.
Rocha e Barbosa (2020)	Imagem católica como componente da paisagem religiosa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

De modo geral, os artigos científicos levantados a partir da plataforma *Google Scholar* abordam o Turismo na cidade de Santa Cruz-RN a partir de temas relacionados a gestão do apoio de seus residentes ao desenvolvimento do turismo; a utilização do atual Santuário de Santa Rita de Cássia como símbolo e componente de uma paisagem religiosa; bem como, pelo viés econômico ponderando a geração de empregos formais e informais na referida cidade, em decorrência do desenvolvimento do turismo religioso.

Como lacunas, é possível destacar a necessidade de novos estudos remetendo-se: a participação da população residente no turismo, a existência de capacitações oferecidas aos Guias de Turismo locais e a realização de eventos regionais que valorizem a história e a cultura regional e local (SILVA JÚNIOR; SILVINO, 2015); a contribuição do turismo religioso na economia local e o quantitativo de visitantes em alta e baixa temporada (SILVA; MARQUES JÚNIOR, 2016); identificação do(s) segmento(s) de turismo que mais geram empregos formais e informais na região (SILVA; SILVA, 2017); e investigações sobre as tensões ocasionadas pelo relacionamento de atrativos turísticos a aspectos religiosos (ROCHA; BARBOSA, 2020).

No quadro 2, evidenciam-se as mesmas informações referentes aos artigos obtidos na Revista Querubim:

Quadro 2: Autores e temas dos artigos levantados na Revista Querubim.

Autores	Tema
Silva e Maracajá (2011)	Necessidade da capacitação dos professores do ensino fundamental em educação ambiental e turismo.
Assunção, Medeiros e Farias (2015)	Atuação do Guia de Turismo e sua importância para o turismo religioso.
Silva Filho <i>et al</i> (2020)	Ponto de Orientações e Informações Turísticas
Santos <i>et al.</i> (2020)	Percepção sobre a sinalização turística.
Lima <i>et al</i> (2020)	Resgate da música vaqueira no cenário turístico e cultural.
Costa <i>et al</i> (2020)	Apreciação da receita de um bolo de convento de Santa Rita de Cássia.
Silva <i>et al</i> (2020)	Turismo e Gestão de resíduos sólidos.
Pontes <i>et al</i> (2020)	Turismo Esportivo.
Lima, Silva e Lima (2021)	Inserção do Complexo Santá na visitação turística.
Correia, Silva e Lima (2021)	Utilização e manutenção de um teleférico.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Em relação aos temas abordados nos artigos obtidos na Revista Querubim, nota-se que são diversificados e tratam de aspectos ligados à formação e capacitação de professores e guias de turismo; serviços turísticos de informação e acessibilidade destinados aos visitantes; aspectos relacionados à valorização cultural, conservação ambiental e implementação de novos atrativos turísticos.

No que compete às lacunas encontradas nos artigos levantados na Revista Querubim, nota-se no âmbito educacional e de formação possibilidades de investigação quanto à existência e oferta de capacitações sobre educação ambiental e turismo aos professores das escolas existentes na cidade (SILVA; MARACAJÁ, 2011). Assim como, investigações relacionadas ao quantitativo de Guias de Turismo que atuam na cidade e existência de capacitações constantes ofertados a esses (ASSUNÇÃO; MEDEIROS; FARIAS, 2015).

Remetendo-se à serviços turísticos e acessibilidade, com base na implantação de um Ponto de Orientação e Informações Turísticas (POINT) pode-se investigar sobre o grau de conhecimento dos frentistas para repassar aos visitantes informações turísticas da cidade (SILVA FILHO *et al.*, 2020). E verificar se houve melhorias na sinalização turística de Santa Cruz-RN (SANTOS *et al.*, 2020).

Tendo como intuito a valorização dos aspectos históricos, culturais, ambientais e turísticos presentes em Santa Cruz-RN, pode-se empreender pesquisas do ponto de vista cultural: sobre a receptividade da população quanto a criação de um evento intitulado ABOIARTE – para conservação da cultura do aboio na região (LIMA *et al.*, 2020); a respeito dos gostos e preferências dos visitantes quanto a pratos, (doces ou salgados) que, possam aliar gastronomia ao turismo religioso (COSTA *et al.*, 2020); e identificação de todos os atrativos turísticos culturais existentes na cidade, permitindo a articulação do poder público e os gestores dos atrativos para promover a valorização da história e cultura local (LIMA; SILVA; LIMA, 2021).

No que compete ao aspecto ambiental, pode-se investigar sobre atividades e ações de educação ambiental desenvolvidas pela gestão municipal para sensibilizar moradores e turistas quanto à conservação ambiental e a geração de benefícios econômicos com a reciclagem (SILVA *et al.*, 2020). Já no aspecto turístico, pode-se pesquisar novas abordagens e técnicas de gestão de pequenos ou grandes estádios relacionando-os às práticas de turismo (PONTES *et al.*, 2020). E após a implantação do teleférico em Santa Cruz-RN, pode-se investigar os impactos positivos e negativos gerados pelo seu uso, para quem reside na cidade (CORREIA; SILVA; LIMA, 2021).

Considerações finais

Diante do desenvolvimento da pesquisa a que se propôs esse estudo, considera-se que foi possível alcançar o objetivo geral que consistia em analisar os enfoques dos artigos científicos sobre o turismo em Santa Cruz-RN. Os principais resultados evidenciaram enfoques relacionados ao apoio comunitário ao desenvolvimento do turismo; utilização da imagem católica “Santa Rita de Cássia” como uma paisagem religiosa; empregos gerados pelo turismo; serviços (POINT), infraestruturas (Teleférico), atrativos turísticos culturais (Complexo Santá; Bolo de convento; Turismo esportivo); dentre outros que se fazem presentes na cidade de Santa Cruz-RN.

Em relação às possibilidades para novas pesquisas, ou seja, as lacunas apresentadas nesses artigos, essas estavam relacionadas a investigações sobre participação comunitária no turismo; capacitações em educação ambiental e turismo de professores e Guias de Turismo; benefícios econômicos trazidos pelo turismo; conservação de aspectos culturais (aboio; gastronomia - pratos típicos; esportes), ambientais (gestão de resíduos sólidos; e sensibilização ambiental) e turísticos (estruturas como o teleférico; pontos de informação e sinalização turística).

Desse modo, esse estudo evidenciou os enfoques trabalhados em artigos sobre o Turismo em Santa Cruz-RN e suas sugestões para novas pesquisas, de modo a contribuir com os pesquisadores que pretendem empreender estudos cujo objeto seja o Turismo em Santa Cruz-RN, de forma que, saibam quais abordagens já foram implementadas e quais as possibilidades para pesquisas futuras.

Referências

- ASSUNÇÃO, Jaquelyne Santos de; MEDEIROS, Janaina Luciana de; FARIAS, Mayara Ferreira de. A atuação do Guia de Turismo no destino turístico religioso em Santa Cruz (RN). **Revista Querubim**, n. 25, p. 50-60, 2015.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Santa Cruz**. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2021.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Marcos conceituais**. 2006. Disponível em: <<http://antigo.turismo.gov.br/assuntos/5292-caderno-e-manuais-de-segmenta%C3%A7%C3%A3o.html>>. Acesso em: 04 nov. 2021.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

- CORREIA, Willyane de Moraes; SILVA, Gilmar Barros da; LIMA, Erivaldo Xavier de. A implantação do teleférico em Santa Cruz-RN: usos e manutenção. **Revista Querubim**, v. 3, n. 43, p. 86-90, 2021.
- COSTA, Ananícia da Silva; TEIXEIRA, Bruna Rafaela da Silva; OLIVEIRA, Viviane Fonseca de; SILVA, Gilmar Barros da; LIMA, Erivaldo Xavier de. A apreciação dos visitantes à receita de bolo de convento de Santa Rita de Cássia em Santa Cruz-RN. **Revista Querubim**, n. 16, p. 56-61, 2020.
- FURLANETTI, A. C.; NOGUEIRA, A. S. **Metodologia do trabalho científico**. Presidente Prudente-SP, 2013.
- LIMA, Amanda Katharina Pereira de; SOUZA, Woylha Carla Silva de; LIMA, Erivaldo Xavier de; SILVA, Gilmar Barros da. O resgate da música vaqueira no cenário turístico e cultural de SANTA CRUZ/RN. **Revista Querubim**, n. 16, p. 50-55, 2020.
- LIMA, Livia Maria Oliveira de; SILVA, Gilmar Barros da; LIMA, Erivaldo Xavier de. A inserção do Complexo Santá na visitação turística em Santa Cruz-RN. **Revista Querubim**, v. 3, n. 43, p. 80-85, 2021.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Sancho, A. (Org.). **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2011.
- PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- Plataforma Sucupira. Qualis periódicos - Quadriênio 2013-2016. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.xhtml>>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- PONTES, José Ramon da Silva; PONCHERT, Rian Carlos Nascimento; LIMA, Erivaldo Xavier de; SILVA, Gilmar Barros da. O Turismo Esportivo: um novo uso para o estádio Iberezão em Santa Cruz-RN. **Revista Querubim**, n. 16, p. 70-76, 2020.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.
- PROGRAMAÇÃO DA INAUGURAÇÃO. Estátua de Santa Rita de Cássia: a realização do sonho. 2010. 1 fot: color; 21x 29,7 cm.
- RAMPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- ROCHA, M. DA S.; BARBOSA, J. M. O Hipertotem Santa Rita de Cássia na dinâmica paisagística do Turismo em Santa Cruz/RN. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 31, p. 372-395, 1 jun. 2020.
- SANTOS, Amanda dos; PONTES, Jadyla Fabiana Macedo de; LIMA, Raissa da Silva; SILVA, Gilmar Barros da; LIMA, Erivaldo Xavier de. a percepção dos visitantes quanto à sinalização turística existente em Santa Cruz-RN. **Revista Querubim**, n. 16, p. 44-49, 2020.
- SANTOS, G. E. O.; BÍSCARO, V. R.; SILVA, M. M.; DORO, J. R. L. O uso de métodos estatísticos na pesquisa científica em Turismo no Brasil. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 23, n. 1, p. 110-131, 2021.
- SECRETARIA DE TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE - SETUR(RN). Santa Cruz. Disponível em: <<http://setur.rn.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2021.
- SILVA FILHO, Adriano Patrick Pereira da; MEDEIROS, José Danilo da Costa; COSTA, Matheus Alves da Costa; LIMA, Erivaldo Xavier de; SILVA, Gilmar Barros da Silva. Efeito do Turismo Religioso no comércio de Santa Cruz-RN: postos de combustíveis como Ponto de Orientações e Informações Turísticas - Point. **Revista Querubim**, n. 16, p. 37-43, 2020.
- SILVA, Aline Mayara Marinho Xavier da; SILVA, Rodrigo Cardoso da. Turismo e Trabalho: uma análise do destino religioso Santa Cruz– RN. **Revista Hospitalidade**, v. 14, n. 2, p. 01-23, 2017.
- SILVA, Gilmar Barros da; MARACAJÁ, Kettrin Farias Bem. A necessidade da capacitação em educação ambiental e Turismo dos professores do ensino fundamental da Escola Municipal Professora Palmira Barbosa-Santa Cruz/RN. **Revista Querubim**, v.1, n. 15, p. 96-103, 2011.
- SILVA, Gilmar Barros da; MARQUES JÚNIOR, Sérgio. Fatores que afetam o apoio dos residentes para o desenvolvimento do turismo religioso: o caso de Santa Cruz (RN), Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, p. 497-515, 2016.

SILVA, Joicy Samira Pereira; SILVA, Maria Clara Ponchert da; LIMA, Talita Daiane Silva de; SILVA, Gilmar Barros da; LIMA, Erivaldo Xavier de. Turismo e gestão de resíduos sólidos: um estudo de caso nas festividades a Santa Rita de Cássia em Santa Cruz-RN. **Revista Querubim**, n. 16, p. 62-69, 2020.

SILVA JÚNIOR, Francisco Xavier da; SILVINO, Marluce. Turismo e as formas simbólicas no incentivo do desenvolvimento local em Santa Cruz/RN. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeeducacionais**, v. 6, n. 3, p. 375-387, 2015.

SOUZA, M. P. Uso turístico do Complexo Santá. Santa Cruz-RN, 14 set. 2020.

Enviado em 30/12/2021

Avaliado em 15/02/2022